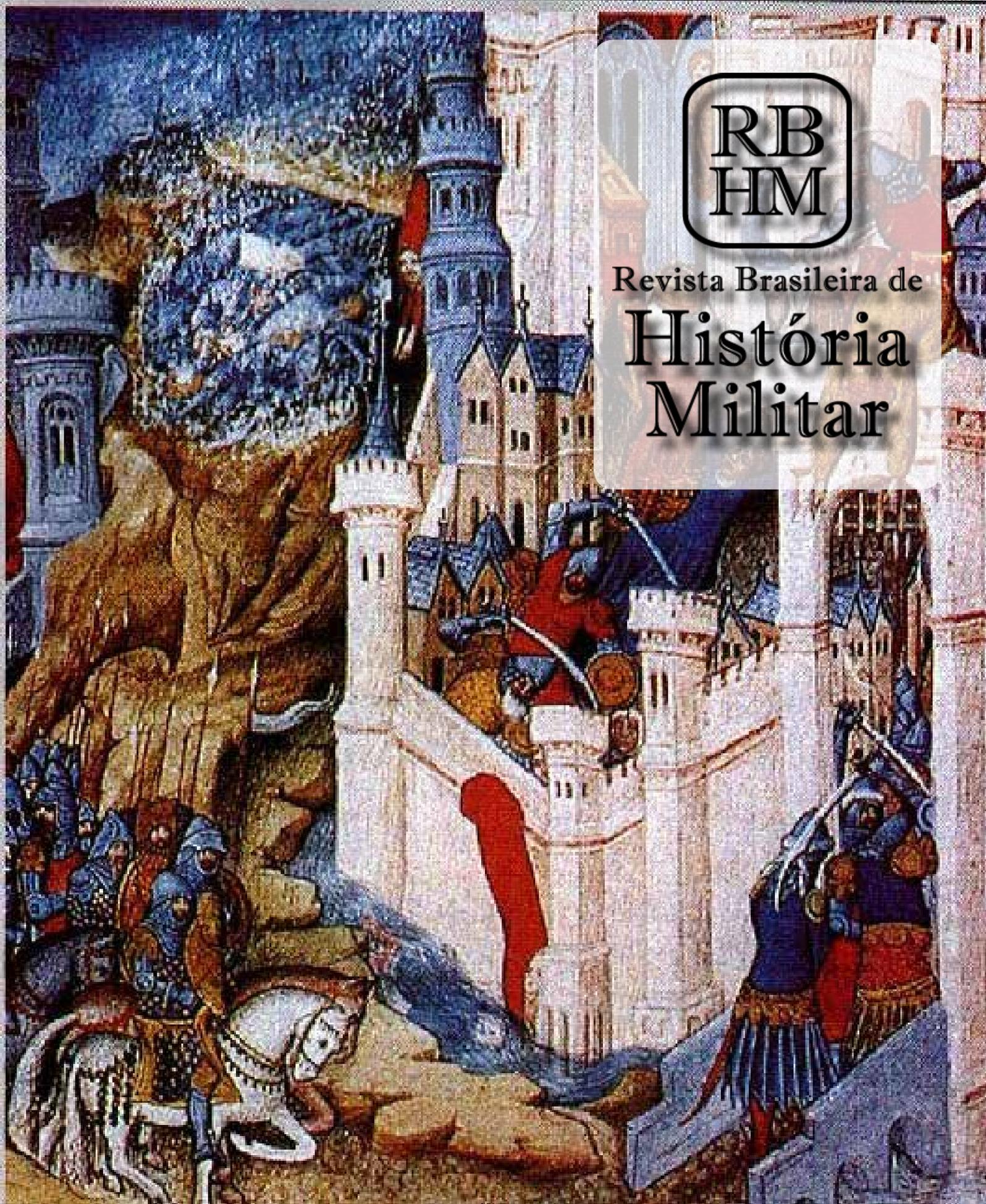




Revista Brasileira de  
**História  
Militar**



Ano V - N° 13  
Abril 2014



# Editorial

Nesta edição temos a participação dos Professores: Mario Maestri da Universidade de Passo Fundo – UPF/RS; Rodrigo Rainha da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ e Marcos Paulo Mendes de Araújo da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Contamos ainda com a contribuições do Prof. Daniel Albino, mestrando no PPGH da UNIRIO e do pesquisador especialista em História Militar, Coronel Luiz Augusto Rocha do Nascimento. A todos o nosso muito obrigado.



Cesar Machado Domingues  
Editor Responsável.



## **Imagem nesta página:**

Obra de autor desconhecido, provavelmente do século XV, representando a conquista de Roma pelo Visigodo Alarico em 410.



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Carlos Eduardo M. Gama  
Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000  
(21) 2537 6053 / 8896 7122  
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

**A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: A Missão Saraiva.....6**

*Mario Maestri*

**Os Bispos Visigodos e a Guerra: entre o episcopado e senhorio.....28**

*Rodrigo dos Santos Rainha*

**Viagem ao sertão do Brasil: O relatório de Francisco de Paula Castro sobre a Expedição de Karl Von Den Steinen ao Xingu em 1884.....45**

*Marcos Paulo Mendes de Araújo*

**O Campo Militar: reflexões acerca das instituições e atividades militares segundo as teorias de Pierre Bourdieu.....67**

*Daniel Albino*

**Preparação logística para a Guerra da Tríplice Aliança: A organização do 1º Corpo do Exército Imperial Brasileiro.....80**

*Luiz Augusto Rocha do Nascimento*

**Livro em Destaque.....106**

# A INTERVENÇÃO DO BRASIL NO URUGUAI E A GUERRA DO PARAGUAI: A MISSÃO SARAIVA<sup>1</sup>

Mário Maestri<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo aborda as razões que determinaram, em 1864, a chamada Missão Saraiva, enviada pelo governo do Império do Brasil para criar as condições políticas para a intervenção imperial brasileira ao lado das forças rebeldes de Venancio Flores, contra o governo constitucional blanco. Discute a intervenção imperial na República do Uruguai como razão imediata da guerra com o Paraguai, após as admoestações paraguaias que aquela intervenção constituiria *casus belli*.

**Palavras Chave:** Uruguai, Império do Brasil, Paraguay, Missão Saraiva, Guerra do Paraguai

**Abstract:** The article discusses the reasons which led, in 1864, the called Saraiva's Mission, sent by the government of the Empire of Brazil to create the political conditions for the Brazilian imperial intervention alongside the rebel forces to Venancio Flores, against the constitutional government blanco. Discusses the imperial intervention in the Republic of Uruguay as immediate reason of the war with Paraguay, after the paraguayans admonitions that this intervention would be *casus belli*.

**Key Words:** Uruguay, the Empire of Brazil, Paraguay, Mission Saraiva, the Paraguayan War

---

## INTRODUÇÃO

De 24 de maio de 1862 a 15 de janeiro de 1864, por decisão de dom Pedro II, o governo do Império coube aos *progressistas*, fusão dos conservadores moderados com os liberais, sob a hegemonia dos primeiros. Dirigido por Pedro de Araújo Lima [1793-1870], o marquês de Olinda, antiga referência do Partido Conservador, o gabinete imperial negara-se a intervir no Uruguai em favor dos *colorados*, apoiados pelos criadores escravistas sul-rio-grandenses que dominavam o norte

---

1 Comunicação apresentada ao V Encuentro de Historia sobre las Operaciones Belicas Durante la Fuerra de la Triple Alianza, República Oriental del Uruguay, Montevideo - 23 al 25 de octubre de 2013. Instituto de Historia y Cultura Militar del Uruguay "Cnel. Rolando Laguarda Trías".

2 Mário Maestri é doutor em Ciências Históricas pela UCL, Bélgica, e professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. E-mail: maestri@via-rs.et.

daquele país. (Palermo, 2013: 115 *et seq.*) Havia por parte dos conservadores e dos ex-conservadores prevenção contra os estancieiros sulinos que, como farroupilhas, lutaram pela secessão da província de São Pedro. Diante das sucessivas denúncias do governo oriental, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, ministro de negócios estrangeiros do Império, condenou o intervencionismo no Uruguai e determinou o castigo dos estancieiros sulinos responsáveis. (Caldeira, 1995: 404; Herrera, 1927: 291; Soares, 1955: 234).

No *Relatório*, de 1863, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, presidente da província sulina, declarou: “Procrastina-se indefinidamente o termo da desastrosa luta que flagela a República Oriental [...]. Esta situação agrava-se com o procedimento condenável de alguns brasileiros irrefletidos que [...] obstinam-se em intervir ativamente na guerra civil da República vizinha, prestando apoio e concurso à causa da rebelião, a despeito da política de neutralidade e abstenção proclamada pelo Império [...].” Barros Pimentel exigia a interrupção daqueles atos e ameaçava os promotores com o rigor das penas de lei: “É de maior urgência que os nossos compatriotas se abstenham de tomar parte na luta que dilacera os nossos vizinhos e se persuadam do dever e da conivência dessa abstenção, não só para pouparem a si e ao Império perigos e dificuldades [...] como para se não tornarem culpados, perante as leis de seu próprio país [...].” (Pimentel, 1894: 5-6).

Pelos azares da história, a evolução política no Império aprestava-se a desequilibrar a correlação de forças no Prata em desfavor do Uruguai. Em fins de 1863, os liberais venceram amplamente as eleições censitárias, empossando-se ministério puro daquela orientação. No Sul, seus mais firmes apoiadores eram os estancieiros sul-rio-grandenses no norte do Uruguai. Em geral ex-farroupilhas, eles clamavam inutilmente por intervenção do Império, como em 1851, que resultara na Convenção de 12 de outubro daquele ano, contra a autonomia oriental.

Em 15 de janeiro de 1864, assumia o novo gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos [1815-1877]. No mesmo mês, chegava à Corte o brigadeiro liberal e ex-farroupilha Antônio de Sousa Neto [1803-1866] para exigir de seus correligionários a intervenção no Uruguai. Ele, o general Manuel Luís Osório, barão, visconde e marquês do Herval e Manuel Marques de Sousa [1804-75], barão, visconde [1866] e conde [1868] de Porto Alegre, eram alguns dos principais estancieiros escravistas na Banda Norte do Uruguai, em geral, barões do liberalismo no sul do Brasil. (Quell, 1957: 204).

Em livro escrito após a proclamação da República, em 1893, **Afonso Celso de Assis Figueiredo**, visconde de Ouro Preto, **ministro da marinha de guerra** no gabinete liberal de 3 de

agosto de 1866, descrevia a viagem de Sousa Neto ao Rio de Janeiro: “Por esse tempo aqui se achava o Brigadeiro honorário do Exército Antônio de Sousa Neto, rio-grandense domiciliado na República [do Uruguai], que expressamente viera solicitar, em nome dos 40 mil compatriotas que lá viviam, a proteção a que tinham direito, contra os males que sofriam, recrudescidos depois da revolta do general [Venancio] Flores, [...], para o fim de derrubar o Governo dos *blancos* [...]” (Ouro Preto, 1981: 19).

Foi imediata a decisão de satisfazer as reivindicações dos prestigiados correligionários sulinos com uma pronta intervenção no Uruguai, apoiada pelos conservadores na oposição. A operação serviria como derivativo político *interno*, após a humilhação do Estado imperial diante das pressões exercidas e intervenção querida pelo embaixador inglês William Douglas Christie [1816-1874]. Em dezembro de 1862, servindo-se de questões de menor importância para avançar os desejos ingleses no Brasil, o prepotente diplomata determinara o bloqueio do porto da Corte e a apreensão de navios imperiais por divisão da marinha de guerra britânica. (Bandeira: 2012, 178)

A medida causou comoção entre a população livre do Rio de Janeiro e do Império, já que a armada imperial era incapaz de fazer frente aos poderosos navios de guerra ingleses. Em maio de 1863, o rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra prestigiara a Pedro II [1825-1891] que, sob o calor do conflito diplomático, trocara as vestes de soberano *sábio e culto* pelas de *aguerrido* chefe militar, nem que fosse para avançar declarações e medidas sem maiores decorrências. (Schwarcz, 1998: 296).

## RAZÕES DA INTERVENÇÃO

Promovendo verdadeira *nacionalização* do norte do Uruguai, o governo autonomista *blanco* negara-se a reconduzir os acordos draconianos impostos pelo Império em 1851-52, quando da intervenção contra Manuel Oribe/Juan Manuel de Rosas. Chegava ao fim o direito de envio sem ônus de gado daquelas regiões para as charqueadas do Rio Grande. A intervenção era necessária para garantir a produção abundante de charques e couros a baixo preço, exigida pela cafeicultura, produção dominante no Brasil. Era recomendável desorganizar com conflito externo a forte pressão interna do emancipacionista-abolicionistas. (Conrad, 1975; Maestri, 2011).

A repressão das autoridades orientais ao escravismo apenas disfarçado dificultava a gestão das fazendas dos criadores sulinos no setentrão oriental. A denúncia do acordo de devolução de cativos fugidos fragilizava a escravidão no sul do Império, da qual dependiam a produção pastoril e

charqueadora. Impulsionada pelas necessidades da produção cafeeicultora de exportação, a produção agrícola-pastoril escravista sulina necessitava expandir sua fronteira produtiva, o que, na região, dava-se sobretudo em detrimento dos campos do Estado oriental. (Palermo, 2013: 283 *et seq.*)

Portanto, uma vitória rápida sobre a República do Uruguai fragilizada pela guerra civil restabeleceria a hegemonia imperial na pequena nação; resgataria os punidores do Império; ampliaria o prestígio do novo gabinete; prestigiaria dom Pedro e a casa imperial; diminuiria a pressão do movimento emancipacionista. Seria uma vitória da monarquia, unitária e estável, contra república, desunida e instável. Com um governo uruguaio títere, o Império obteria portos para a prevista guerra contra o Paraguai, como lembra o historiador oriental José Pedro Barrán. (Barrán, 2007: 92).

Em 5 de abril de 1864, dois meses após a declaração solene do governo da República do Paraguai diante do governo mitrista em defesa da autonomia oriental, a câmara dos deputados do Império aprovava a intervenção no Uruguai, já decidida pelo gabinete liberal. A escusa eram as *violências* sofridas pelos brasileiros vivendo no norte do Uruguai. Quinze dias mais tarde, a missão especial José Antônio Saraiva, preparada a toque de caixa, materializava os ventos belicistas imperiais que soprariam sobre o Prata nos anos seguintes. (Caldeira, 1995: 392 *et seq.*)

O Paraguai, que se comprometera com a defesa da autonomia oriental ameaçada pela intervenção indireta da frágil Argentina mitrista, deparava-se agora com ameaça de invasão direta do Uruguai pelo poderoso Império do Brasil.

### **MISSÃO SARAIVA**

Em 20 de abril de 1864, o Ministério de Negócios Estrangeiros ditava as “instruções” entregues ao conselheiro José Antônio Saraiva [1823-1895]. Pretensamente, a missão propunha-se apenas defender a “vida, a honra e a propriedade de avultado número de cidadãos brasileiros residentes” na República Oriental, que teriam sido e estariam sendo vilipendiadas por atos que constituíam um “quadro medonho” de “crimes atrozes e bárbaros, tão repetidamente aí praticados desde 1851, para não remontar a tempos mais longínquos.”<sup>3</sup>

Saraiva exigiria a pronta destituição e castigo dos oficiais da polícia, exército e administração apontados como responsáveis por aqueles crimes, denunciados por, entre outros, o general Antônio de Sousa Neto, aliado de Venancio Flores [1808-1868] na luta contra o governo oriental. Os prejuízos aos

3 Vieira, João Pedro Dias. Aviso contendo as instruções da missão especial confiada em 1864 ao Conselheiro Saraiva, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 20 de abril de 1864. (Saraiva, 1894: 11).

pretensamente lesados seriam ressarcidos e dariam baixa do exército oriental “todos os brasileiros” alistados por constrangimento. Não raro, esses *brasileiros* eram cidadãos nascidos no Uruguai. Tudo seria feito publicamente. No senado, em 5 de junho de 1865, o próprio visconde do Rio Branco reconheceu a impossibilidade do governo oriental de executar o exigido. (Rio Branco, 2005: 308).

Em 6 de maio de 1864, José Antônio Saraiva chegou a Montevideú acompanhado do deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos. Em 12 de maio, apresentou suas credenciais ao governo oriental; no dia 15, chegava a poderosa esquadra imperial e, no dia 18, Saraiva avançava os pedidos de reparação às pretendidas ofensas e prejuízos sofridas pelos súditos imperiais, desde 1851. Porém, não apresentou o ultimato que exigia as concessões inaceitáveis pelo governo oriental, sob pena de imediata intervenção militar. (Soares, 1955: 241; Schneider, 2009: 56; Fragoso, 1934: 110).

No passado e no presente, a historiografia nacional-patriótica brasileira propôs e propõe que José Antônio Saraiva afastou-se de instruções belicistas, de apresentação imediata de *ultimatum*, avançando política de *paz* negociada, que impedisse, na medida do possível, a intervenção. Seria diplomata moderado, transigente, amante das negociações. (Maestri, 2013: 231 *et seq.*) Trinta anos após o fim da guerra do Paraguai, o político e diplomata oriental Vasquez Sagastume qualificou sem peias a ação diplomática de Saraiva. “O modo desusado, imperativo e violento com que o conselheiro [...] iniciou a sua missão diplomática em Montevideú [...] despertou sérios temores sobre a autonomia da República Oriental”. Temores justos, considerando-se a violação da autonomia oriental que resultaria dessa missão especial.<sup>4</sup>

Em um sentido mais amplo, em *O Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata*, o historiador Moniz Bandeira qualificou a ação imperial no Prata, na qual se destacou em sua fase final a intervenção no Uruguai e a guerra contra o Paraguai, como um movimento de cunho claramente imperialista, servindo-se do termo não no seu atual, consagrado por V.I. Lenin, mas na acepção ampla proposta por aquele autor, que lembrava que: “A política colonial e o imperialismo já existiam antes da fase contemporânea do capitalismo e mesmo antes do capitalismo. Roma, alicerçada na escravatura, levava a cabo uma política colonial e praticava o imperialismo.” (Lenin, 1982: 81; Bandeira, 1985: 189)

<sup>4</sup> Sagastume, Vasquez. Rectificação Histórica, 19 de junho de 1894. O Paiz. (Saraiva, 1894: 4).

## NADA DE NOVO

Ao chegar a Montevideu, José Antônio Saraiva defrontou-se com a oposição da imprensa e da população da capital oriental informadas sobre os debates da Câmara dos Deputados do Império; sobre o exército em formação na fronteira com o Rio Grande do Sul; sobre a próxima chegada de esquadra imperial; sobre os objetivos da sua missão de intervir em favor de Venancio Flores, apoiado pelos criadores rio-grandenses escravistas do norte do país.

Sobretudo, Saraiva tinha consciência de que o Império não estava ainda em condições de executar as retaliações militares terrestres que prometia no seu *ultimatum*, pois suas tropas apenas se reuniam no Rio Grande. Temia as conseqüências de retaliações terrestres e navais, sem consultar o governo argentino, certamente oposto à intervenção unilateral no Uruguai. Não sabia qual seria a resposta paraguaia à ingerência no Uruguai, tendo aquele governo declarado apenas, junto ao governo mitrista, interesse na plena autonomia oriental.

A defesa da autonomia oriental não era intervenção imprópria do governo paraguaio na política do Prata. Com Buenos Aires sob o controle unitário, o domínio de Montevideu pela Argentina ou pelo Império embretaria o Paraguai no coração da América do Sul, ao não dispor de porto de escoamento para o comércio internacional, em momento em que tinha importantes questões fronteiriças em aberto com aqueles dois países.

Referindo-se à dependência paraguaia de Montevideu não apenas quanto ao comércio mundial, o intelectual federalista argentino Juan Bautista Alberdi [1810-1884] escreveu: “Montevideo es al Paraguay, por suposición geográfica, lo que el Paraguay es al interior del Brasil: la llave de su comunicacion con el mundo exterior. [...] el día que el Brasil llegue a hacerse dueño de este país [Uruguay], el Paraguay podría ya considerarse como colonia brasileña, aún conservando su independencia nominal.” (*Apud* O’Leary: 1970: 142).

Entretanto, antes de Saraiva se encontrar com representantes do governo oriental, o ministro João Alves Loureiro, barão de Javari, ministro residente do Império no Uruguai, anunciara a eventual intervenção militar ao chanceler oriental Juan José de Herrera [1832-1898]: “[...] formar-se-iam na fronteira do Rio Grande do Sul duas divisões do exército, no intuito não só de fazer respeitar o território do Império e melhor impedir a passagem de contingentes daquela província para este estado, como para proteger e defender a vida e propriedade dos súditos do Império, se [...] o governo da República,

[...], não quisesse ou não pudesse fazê-lo por si próprio.”<sup>5</sup> Ou seja, a ameaça de intervenção imperial pesava já sobre o governo oriental.

Como ele próprio revelaria anos mais tarde, José Antônio Saraiva abandonou a instrução de entrega imediata do *ultimatum* por iniciativa de submissão oriental *plena*, sem a necessidade de intervenção militar, depois de “entender-me com o governo argentino”, ação na qual foi apoiada pelo governo imperial. Da nova aliança do Império com a Argentina liberal-unitária nasceria a política de hegemonia compartilhada no Prata, a ser conquistada através da submissão da República do Uruguai e do Paraguai. (Saraiva, 1894: 16).

### PAZ IMPERIAL

Em 18 de maio de 1864, José Antônio Saraiva *amenizou* retoricamente a proposta de intervenção militar imediata, criando as condições para propor ao governo oriental iniciativa em favor da *paz* exigida pelo Império. Iniciativa aconselhável “enquanto não tivermos definitivamente organizada e distribuída a força [militar] destinada à fronteira da província do Rio Grande do Sul, [...] porque disso depende tudo”, como comunicaria aos seus superiores no Rio de Janeiro.

Já em 24 de maio, Saraiva esclarecia ao governo imperial o bloco político-social sobre o qual estava construindo sua política na República Oriental: os “homens mais moderados do partido blanco”, “todos os colorados” e os “estrangeiros”, ou seja, sobretudo, o grande comércio de Montevideú.<sup>6</sup> (Soares, 1995: 241). Sem pudor, reconheceria diante do governo oriental que Venancio Flores era sustentado “com o recurso estrangeiro e especialmente do Rio Grande do Sul”.<sup>7</sup>

Em 5 de abril de 1864, no parlamento imperial, no debate que discutiu a intervenção no Uruguai, o deputado conservador Evaristo Ferreira da Veiga reconheceu igualmente: “É fora de dúvidas [...] que cerca de dois mil brasileiros se acham em armas no Estado Oriental, sob o mando do general Flores [...]”. (Soares, 1955: 239; Fragoso, 1934: 109; Schneider, 2009: 51).

José Antônio Saraiva teceria aliança com a Argentina mitrista contra o nacionalismo *blanco* e, a seguir, contra o Paraguai, como confessou, em 19 de junho de 1894. “E essa cooperação foi a base e o início dessa aliança, que libertou o Estado Oriental de uma oligarquia, que pretendia eternamente

5 Saraiva. Primeira conferência com o Sr. Herrera sobre o objeto da missão especial. 1ª Secção, nº 2, Missão especial do Brasil, Montevideú, 14 de maio de 1864. (Saraiva, 1894: 21-22).

6 Saraiva. Justificação da nota dirigida ao Sr. Herrera em 18 de maio. 1ª Secção, nº 3, Missão especial do Brasil, Montevideú, 24 de maio de 1864. (Saraiva, 1894: 25).

7 Saraiva. Conferência com o ministro de estrangeiro da República. 1ª Secção, nº 4, Missão especial do Brasil, Montevideú, 25 de maio de 1864. (Saraiva, 1894: 27).

dominá-lo, e suprimiu no centro da América do Sul essa ditadura militar, que começava os seus ensaios de dominação, declarando ao Brasil que não toleraria a passagem de um soldado brasileiro pela fronteira oriental [...]” (Saraiva, 1894: 32).

### **PREPARADO PARA TUDO**

Em 28 de maio de 1864, Saraiva escreveu ao governo imperial, propondo a necessidade de acordo anterior com Buenos Aires e de contatar o governo paraguaio. “Preciso de achar-me habilitado para entender-me com o governo de Buenos Aires e *mesmo com o do Paraguai*. As cousas podem embarçar-se, e é necessário estar preparado para tudo.” Sobre o Paraguai, lembrava: “[...] *o governo oriental há muito faz vivas diligências perante o presidente López* [...]”<sup>8</sup> (Mendes, 1913: 129).

Mesmo sem depositar o *ultimatum*, a nota apresentada ao governo oriental por Saraiva deixava explícita a iminência de intervenção imperial no Estado Oriental: “[...] o governo de sua majestade o Imperador resolveu aumentar a força estacionada na mesma fronteira.” (Fragoso, 1934: 111). E não eram ameaças retóricas – a esquadra imperial chegara em 15 de maio ao Prata e as tropas do Império acumulavam-se na fronteira. (Box, s.d.: 113).

Sob o comando de Joaquim Marques Lisboa, barão de Tamandaré, divisão naval dominava ameaçadoramente a baía de Montevidéu. Ela era composta pela fragata Amazonas, pelas corvetas Belmonte, Beberibe, Jequitinhonha, Niterói, Parnaíba; pelas canhoneiras Marim, Arguaia, Ivaí, Itajaí e Maracanã e pelo vapor Recife. Força desmedida, considerando-se o quase nulo poderio naval oriental. (Maia, 1975: 260).

O governo oriental respondeu prontamente demonstrando o irrealismo das reclamações imperiais. Para os últimos doze anos, ou seja, desde 1851, o Império apresentara apenas 63 reclamações registradas de cidadãos brasileiros vivendo no Uruguai. Algumas correspondiam aos anos de governo de Venancio Flores. Menos de cinco reclamações anuais para população de uns quarenta mil *brasileiros*. O governo uruguaio ressaltou que a situação de paz e prosperidade do norte do país levava a que aqueles campos atraíssem compradores e tivessem melhores preços do que os rio-grandenses. (Barrán, 2007: 93; Ouro Preto, 1981: 19).

A razão não guiava o diálogo entre o lobo imperial e o cordeiro oriental. Autoritário, Saraiva declarou que “não discutiria as reclamações do governo oriental” sobre os atentados praticados

<sup>8</sup> Nota ao Governo Imperial. 1ª secção. Missão especial do Brazil. Montevideo, 28 de maio de 1864. (Confidencial). (Saraiva, 1894: 33 *et seq.*)

amiúde por rio-grandenses no Uruguai, comumente sob a proteção das autoridades províncias. Entre essas agressões, as célebres “califórrias”, expedições para roubo de gado e escravização de cativos homiziados ou cidadãos orientais negros. Saraiva declarava que não faria “discussão ampla e em detalhes” das 63 reclamações que apresentava.<sup>9</sup>

### **RECORRENDO AO PARAGUAI**

Em 25 de fevereiro de 1862, o diplomata uruguaio Juan José de Herrera visitara Carlos Antonio López, falando-lhe da preocupação do governo uruguaio com a disposição hegemônica da Argentina mitrista e do Império do Brasil. Propôs, na ocasião, sem maiores resultados, comércio direto entre Montevideo e Asunción. (Box, s.d.: 142; Barrán, 2007: 88). Em 9 de julho de 1863, com o norte do Uruguai sublevado, o agora chanceler Juan José de Herrera enviava Octávio Hermogenes Lapido (1829-1876) a Asunción para ressaltar o perigo que corriam o Uruguai e o Paraguai e propor que obrassem, talvez juntos com as províncias de Corrientes e Entre Ríos. Lapido devia denunciar junto ao governo paraguaio a militarização da ilha de Martín García pela Argentina mitrista, que ameaçava a livre navegação no Prata e propor aliança ofensiva e defensiva. (Herrera, 1927: 301; Box, sd: 143 *et seq.*) Herrera seguiu pedindo a Lapido que insistisse para que Asunción apresentasse sua disposição em “concertar atitudes” com o Uruguai. Em 31 de agosto de 1863, propôs a ocupação paraguaia de Martín García. Muito logo, a ameaça urgente não seria mais a Argentina, mas o Império do Brasil. (Herrera, 1927: 359 ; Box: s.d.: 145 *et seq.*)

Em 1º de março de 1864, Bernardo Berro deixara a presidência, um ano antes de cumprir seu mandato, devido, entre outros problemas, à falta de apoio entre as filas brancas. Ele foi substituído pelo presidente do Senado, Atanasio Cruz Aguirre [1801-75], *blanco* moderado, que, sob a ameaça imperial, também se voltou para o Paraguai em busca de apoio. Aguirre enviou igualmente missão a Paris, para tentar obter de Napoleão III a volta da contribuição francesa à defesa de Montevideú. (Herrera, 1927: 366; Soares, 1955: 235; Schneider, 2009: 50; Rio Branco, 2005: 345).

Em 1º de maio de 1864, com as forças terrestres imperiais acumulando-se na fronteira do Rio Grande e com a frota imperial viajando para o Prata, o chanceler Juan José de Herrera enviou José Vazquez Sagastume para que, conjuntamente com Lapido, requeressem que o governo paraguaio expressasse também diante do Império sua intenção de resistir a qualquer atentado contra

<sup>9</sup> Saraiva. Conferência com o ministro de estrangeiro da República. 1ª Secção, nº 4, Missão especial do Brasil, Montevideú, 24 de maio de 1864. (Saraiva, 1894: 30).

a independência oriental. O que seria feito por aquele país, parcialmente, apenas em junho. (Herrera, 1927: 190).

Sagastume deveria requerer que o Paraguai enviasse destacamento simbólico de uns dois mil infantes e artilharia para guarnecer o litoral oriental do rio Uruguai e navios de guerra que correspondessem “ao aparato bélico [naval] brasileiro em águas orientais”. O que era um despropósito, devido à clara debilidade naval paraguaia, que possuía apenas um navio efetivamente de guerra, a canhoneira Tacuarí. O representante oriental requereu que o governo paraguaio intermediasse a grave crise com o Império. Tudo com poucos resultados. (Herrera, 1927: 189 *et seq*; Quell, 1957: 212-3).

Finalmente, em 17 de junho, José Bergés [1820-1868], ministro das relações exteriores do Paraguai, propôs a José Antônio Saraiva que seu governo mediasse o conflito entre o Uruguai e o Império. No dia 24 de junho, sem esperar decisão do governo imperial, no Rio de Janeiro, o conselheiro declarou crer “sem objeto a mediação do governo paraguaio”, já que se previa solução *amigável* para as diferenças entre os dois países. Sua posição foi referendada pelo governo imperial em inícios de julho. (Soares, 1995: 241; Quell, 1957: 213).

Enquanto as tropas imperiais preparavam-se para a intervenção e a mediação paraguaia era rejeitada, através do enviado especial Antonio de las Carreras, o governo uruguaio lembrava ao paraguaio, renitente em intervir em favor do Uruguai, o temor da divisão do país entre a Argentina mitrista e o Império. A partição teria como fronteira o rio Negro, aquém do qual dominavam econômica e demograficamente os rio-grandenses. (Quell, 1957: 212; Ouro Preto, 1981: 24).

Quanto ao pedido oriental de ação militar imediata, o chanceler paraguaio José Bergés respondeu que seguiria tentando obter o “equilíbrio” no Prata através de “ação independente”. A longa correspondência entre os dois governos registrava o descontentamento paraguaio para com a diplomacia oriental, que o mantinha à margem de muitas de suas iniciativas, sobretudo quando vislumbrava solução negociada para a crise que vivia. (Fragoso, 1934: 192, 204).

## **INIMIGOS, AMIGOS**

As inquietações de José Antônio Saraiva sobre a posição argentina foram superados com a chegada, em 6 de junho de 1864, a Montevideu, de Rufino de Elizalde [1822-1887], ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina, acompanhado de Edward Thornton [1766-52], enviado extraordinário e ministro plenipotenciário britânico em Buenos Aires, todos eles desembarcados do

navio de guerra britânico *Tritón*. (Schneider, 2009: 56; Fragoso, 1934: 118).

Pretensamente oferecendo seus *bons serviços* para a superação das divergências entre o Império e o governo oriental, Elizalde e Thornton traziam no bolso a proposta de aliança entre a Argentina e o Império para depor o governo uruguaio, entronizar Venancio Flores e manter o governo Paraguai fora dos assuntos do Prata. Se não fosse possível fazer *algo melhor*, em relação àquele país.

No dia 7 de junho, após se porem de acordo, Saraiva e Elizalde seguiram de braços dados para entrevista, à noite, com o presidente Atanasio Aguirre. Elizalde propôs que com a *paz* seu governo “passaria uma esponja” sobre as disputas com Montevidéu. Saraiva não prometeu nada. Afirmou simplesmente que ela “habilitaria” o governo oriental “para atender com proveito e mais benevolência a tudo quanto nós reclamávamos”. Ou seja, em palavras simples, o retorno pleno ao *status quo* pós-1851.<sup>10</sup> (Fragoso, 1934: 118.)

Em 8 de junho, reunião entre Saraiva, Elizalde e Thornton, por um lado, e os orientais Juan José de Herrera e Octávio Lapido, por outro, acertaram as bases para paz, a ser proposta a Venancio Flores. O governo oriental *blanco* seria reconhecido e os *floristas*, anistiados, indenizados e incorporados ao exército, sendo realizadas novas eleições. Dois dias mais tarde, o governo oriental aceitou a proposição, na qual não havia referência à mudança de governo. Se Venancio Flores rejeitasse a proposta, seria considerado responsável pela continuação da guerra. O Império não prometeu que disso decorresse qualquer apoio ao governo oriental.<sup>11</sup> (Fragoso, 1934: 119).

### **O NASCIMENTO DA TRÍPLICE ALIANÇA**

Em 18 de junho, as discussões realizaram-se nas *puntas del arroyo* Rosario, no litoral oriental do rio da Prata, em acampamento colorado, tendo Andrés Lamas e Florentino Castellanos como representantes *blancos*, e Venancio Flores, pelos rebeldes. O oriental Andrés Lamas era um incondicional do Império vivendo naquele momento em Buenos Aires. Castellanos era advogado de empresas inglesas em Montevidéu. Estavam presentes Thornton, Elizalde e Saraiva.

As exigências desmesuradas de Venancio Flores registravam que se tratava de discussão formal, que produziria proposta inaceitável ao governo oriental. A recusa deste último permitiria ação conjunta dos garantes em favor da *cruzada florista*. Momentos antes da reunião, os rebeldes

10 Saraiva. Nota ao Governo Imperial, 1ª. Sessão, Missão especial do Brasil, Montevidéu, 9 de junho de 1864. (Saraiva, 1894:43)

11 Saraiva. Nota ao Governo Imperial, 1ª. Sessão, Missão especial do Brasil, Montevidéu, 9 de junho de 1864. (Saraiva, 1894: 45-48)

receberam reforços em homens, armas e artilharia enviados de Buenos Aires.

O caudilho colorado exigiu que seus “amigos” assumissem pastas ministeriais e ele, a de ministro da guerra e comandante da campanha. Como isso significava rendição incondicional do governo, aceitou escrever carta confidencial ao presidente, apresentando suas exigências. Ou seja, a mudança de governo, através de ministério de sabor colorado. Além dos prontos acordados anteriormente, exigiu *indenização* pessoal milionária, reduzida para “quinhentos mil pesos”. (Schneider, 2009: 54; Fragoso, 1934: 120).

Em 23 de junho, ao contrário do que Thornton, Elizalde e Saraiva esperavam, a proposta – assinada *ad referendum* por Andrés Lamas e Florentino Castellanos –, foi referendada por Atanasio Aguirre. Entretanto, em 2 de julho, o presidente apresentou como óbice para a concretização do acordo a *mudança de política* exigida na carta enviada por Venancio Flores. (Fragoso, 1934: 120).

A proposta de ministério de “homens imparciais” exigia ministros colorados ou súcubos do Império e da Argentina, em defenestramento *silencioso* dos *blancos*. Pedia-se simplesmente o desarme político do governo, com os revoltosos em armas.<sup>12</sup> Em relatório ao governo imperial de 5 de julho, Saraiva revelou os nomes dos orientais que deveriam formar o ministério e impor a hegemonia compartilhada entre o Império e Argentina sobre o Uruguai – Andrés Lamas, Florentino Castellanos, Juan Miguel Martinez e Tomas Villalba. Martinez era amigo particular de Flores e Villalba o presidente do Senado que entregaria Montevideu sem resistência. (Saraiva: 1894: 61 *et seq.*; Soares, 1995: 245; Rio Branco, 2005: 358).

No dia 4 de julho, o *abrasileirado* Andrés Lamas propôs disciplinado aos membros do governo oriental renúncia ministerial que permitisse ao presidente constituir um novo ministério, rejeitada pelos ministros, que compreendiam que a iniciativa levaria o país à situação de semi-protetorado imperial e argentino. A ação de Saraiva conseguira dissociar o presidente uruguaio de seu ministério, de seu partido e das forças armadas orientais.

### **PROPOSTA INDECENTE**

Em 5 de julho, em reunião com Saraiva, Elizalde e Thornton, os *orientais* Lamas e Castellanos informaram que o “presidente receava uma revolução feita pelo próprio exército [...], caso ele demitisse o ministério”. Por isso, propunham o desarme conjunto governamental e rebelde,

<sup>12</sup> Saraiva. Nota ao Governo Imperial, 1ª. Sessão, Missão especial do Brasil, Montevideu, 5 de julho de 1864. (Saraiva, 1894: 61 *et seq.*)

o que abriria caminho a um novo governo. Proposta rejeitada por Saraiva, pois neutralizaria as tropas coloradas, isto é, o *partido brasileiro* em armas no Uruguai.<sup>13</sup>

Na ocasião, o diplomata imperial propôs simplesmente ao presidente Atanasio Cruz Aguirre um golpe de Estado aberto, contra o partido *blanco* e as forças armadas do país, apoiado pelas forças militares imperiais. Se o presidente se comprometesse com um “um ministério superior às facções”, o Império prestaria-lhe o “apoio moral e material de que carecesse [...]”. Tudo sob o aplauso de Thornton e, sobretudo, de Elizalde, que se associou à proposta.

Defendendo mais tarde por carta sua oferta diante do governo imperial, Saraiva lembrava que, se o “apoio com o auxílio da força é um sacrifício, dá-nos ele também influência [militar] bastante para liquidar nossas questões”. Propunha que, se tal proposta não prosperasse, partiria para Buenos Aires para discutir com Bartolomé Mitre como proceder para “fazer a paz, *que desejamos*”, no Uruguai.

O presidente Aguirre aceitou o papel de testa de ferro das duas potências vizinhas. No início da madrugada de 6 de julho, José Antônio Saraiva escrevia carta urgente para a Corte relatando que o presidente romperia com o governo e receberia, no dia seguinte, pela manhã, a ele, a Elizalde e a Thornton para “conferenciar conosco acerca dos nomes que devem compor o novo ministério.” Ou seja, os nomes já propostos como *confiáveis*.<sup>14</sup>

Entretanto, no dia seguinte, os plenipotenciários do Império e da Argentina e o ministro inglês tiveram o desgosto de constatar que o presidente recuara, apresentando como ministros Sienza, Pinilla, Reguera e Leandro Gomes, homens favoráveis à resistência e à autonomia do país. Outra vez, Saraiva, Elizalde e Thornton propuseram os nomes *aceitáveis* de *amigos* decididos do Império e da Argentina – Castellanos, Villaba, Lamas, Martinez, Herrera y Obes.<sup>15</sup> (Fragoso, 1934: 121).

Finalmente, Atanásio Aguirre teria aceitado entregar todos os ministérios, mantendo apenas o da Guerra, que caberia *ao blanco* Leandro Gómez. Rejeitada a proposta por Venancio Flores, Thornton e Elizalde embarcaram em 7 de julho de 1864 para Buenos Aires, *levando em suas malas* Andrés Lamas. No dia seguinte, José Antônio Saraiva partiu com a mesma direção, entrevistando-se com Bartolomé Mitre, no dia 11. (Box, s.d.: 129 *et seq*; Frago, 1934: 122). Consolidava-se a

13 Saraiva, J.A. Nota ao Governo Imperial, 1ª. Sessão, Missão especial do Brasil, Montevideu, 5 de julho de 1864. (Saraiva, 1894: 65 *et seq*. Destacamos).

14 Saraiva. Ao conselheiro João Pedro Dias Vieira, 6 de julho de 1864. (Saraiva, 1894: 65 *et seq*.)

15 Saraiva. Nota ao Governo Imperial, 1ª. Secção, nº 18. Missão especial do Brasil, Buenos-Ayres, 10 de julho de 1864. (Confidencial). (Saraiva, 1894: 65 *et seq*.)

proposta de política de *hegemonia compartilhada* no Prata, entre o Império e a Argentina mitrista, que levaria à intervenção no Uruguai e a guerra do Paraguai.

### TRÍPLICE ALIANÇA E DIVISÃO DO URUGUAI

Não pouco historiadores apontam para os objetivos reais e a transcendência da reunião de 18 de junho de 1864, em *Puntas del Rosario*. “Para muchos historiadores, en *Puntas del arroyo Rosario*, en la reunión que mantuvieron Saraiva, Elizalde, Flores y Thornton, se concretó de hecho el acuerdo para desplazar al Paraguay de los asuntos del Plata.” (Pelúas & Piqué, 2009: 20; Box. s.d.: 138; Quell, 1957: 205). Ali, teriam sido definidas as linhas gerais do futuro Tratado [secreto] da Tríplice Aliança, para pôr fim ao movimento autonomista *blanco*, no Uruguai, e liquidar com a ordem vigente no Paraguai, no caso da esperada guerra com aquele país.

Em 1º de dezembro de 1894, José Antônio Saraiva escreveria para Joaquim Nabuco reconhecendo que o Tratado [secreto] da Tríplice Aliança teria sido *materializado* em Puntas del Rosario. Do que se deduz que a entrega do *ultimatum*, em agosto, e a invasão do Uruguai, em outubro, foram passos ensaiados da liquidação acordada do governo oriental, que daria passo à aliança contra o Paraguai.

José Antônio Saraiva propôs: “[...] preparando por este medio las alianzas del Brasil contra el Paraguay, lo que conseguí, pues dichas alianzas se realizaron el día en que el ministro brasileño y el argentino conferenciaron con Flores en las Puntas del Rosario, y no en el día en que Octaviano [Francisco Octaviano de Almeida Rosa] y yo, como ministro de Estado, firmamos el pacto.” (Nabuco, 2007: 49.) Quando Saraiva prestava esta declaração, Octaviano já falecera.

Após a rejeição oriental de rendição, Saraiva viajou para Buenos Aires, onde obteve a concordância de Bartolomé Mitre da intervenção do Império para entronizar Venancio Flores. Entretanto, Saraiva não conseguiu a participação de Buenos Aires na operação. Bartolomé Mitre exultava com a conquista do governo do Uruguai por Venancio Flores, até havia pouco general de seu exército, sem envolver as suas tropas necessárias para sufocar a oposição federalista. Manter neutralidade aparente era fundamental para não pôr em armas os federalistas provinciais, com destaque para os de Entre Ríos e Corrientes. Teria concedido a ocupação pelo Império da Banda Norte do Uruguai, *reino rio-grandense*. Sonhava com divisão do Uruguai. (Pelúas & Piqué, 2009: 21; Fragoso, 1934: 125).

Em 22 de agosto de 1864, um ano e quatro meses após o desembarque de Venancio Flores no Uruguai apoiado por Bartolomé Mitre, os governos argentino e imperial assinavam protocolo reconhecendo os respectivos direitos de “proceder en los casos de desinteligencia” com o governo uruguaio, “sirviéndose para extinguirlos de los medios que se reconocen como lícitos por el derecho de gentes”. O protocolo dava o direito aos dois países de guerrear a pequena nação e garantia o auxílio mútuo na operação. (Pelúas & Piqué, 2009: 22).

José Antônio Saraiva teria sondado Edward Thornton quanto à possibilidade de recomendar ao governo imperial “la ocupación de los Departamentos del Norte de la República, en los cuales están radicados muchos súbditos brasileños”. Porém, a essa medida opunham-se a Inglaterra, a França e os USA. O governo estadunidense, vitorioso na Guerra de Secessão, era totalmente contrário ao “acrecentamiento por esse médio” por parte do Império “del área ocupada por la esclavitud humana”, como declararia, ao ser consultado informalmente, seu representante no Rio de Janeiro, em setembro de 1864. (Box, s.d.: 133, 139).

### **PEDIDO DESESPERADO DE AJUDA**

Em 14 de julho de 1864, Herrera enviava o *blanco* Antonio de las Carreras como emissário *confidencial e privado* junto ao governo de Asunción, para que instasse o Paraguai a se pronunciar cabalmente em defesa do Uruguai, na qual se mantinha “meticuloso y esquivo”. Além de pedir apoio *pecuniário e diplomático*, o governo uruguaio pedia ajuda *militar*, mesmo sob a forma de promessa, para que pudesse agir considerando sua pronta chegada. Pedia que, se o Uruguai fosse invadido pela Império ou a Argentina, que as tropas paraguaias agissem “nos territórios limítrofes da Argentina e do Brasil” e fosse enviada força ao Prata. Então, a ameaça portenha eclipsava-se diante do perigo imperial. (Herrera, 1927: 366; Fragoso, 1934: 194).

Por pedido do governo paraguaio, de las Carreras escreveu memorando apresentando a visão geral oriental sobre os sucessos. Apesar do seu forte sentido performativo e de prognósticos extremados, o documento registrava a clarividência do governo oriental em crescente agonia. O documento inicia lembrando que era de conhecimento geral que os governos argentino e imperial agiam em acordo em favor de “solução favorável ao general Flores”. Assinalava o interesse do Império de manter a hegemonia sobre a Banda Oriental, eventualmente através da anexação dos departamentos setentrionais, ao norte do rio Negro, cabendo o sul à Argentina, eventualmente através

da constituição de governo títere.

Propunha que, concluída a intervenção no Uruguai, os governos imperial e argentino iriam “depois ao Paraguai, satisfazer suas pretensões”, já que Mitre desejava igualmente a incorporação da província rebelde. A leitura geral da situação terminava sugerindo que a participação decisiva do Paraguai, ao lado do Uruguai, seria seguida pelas províncias argentinas, com destaque para Entre Ríos e Corrientes, suposição otimista mas não irrealista. Os pedidos finais de ajuda deixavam claro o esgotamento de recursos materiais do governo oriental. (Fragoso, 1934: 198.)

No Uruguai, a situação precipitava. Com a concordância de Bartolomé Mitre, Saraiva retornou a Montevideo e apresentou, em 4 de agosto de 1864, o *ultimatum* anunciando a intervenção, caso as exigências imperiais não fossem cumpridas. “Se dentro do prazo improrrogável de 6 dias não houvesse o Governo Oriental atendido às reclamações feitas, as forças do Exército estacionadas na fronteira receberiam ordens para proceder a represálias, sempre que qualquer súdito brasileiro sofresse violências. A esquadra imperial, surta nas águas da República, operaria nessa conformidade.” Em 9 de agosto, o governo oriental devolveu o documento. Propunha que, além de inaceitável e desonroso, era indigno de ser mantido nos arquivos da nação. Em 11 de agosto, Saraiva partia novamente para Buenos Aires. (Soares, 1995: 242; Schneider, 2009: 60. Nota de Paranhos; Fragoso, 1934: 126-7). O *ultimatum* era entregue, em 25 de agosto, por Sagastume, ao governo paraguaio, fortalecendo o conteúdo do memorando de Carreras, apenas apresentado. (Quell, 1957: 214; Maestri, jul./dez., 2013: 15 *et seq.* )

Entretanto, mesmo semanas após o *ultimatum*, as tropas do marechal João Propício Mena Barreto [1808-1867], futuro barão de São Gabriel, comandante em chefe do “Exército de Observação” preparado para aquela operação, não se encontravam prontas para a intervenção prevista, em apoio de Venancio Flores. (Schneider, 2009: 55).

Antes de partir para o Rio de Janeiro, Saraiva escrevia ao presidente da província de São Pedro, João Marcelino de Sousa Gonzaga, dando instruções para o assalto das vilas de Cerro Largo, Paysandu e Salto. Lembrava que as aglomerações deveriam, como quaisquer outras, serem abandonadas, assim que fossem nelas “constituídas novas autoridades nomeadas pelo general Flores”. (Fragoso, 1934: 134). Desde o início, as ações do Império no Uruguai desconheciam os próprios termos do *ultimatum* entregue ao governo legalmente constituído no país, intervindo em favor da rebelião colorada-rio-sul-grandense.

Em 7 de setembro, José Antônio Saraiva viajou para o Rio de Janeiro, deixando o comando das operações militares e diplomáticas em mãos do almirante Joaquim Marques Lisboa, barão de Tamandaré. Ao contrário das tropas terrestres, as forças navais do Império entraram em ação muito logo. Devido à ilegalidade da ação do Império, os países com representações sediadas em Montevideo negaram-se a aceitar a injunção do almirante, autorizado pelo governo imperial, de que seus navios não transportassem armas para o governo uruguaio, sob pena de visita e apreensão dos carregamentos. O representante da Inglaterra respondeu ao pedido nos seguintes termos: “Não há beligerantes na luta que se está dando, nem o chefe militar que julgou dever levantar o estandarte da revolta contra o governo do seu país pode ser por mim considerado como tendo o caráter de beligerante. Ele é simplesmente um rebelde.” (Fragoso, 1934:144; Rio Branco, 2005: 312).

Na noite de 24 de agosto, Tamandaré mandava imobilizar o vapor uruguaio *General Artigas* e dava a caça ao vapor *Villa del Salto*, que navega pelo Uruguai, para apoiar a defesa da vila de Mercedes, na margem esquerda do rio Negro, que se refugiou no porto de Paisandú, onde foi incendiado pelas próprias autoridades orientais. (Ouro Preto, 1981: 21; Schneider, 2009: 61; Rio Branco, 2005: 310). A ação facilitou a conquista por Venancio Flores daquela povoação, em 27 de agosto. O governo oriental rompeu relações com o Império, no dia 30 do mesmo mês. (Box, s.d.: 137; Schneider, 2009: 61) Em 12 de outubro, força imperial, sob o comando do brigadeiro José Luís Mena Barreto, ingressou no Uruguai. A essas tropas acresciam-se os mais de 1.200 cavaleiros da Brigada de Voluntário de Antônio de Sousa Neto.

Em 20 de outubro de 1864, ao igual do que o governo da Defesa fizera pouco mais de uma década antes, Venancio Flores assinava com Joaquim Marques Lisboa, barão de Tamandaré, os chamados acordos secretos de Santa Lucia, que retornariam o Uruguai à situação de um quase simi-protetorado do Império. Flores aceitava *ilegalmente* cumprir as reclamações e as exigências postas pelo Império, após sua vitória. Por sua vez, Tamandaré coordenaria suas forças com as *coloradas* para apoderar-se de Salto e Paysandú, que seriam entregues a Flores. Tudo isso sem que o Império declarasse guerra ao Uruguai ou reconhecesse Venancio Flores como beligerante, como lembraria o general-historiador Tasso Fragoso. Nas palavras do visconde de Rio Branco, no Senado, em 5 de junho de 1865, o Império transformava Flores na “verdadeira garantia [...] no presente e no futuro de suas relações com aquele estado” promovendo regime ditatorial sobre o país.

Em verdade, tratava-se nas palavras de Paranhos, em 5 de junho de 1865, de fazer

“desaparecer de cena o governo e o Partido *Blanco*”. Na mesma sessão do Senado, o visconde de Rio Branco verbalizou a necessidade de se promover na República do Uruguai “poder ditatorial capaz de satisfazer” as “reclamações brasileiras”. E essas, não seriam poucas. Em 7 de janeiro daquele ano, o chanceler imperial João Pedro Dias Vieira declarava a Paranhos, sem servir-se das nuances da linguagem diplomática: “O Brasil cometeria um grave erro se, depois dos sacrifícios que tem feito, não se prevalecesse da ocasião para tirar todo o proveito *em favor dos brasileiros no Estado Oriental*”. (Rio Branco, 2005: 310, 319, 344, 348). Em 1º de dezembro de 1864, finalmente, o Exército do Sul, com seis mil homens, cruzava a fronteira.

Em resposta ao ataque imperial, em 13 de dezembro, os autógrafos dos tratados de 1851 foram queimados publica e cerimonialmente na praça da Independência, em Montevideú, sob “as bandeiras de Artigas”. Os símbolos imperiais foram igualmente vilipendiados e as relações comerciais interrompidas. (Pelúas & Piqué, 2009: 20; Herrera, 1927: 228; Rio Branco, 2005: 321). O barão Tamandaré justificaria sua política belicista de apoio a Venancio Flores como resposta aquelas ações, tidas como gravíssimos atentados à dignidade do Império. O Império exigia respeito absoluto aos símbolos de poder sob os quais mantinha multidões de homens escravizados, já como a última nação independente das Américas a praticar a escravidão colonial. Em janeiro de 1865, tropas da cavalaria oriental atacaram a vila de Jaguarão, em tentativa de sublevar a escravaria sul-rio-grandense, em acontecimentos ainda não cabalmente elucidados pela historiografia sul-rio-grandense. (Maestri, abril, 2011: 61-76).

### **COMO HAVIAM DITO**

Como comprovação do que propunha desde 1862, o governo oriental apresentou ao governo de Asunción as exigências do *ultimatum* imperial. Conhecendo em 25 de agosto de 1864 os termos daquele documento, o governo paraguaio enviou, em 30 de agosto, protesto formal no caso de violação e ocupação do território oriental, ao ministro imperial em Asunción, Cesar Sauvan Vianna de Lima. Após lembrar o oferecimento de mediação; o direito do Império de reclamar reparações comedidas; as declarações imperiais de respeito da independência uruguaia, o documento paraguaio declarava que “qualquer ocupação do território oriental”, “temporária” ou “permanente”, “pelos motivos consignados no *ultimatum* de 4 do corrente”, seria “atentatória do equilíbrio dos Estados dos Prata”, que interessava a “República do Paraguai, como garantia de sua segurança, paz e prosperidade”.

(Quell, 1957: 214; Herrera, 1927: 374). Tratava-se da declaração que a “invasão do território oriental por forças do exército brasileiro seria considerada pelo Paraguai *casus belli*.” (Saraiva, 1894: 4; Soares, 1995: 243).

Em 1º de setembro, Cesar Sauvan Vianna de Lima respondeu definindo a nota como injustificada e, sobretudo, que “ninguna consideración le hará [ao Império] detenerse en el desempeño de la sagrada misión que le incumbe de proteger la vida, la honra y la propiedad de los súbditos de S. M. el Emperador”. Propunha que o Império interviria no Uruguai apenas para fazer cumprir suas reclamações, em um momento em que a marinha imperial apoiava militarmente as tropas floristas. (Soares, 1995: 244).

Em nota de 3 de setembro de 1864, em resposta a Viana de Lima, o chanceler José Berges acrescentou, claramente, que o governo paraguaio “teria o pesar” de *tornar efetiva* aquela admoestação, se julgasse necessário. (Ouro Preto, 1981: 25). Ou seja, que, se o Império seguisse na invasão, mesmo conhecendo o aviso solene paraguaio, tal ação poderia determinar a guerra entre os dois países. A declaração, qualificada por Ouro Preto, em 1893, como “intimação ameaçadora”, deixava clara a disposição de intervenção militar paraguaia no caso da invasão do Uruguai.

Em 2 de setembro, quando o Império já intervinha militarmente contra o governo uruguaio, manifestantes percorreram as ruas de Asunción e dirigiram-se ao palácio presidencial para solidarizar-se com o presidente. Em curta locução, Francisco Solano López lembrou que o país não podia mais deixar de ser escutado nas “cuestiones internacionales” que incidiam mais ou menos diretamente em “menoscabo de sus más caros derechos”. Afirmou ainda que esperava que o Império ouvisse as propostas de moderação e amizade avançadas pelo Paraguai. E, se assim não fosse, apelaria ao concurso da população paraguaia “para el triunfo de la causa nacional por grandes” que pudessem ser “los sacrificios que la Partia” pedisse aos seus filhos. No dia seguinte, falando aos participantes de serenata diante de sua residência particular, na rua do Sol, López foi ainda mais enfático sobre a possibilidade de guerra, caso o Império prosseguisse em sua disposição de intervir no Prata. O major-engenheiro George Thompson proporia que as demonstrações patrióticas foram incentivadas pelas autoridades e seguidas de salva de canhões, bailes e serenatas. (López, 1996: 94-95; Thompson, 2010: 32).

A historiografia nacional-patriótica brasileira tem desqualificado insistentemente a clara admoestação paraguaia, em agosto e setembro de 1864, sobre as conseqüências inevitáveis de uma

intervenção imperial armada no Uruguai, perseguida e preparada pelo governo imperial e mitrista. Propõe-se que teria passado despercebida ou que o governo imperial não teria acreditado na mesma, apesar das diversas admoestações oficiais e não oficiais, de total e pleno conhecimento do mesmo. Essa interpretação evacua a intervenção militar imperial, a partir de agosto de 1864, como desafio claro ao governo paraguaio, consciente de que ele tinha altíssima possibilidade de eclodir em breve prazo o conflito.

Conflito ou submissão do Paraguai para os quais o Império do Brasil e a Argentina mitrista se haviam dado as mãos desde *Puntas del Rosario*, em 18 de junho de 1864. Essa operação historiográfica sustenta a proposta apologética da guerra como consequência da agressão inesperada e injustificada ao vapor marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864, devido à busca de fama ou de conquista de Francisco Solano López, em personificação rasteira da explicação dos fenômenos históricos, paradoxalmente ainda amplamente vigente na historiografia especializada.

## BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (1985). *O Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata. Da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion.
- \_\_\_\_\_ . (2012) *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARRÁN, José Pedro. (2007) *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. (1839 a 1875)*. Montevideo: Banda Oriental.
- Box, Pelham Horton. (s.d.) *Los origines de la guerra del Paraguay contra la Tripe Alianza*. Buenos Aires: El Lector.
- CALDEIRA, Jorge. (1995). *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CONRAD, Robert. (1975) *Os últimos anos da escravatura no Brasil. (1885-1888)*. Rio de Janeiro: Brasília, INL.

- LÓPEZ, Francisco Solano. (1996) *Cartas y proclamas*. Asunción: El Lector.
- Fragoso, A. T. (1934) *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército. Vol. 1.
- HERRERA, Luis Alberto. (1927) *El drama del 65: la culpa mitrista*. 2 ed. SL: SE.
- Lenin, V.I. [1982] *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. [1917] 2 ed. São Paulo: Global.
- MAESTRI, Mário. (2013) *A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra no Paraguai. (1864-1870)*. Porto Alegre: LCM Editora; Passo Fundo, PPGH UPF.
- \_\_\_\_\_. (abril, 2013) O Plano de Guerra Paraguaio em uma Guerra Assimétrica: 1865. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, 10, 23-52. [www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM10.pdf](http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM10.pdf)
- \_\_\_\_\_. (jul./dez. 2011) Pampa Negro: Agitações, Insubordinações e Conspirações Servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Dossiê História e Africanidades, *Revista Sæculum*, PPGH Universidade Federal da Paraíba, 25, 61-76. [periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/download/14007/7929](http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/download/14007/7929)
- \_\_\_\_\_. (2011) *A segunda morte de Castro Alves: genealogia critica de um revisionismo*. Passo fundo: 2 ed. UPF Editora.
- MAIA, João do Prado. (1975) *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra.
- MENDES, R. Teixeira. (1913) *Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*. 2 ed. Do 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil.
- NABUCO, Joaquim. (2007) *La guerra del Paraguay: la diplomacia y el militarismo del Brasil Imperial en la Cuenca del Plata*. Corrientes: Ameríndia.
- O'LEARY, Juan E. (1970) *El Mariscal Solano López*. 3 ed. Asunción: America.
- Ouro Preto, Visconde. (1981) *A Marinha d'outrora: subsídios para a história*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- PALERMO, Eduardo R. (2013) *Tierra esclavizada: el norte uruguayo en el la primera mitad del siglo XIX*. Rivera: Tierra Adentro.
- PELÚAS, Daniel & Piqué, Enrique. (2009) *Crónicas guerra de la Triple Alianza y el*

*genocidio paraguayo*. SL. Arca.

- PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. (1894) *Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dr. [...] na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Correio do Sul.
- QUELL, H. Sanchez. (1957) *La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-corá*. 3 ed. Buenos Aires: Guillermo Kraft.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. (2005) *Com a palavra, o visconde do Rio Brando: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília Funag.
- SARAIVA, José Antônio. (1894) *Resposta do Conselheiro José Antônio Saraiva ao dr. Vasquez Sagastume*. Bahia: Diário da Bahia.
- SCHNEIDER, L. (2009) *A Guerra da tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Pradence.
- SCHWARCZ, Lilia M. (1998) *As barbas do Imperador. D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia de Letras.
- SOARES, Teixeira. (1995) *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Brand.
- Thompson, George. (2010) *La guerra del Paraguay*. Asunción: Servilibro.

**Resumo:** O século VII é tratado pela historiografia como o período de consolidação da Igreja no reino visigodo. Momento em que bispos como Isidoro de Sevilha, Bráulio de Saragoça e Hidelfonso e Julian de Toledo ajudam a consolidar a Igreja local.

No entanto, os bispos no século VII estavam distantes de uma roupagem que parecesse centralmente eclesiástica, membros das aristocracias locais, na prática, disputam poderes e não abrem mão de suas prerrogativas militares, participando de levantes, defesa das cidades e das guerras pelo poder no espaço da Península Ibérica.

Este artigo tem por objetivo observar como os bispos visigóticos, sobre o papel das prerrogativas militares que misturam as posições entre membros do episcopado e magnatas hispanogodos, marcando uma posição específica de autoridade. Observaremos três diferentes frentes, a formação que valoriza o papel do físico, e o posicionamento como autoridades de Isidoro de Sevilha e Bráulio de Saragoça.

**Palavra chave:** Visigodos; autoridade; relações de poder

**Abstract:** The seventh century is treated by historiography as the period of consolidation of the Church in Visigothic kingdom. Bishops as Isidore of Seville, Braulio of Saragossa and Hidelfonso and Julian of Toledo support the consolidation of a local Church.

However, this bishops in the seventh century were far from a centrally ecclesiastical garb that seemed, members of local aristocracies in practice vying powers and do not give up their military prerogatives, participating in riots, defense of cities and wars for power in space of the Iberian Peninsula.

This article aims to observe how the Visigoth bishops on the role of military prerogatives that mix the positions of members of the episcopate and aristocratic Hispanic Goths positions marking a specific position of authority. Observe three different points, the training that emphasizes the role of physical and positioning authorities as Isidore of Seville and Braulio of Zaragoza.

---

<sup>1</sup> Rodrigo Rainha é Doutor em História pela UFRJ, atuando como Professor e Coordenador do curso de História da Universidade Estácio de Sá e como pesquisador no Programa de Estudos Medievais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Key-words:** Visigothic, authority and power relations.

## INTRODUÇÃO

A discussão que empreenderemos neste artigo tem relação com o entendimento do que é um bispo no reino visigodo no século VII. Muito se trabalha que durante a organização da igreja fora se constituindo um campo específico de poder, em que a Igreja, em busca de uma forma institucional, é abordada em questões pensadas no entorno da produção intelectual, sua influência política, e a força de um discurso que busca hegemonia em sua forma religiosa.

Um estudo mais apurado da formação dos reinos germânicos nos apresentam territórios que em nada tem relação com um mundo romano plenamente organizado ou um quadro de desolação absoluta com a chegada de cruéis grupos bárbaros entre os séculos IV e V. A historiografia há tempos trabalha com o processo de transição, chamado de Antiguidade Tardia, cujo intento, por alguns autores, se alinha no sentido de ressaltar sua continuidade; outros sublinham fortemente as rupturas empreendidas, demonstrando que o século V apresenta o quadro da antiguidade Ocidental Romana e, em torno de um mundo ruralizado, militarizado, o domínio das relações pessoais.

Minha participação neste debate será na busca de compreender que personagem é este que ganha notoriedade nos séculos subsequentes, nos reinos estabelecidos no entorno do mediterrâneo ocidental: o bispo. Estes clérigos, que já foi abordado por importantes trabalhos, como os da professora Leila Rodrigues da Silva e Santiago Castellanos, que buscaram compreender o perfil de bispo idealizado, que vai tomando forma através dos concílios locais.<sup>2</sup> Mas nossa perspectiva é outra: entendemos que esta figura, apesar do modelo intelectual que é reproduzido nestes documentos, não abandonam as prerrogativas de cunho militar, característica associada tradicionalmente aos chamados magnatas,<sup>3</sup> senhores de terra, mas que reuniam, em torno de si, funções administrativas, militares e religiosas.

2 SILVA, L. R. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – séc. V – VII. *História: Questões e Debates. Instituições e poder no medievo*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da UFRP / Editora da UFRP, n. 37, p. 67 – 84, jul-dez 2002. e SANTIAGO CASTELLANOS. Las Relíquias de Santos y su Papel Social: cohesión cumunitaria y control episcopal en Hispania (V – VII). *Polis. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*, Alcalá de Henares, n. 8, p. 5-21, 1996; \_\_\_\_\_. *Poder Social, Aristocracias y Hombre Santo en la Hispania Visigoda. La Vita Aemiliani de Braulio de Zaragoza*. Logroño: Universidade de La Rioja, 1998.

3 SANTIAGO CATELLANOS. *Poder Social... Op. cit.* p.66 - 104

## A FORMAÇÃO DO REINO VISIGODO DE TOLEDO

No âmbito do estabelecimento dos reinos romano-germânicos na Europa Ocidental, o século VII, no governo visigodo, é um dos momentos de fortalecimento das funções bispais. Desde a conversão, em 589, do monarca Recaredo com a aliança entre a Igreja Católica<sup>4</sup> e a nobreza visigoda, e ao longo da primeira metade da centúria seguinte, a organização social é assunto recorrente nos discursos episcopais, revelando-nos tensões e disputas na elite local. Antes de aprofundar este capítulo, contextualizemos o período.

Nossa pesquisa está relacionada às transformações sociais e políticas ocorridas no âmbito da Europa Ocidental, no período identificado como *Primeira Idade Média*,<sup>5</sup> com a supressão geopolítica do Império Romano do Ocidente e o estabelecimento de novas forças, configurando vários *regna* autônomos no antigo espaço romano.<sup>6</sup>

Os godos têm longa relação com o Império Romano, ora como algozes – como na vitória sobre Valente<sup>7</sup> e no saque de Roma<sup>8</sup> –, ora como defensores frente aos “invasores” da Península Ibérica<sup>9</sup> e aos Hunos.<sup>10</sup> Esses elementos são necessários para compreendermos a ideia de grupo muito romanizado, normalmente a eles atribuída.

Podemos afirmar que a própria organização política e a noção de *gens gothorum* sinalizam, de maneira indelével, a presença de tradições romanas entre os godos. Os sinais desta romanização são ainda mais marcantes quando observamos o fato de serem seguidores do cristianismo *ariano*.<sup>11</sup>

4 A adoção do termo católico segue a forma como a Igreja local aparece na documentação, na busca de afirmar legitimidade, é referida com o termo em grego que faz referência a *catholicae*, no sentido de universal.

5 Adotamos a nomenclatura de *Primeira Idade Média* por entender que as características que aparecem envoltas nas disputas de poder no reino visigodo apresentam um rompimento com as leituras sócio-políticas compreendidas como Antiguidade. Entendendo que qualquer classificação é uma opção e que qualquer momento é marcado por continuidades e rupturas com o passado, devemos salientar que nossa pesquisa a observação da educação greco-romana na antiguidade é fundamental, mas entendemos que suas formas são ressignificadas. Logo, não adotamos o sentido de permanências, mas sim, o foco sobre o contexto social diverso, e a busca do passado como ação legitimadora.

6 *Regnum* é um conceito que aparece muitas vezes associado a uma tradição literal de «reino.» Preferimos o seu entendimento relacionado à autoridade, reconhecimento de grupo ou de poder. Dá uma possibilidade de compreendermos algo em constante transformação, em que sua força encontra-se diretamente relacionada ao reconhecimento do poder do grupo que o representa. Cf.: SANTIAGO CASTELLANOS. *Los y la Cruz. Recaredo y la unidad de spania*. Madrid: Alianza, 2007. p. 36 – 38. FRIGHETTO, R. Aspectos Teóricos e Práticos da Legitimidade do Poder Régio na Hispania Visigoda: o Exemplo da Adoptio. *Cuadernos de Historia de España*. Madrid, Madrid, v. 79, n. 1, p. 237 – 246, 2005. p. 238 - 239; e BARROSO CABRERA & MORÍN DE PABLOS. *Imagen Soberana y Unción regia en el Reino Visigodo de Toledo. CODEX AQUILARENSIS. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa Mariá la Real*, Toledo, n. 20, p. 6 – 25, 2007.

7 Vitória de parte do ramo dos visigodos sobre o Imperador Valente e sua consequente morte em 378. Cf.: WOLFRAM, Herwig. *History of The Goths*. Berkeley: University of California, 1988. p. 121 – 122.

8 Saque de 410 a Roma, quando os visigodos foram exigir parte das promessas feitas em acordos com o poder romano. Cf.: *Ibidem*. p. 154 – 155.

9 Em 418 os visigodos combateram como soldados romanos na Península Ibérica para expulsar grupos “bárbaros” que haviam ocupado o território. Cf.: SANTIAGO CASTELLANOS. *Los Godos y La Cruz. Recaredo y la unidad de Spania*. Madrid: Alianza, 2007. p. 65 – 69.

10 Os visigodos participaram da confederação de germânicos e romanos organizada para conter os avanços de Atila em torno de 450, sendo considerados um dos responsáveis pelo recuo dos hunos. Cf.: *Idem*.

11 Arianismo é uma vertente heterodoxa do cristianismo, condenada no concílio de Calcedônia, mas teve grande aceitação entre as organizações políticas romano-germânicas.

Esses traços de romanização eram associados a uma estrutura de intensa valorização das relações pessoais e à aproximação de clãs familiares em torno de uma liderança que, dentre suas principais funções, mantinha a militar.

Nesse contexto, os visigodos no final do século V estavam assentados em uma extensa região entre os Alpes e os Pirineus, margeando o Mediterrâneo. Com o centro do seu poder na cidade de Tolosa, intensificaram as relações com as novas lideranças, seja com os ostrogodos e Teodorico na península Itálica, seja com os comandos francos, representados em especial pelos merovíngios.

Uma das características mais marcantes desse momento está na busca pela continuidade dos avanços militares e na vitória frente a forças consideradas antagônicas. Nesse sentido, é emblemática a batalha de *Vouillé*, em 507, entre francos e visigodos. Derrotados e sem uma liderança política, com a morte de Alarico II, verifica-se um afluxo de magnatas visigodos buscando novos territórios. Muitos permaneceram em Narbona, mas tantos outros partiram em busca de terras em uma região já conhecida pelo grupo: a Península Ibérica.

Os primeiros trinta anos posteriores são marcados pela tutela de Teodorico, rei dos Ostrogodos, na região, governando em nome de seu neto Amalarico. Este distanciamento do poder central permitiu que as elites visigóticas se reorganizassem localmente e passassem a disputar o poder, o que ajuda a estabelecer certo distanciamento do poder central. Com os monarcas seguintes, temos a presença de um dos elementos mais significativos da política do *gens gothorum* na Península Ibérica: as disputas pelo direito à liderança político-militar.<sup>12</sup>

Nesse espaço descentralizado de poder é complexo perceber uma organização política. Autores como Isabel Velazquez e Leila Rodrigues sinalizam, no entanto, que devemos notar que determinados espaços de interlocução são estabelecidos. Enquanto a primeira aponta para a função dos episcopados ariano e católico,<sup>13</sup> a segunda realça que os centros urbanos funcionam como ambientes que permitiram a continuidade das relações de poder entre os grupos anteriormente constituídos e os germanos.<sup>14</sup>

Um dos desafios da historiografia contemporânea tem sido elucidar as relações sócio-

12 O conceito de *gens gothorum* é largamente adotado pelo direito e surge pela dificuldade em conceituar de maneira clara a origem dos grupos da região. Nota-se então uma construção não étnica, mas de um reconhecimento recorrente e o pertencimento que as batalhas acabaram por fornecer. Kulikowski chama atenção do papel da liderança militar na configuração da identidade. KULIKOWSKI, M. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras, 2008. p. 184 – 185.

13 Cf.: VELAZQUEZ SORIANO, Isabel. Ámbitos y ambientes de la cultura escrita em Hispania (s. VI): De Martín de Braga a Leandro de Sevilla. *Studia Ephemeridis Augustinianum*, Roma, n. 46, p. 329 – 351, 1994.

14 Cf.: SILVA, L. R. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – séc. V – VII. *História: Questões e Debates. Instituições e poder no medievo*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da UFRP / Editora da UFRP, n. 37, p. 67 – 84, jul-dez 2002.

políticas visigóticas após a ocupação da Península Ibérica – afastando-se dos referenciais que buscam o nascimento da Espanha ou afirmação do poder e a glória da Igreja local. José Carlos Martín, Santiago Castellanos, Isabel Velásquez e Roger Collins<sup>15</sup> têm introduzido uma releitura da compreensão de reino visigodo de Toledo.

Ao nos filiarmos a esta linha de pensamento, entendemos que no século VI a organização ibérica se apresenta de forma fragmentada e com os poderes locais, magnatas, nas palavras de Santiago Castellanos,<sup>16</sup> dialogando com *senatores* e *domini* romanos. A organização política é um discurso a ser alcançado, não uma realidade social, nem política, nem eclesiástica.

A historiografia espanhola trabalha atualmente com a perspectiva de uma grande transformação a partir da ascensão familiar de Leovigildo, sinalizando uma bem sucedida centralidade do poder sócio-político visigótico neste momento. Suas medidas e empreendimentos militares buscam oferecer a legitimidade à monarquia visigótica. Garcia Moreno defende, inclusive, que só se pode compreender a organização do reino visigodo de Toledo a partir da chegada desse monarca ao poder.<sup>17</sup>

Mas esse é um dos pontos fundamentais de nossa discussão: podemos considerar que os visigodos tornaram-se um reino estruturado e centralizado a partir de Leovigildo? Que em si esta ocasião representa o fim do processo de consolidação do reino? Nossa proposição é que de fato este momento é o início de uma proposta fundamental ao espaço político e eclesiástico visigótico, mas sua formulação foi vista e revista ao longo do século VII, sem alcançar, em momento algum, a centralidade que os discursos eclesiásticos insistem em construir.

Sua legitimidade, no entanto, dependia diretamente da interlocução com os diversos poderes locais. Para tal, Leovigildo no século VI, por exemplo, lança mão de dois importantes expedientes: 1) reorganiza juridicamente o reino, mudando e adaptando leis, permitindo casamentos mistos e garantindo o direito de terras de grupos hispano-romanos; 2) busca o diálogo com quem simbolicamente representava a continuidade do Império Romano e que, ao mesmo tempo, eram importantes senhores de terras locais: o episcopado católico.

Um concílio foi convocado para que as diferenças entre arianismo e cristianismo niceno fossem remediadas. Infelizmente, as atas foram perdidas, mas segundo João de Bicláro, a proposta de

15 Cf.: SANTIAGO CASTELLANOS. La Capitalización Episcopal del Culto de los Santos y su Transfondo Social: Braulio de Zaragoza. *Studia Histórica - Historia Antigua*, Salamanca, v. 12, p. 169 - 177, 1994.; COLLINS, R. *La España Visigoda: 409 - 711*. Barcelona: Crítica, 2005; e MARTÍN, J. C. *La Renotatio Librorvm Domini Isidori de Braulio de Zaragoza (651). Introducción, edición crítica y traducción*. Logroño: Fundación S. Milan de la Cogolla, 2002.

16 Cf.: SANTIAGO CASTELLANOS. *Los Godos. Op.cit.*, p. 71 - 88.

17 Cf.: GARCIA MORENO, L. Disenso religioso y hegemonía política. *Cuadernos 'Ilu*, n. 2, p. 47 - 63, 1999.

conversão ao arianismo com a garantia mantida dos direitos, como episcopados, foi refutada.<sup>18</sup>

A tensão transforma-se em disputa quando, liderados por Hermenegildo, os nobres da Bética promovem um levante, dividindo o reino visigodo. Parte da historiografia mais tradicional, representada por José Orlandis,<sup>19</sup> leu este movimento como uma disputa entre a vertente ariana *versus* os católicos do bispo Leandro de Sevilha e o recém-convertido Hermenegildo. Já as linhas mais contemporâneas notam a estrutura dos poderes locais e a valorização do poder monárquico como foco deste conflito.<sup>20</sup>

Este embate já foi bastante estudado e, desde Thompson,<sup>21</sup> há uma concordância de que a disputa não é exegética, mas de aristocracias locais. Não é à toa que uma parte do episcopado apoia Leovigildo, enquanto outro conjunto, representado por Leandro de Sevilha, opõe-se a este monarca. Apesar de não ficar claramente explícito nos documentos eclesiásticos, já que a querela que fora estabelecida no *campo religioso* destacava a divergência entre arianos e católicos, as disputas de poder do campo político estavam inegavelmente presentes.

Após abafar a revolta, Leovigildo não consegue retomar seu projeto político de aproximar as elites locais e as visigodas, tampouco alcançar a legitimidade decorrente deste acordo. Este monarca obtém algumas vitórias militares importantes mesmo depois de vencer seu filho, no entanto, não tentou novamente um projeto de unificação religiosa.

Muito se discutiu sobre as posições de Leovigildo. Na *História Gothorum*,<sup>22</sup> escrita por Isidoro de Sevilha, o monarca é apresentado como um bom governante, traído pela heresia ariana. Gregório de Tours afirma que em seu leito de morte o rei tinha se arrependido de seus erros e se convertido ao cristianismo niceno.<sup>23</sup> Devemos ressaltar que, a partir da ascensão de Leovigildo ao trono visigodo, no início da segunda metade do século VI, o projeto político visigodo muda de diretriz, buscando não

18 Cf.: LAMBERT, A. La famille de Saint Bráulio et l'expansion de la regle de Juan de Biclaro. *Revista Universidad*, Saragoça, X, n. 1, p. 65 – 80, 1933; e GARCIA MORENO, L. \_\_\_\_\_. Dissidência religiosa y poder episcopal en la España tardoantigua (ss. V-VIII). In: JAVIER LOMAS, Francisco et DÉVIS, Federico (Ed.) *De Constantino a Carlomagno. Disidentes, Heterodoxos, Marginados*. Universidad de Cadiz, s/d. p. 135-158.

19 Cf.: JOSE ORLANDIS. *História Del Reino Visigodo Español*. Madrid: Rialp, 1990; JOSE ORLANDIS – DOMINGO RAMOS-LISSON. *História de Los Concilios de la España Romana y Visigoda*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1986; e *Hispania y Zaragoza en la Antigüedad Tardia: estudios vários*. Zaragoza: D.L., 1984.

20 ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. Conversão ou Cristianização. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 91 - 101, 2010. Disponibilizado: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/192/213>. (acessado em 10/11/2011);

SANTIAGO CASTELLANOS & Martín Viso, Inaki. The local articulation in the north of the Iberian Peninsula. *Early Medieval Europe*, Oxford, n.13, p. 1 – 42, 2005 e GONZÁLEZ FERNANDEZ, J. e CODONER MERINO, C. *San Isidoro: doctor de las españas*. Sevilla: Fundación El Monte, 2003.

21 Cf.: THOMPSON, E. A. *Los Godos en España*. Madrid: Alianza, 1971. p. 240 – 256.

22 Cf.: ISIDORO DE SEVILHA. *Historia de Regibus Gothorum*. Edição crítica e belingue de Criastóbal Rodriguez Alonso. León: Centro de Estudios de “San Isidoro,” 1975. p. 53 - 57.

23 Cf.: GREGOIRE DE TOURS. *Histoire des Francs*. Tradução: Robert Latouche. Paris: Les Belles Lettres, 1996. Livro VIII, p. 46.

mais a separação entre hispanos e godos, mas sim, a união dos diversos grupos aristocráticos.<sup>24</sup> Seu filho e sucessor Recaredo dá prosseguimento ao caminho do pai, pela via católica. O III Concílio é um marco no reino visigodo de transformação dessas reuniões em conselhos políticos, com a participação inclusive de reis e nobres.<sup>25</sup>

Quando ocorre a mudança de rumo na direção política, a Igreja Católica assume um papel de representação religiosa frente a todo reino.<sup>26</sup> Nesse contexto, ocorre a diversificação dos quadros eclesiásticos com o incremento da entrada dos visigodos na instituição. Assim, ao mesmo tempo em que a *Ecclesia* alcança alguma legitimidade e autonomia, depara-se com a necessidade de manter a coesão dos seus membros e de se fazer presente na sociedade.<sup>27</sup>

A união entre clero e nobreza confere aos membros do episcopado a possibilidade da participação política de forma direta nas questões do reino: o clero passa a interferir na eleição do monarca e desfruta de uma conjuntura na qual os cânones conciliares possuem peso de lei, a serem respeitados por toda a sociedade.<sup>28</sup> Cabe salientar que tais privilégios só foram construídos e reafirmados à medida que o episcopado relacionou o seu fortalecimento à necessidade de homogeneidade do grupo. Ou seja, o beneficiamento decorrente da elevação dos cânones à categoria de lei civil foi possível graças à busca interna de coesão por parte da elite eclesiástica, que, por sua vez, alimentou uma conjuntura política propícia ao investimento no fortalecimento episcopal.

Uma vez convertido ao credo católico, o arianismo, em pouco tempo, desaparece das referências documentais no reino visigodo, passando as disputas a serem vinculadas ao posicionamento dos bispos no seio da instituição unificada. Este ponto é um dos elementos centrais de nossa pesquisa, uma vez que entendemos que, apesar da força eclesiástica e da consolidação da hegemonia

24 Cf.: GUERRAS MARTIN, M. Sonsoles. A Teoria Política Visigoda. In: DE BONI, Luiz Alberto (org.) *Idade Média: ética e política*. 2ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 79 – 89. (Coleção: Filosofia 38) e FRIGHETTO, R. *Aspectos Teóricos e Práticos da Legitimidade do Poder Régio na Hispania Visigoda: o Exemplo da Adoptio*. Cuadernos de Historia de España, Buenos Aires, v. 79, n.1, p. 237 – 246, 2005.

25 Cf.: THOMPSON, E. A. *Los Godos...* Op. cit., p.53 – 54; e GARCIA MORENO, Luis A. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Cátedra, 1989. p. 323.

26 Seguindo a proposta de Pierre Bourdieu, que o conflito pela busca do controle do capital simbólico é um pressuposto na organização do *campo*. O que observamos é que o controle do discurso religioso, representado por sua posição hegemônica, passa a buscar o reconhecimento do seu poder frente aos demais espaços sociais. Cf.: BOURDIEU, P. É possível um ato desinteressado? In: *Razões Práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1997. p. 137-156.

27 Sempre que indicarmos Igreja, estamos tratando de uma instituição de características locais, como Igreja Visigoda que, apesar de seus membros afirmarem pertencer a um grupo mais amplo, ou universal, suas características e preocupações são iminentemente locais. Cf.: ORLANDIS, J. *La Iglesia en la España visigótica y medieval*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1976. p. 340 - 386.

28 Vale ressaltar que, por tradição, a monarquia visigoda era eletiva. Ou seja, com a morte de um monarca, os membros das principais famílias se reuniam para eleger o novo rei. Este deveria tomar posse na mesma localidade onde o monarca anterior morrera. Após o III Concílio de Toledo, essa decisão contará com o apoio do episcopado. Sobre o assunto, o professor Renan Frighetto realça a tradição imperial romana presente neste tipo de eleição. Cf.: ORLANDIS, J. *Historia Del Reino Visigodo Español*. Madrid: Rialp, 1990. p. 89 – 139. ; FRIGHETTO, Renan. A imagem do rei nas fontes hispano-visigodas: aspectos teóricos. In: *Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba. p. 81. 2002. e

religiosa, com o enfraquecimento do principal desafiante, na prática, o espaço de poder não se mostra consolidado, já que o centro das disputas permanece em torno dos poderes aristocráticos locais.

Uma aliança, então, fica delineada. No entanto, o reino visigodo, por toda a trajetória há pouco apresentada, não tem uma unidade que garanta que as decisões de sua monarquia passem a ser hegemônicas. Ao contrário, a institucionalização monárquica e o seu reconhecimento se tratavam de algo a ser buscado paralelamente à consolidação da hierarquia eclesiástica.

A lógica do *Regnum*, de acordo com Garcia Moreno, por exemplo, sinaliza que o século VII (até 642) é o período em que se tem estabelecida uma “*monarquia de caráter pactista e feudalizada, quadro imprescindível para o surgimento de inumeráveis rebeliões e golpes Estado.*”<sup>29</sup> Não identificamos a formação de Estado, porém nos aproximamos de Garcia Moreno por entendermos que os pactos e as relações pessoais constituem, entre outros aspectos, a formação do *Regnum*. Leia-se, uma estrutura administrativa dicotômica, que por um aspecto tem discursos que defendem a centralização como um ideal, mas que, por outro lado, é forjado pela constante reconstrução de suas relações de força, não tendo fronteiras delimitadas, regras de sucessão consolidadas e sendo marcados principalmente pelas relações pessoais.<sup>30</sup>

## OS BISPOS GUERREIROS

A perspectiva de valorização das prerrogativas militares, entendendo sua condição de *dominus*,<sup>31</sup> aparece na documentação visigótica de forma recorrente entre os séculos VI e VII, sendo marcadas, ainda que não de forma direta, mas sem que percamos a perspectiva de sua ação e poderio.

Um dos documentos de difícil datação, mas do período visigótico, é o *Institutionum Disciplinae*, um pequeno opúsculo que ensina sobre a educação, e suas formas no reino visigodo. Este documento foi encontrado no início do último século, em dois manuscritos da *Parisinus lat. 2994 A* e *Cód. Lat. Monacensis 6384*, o primeiro atribui sua origem a Isidoro de Sevilha e o segundo a Agostinho de Hipona.<sup>32</sup>

Os cânticos também fazem parte do *Institutionum Disciplinae*, no entanto, eles são uma preocupação, pois é necessário que se fuja dos “*cantos eróticos e vergonhosos*”, pois era de sua

29 Cf.: GARCIA MORENO, L. *História de España... Op. cit.*, p. 143 – 160; e BOURASSA, G. Reasons for Political Instability in the Visigothic Kingdom in Iberia. *Washington College Review*, v. 5, p. 27 - 45, 2007.

30 Cf.: SANTIAGO CASTELLANOS. *La Hagiografía Visigoda. Dominio social y proyección cultural*. Logroño: Fundación San Millán de la Cogolla, 2004. p. 163 – 168.

31 Mário Jorge da Mota Bastos...

32 Cf.: Rodrigo Rainha – Livro Pem

tradição militar os cantos de guerra. É notar que é interessante a presença da tradição militar, e a tentativa do diálogo episcopal

Um dos pontos centrais da instrução sobre a educação é a referência ao corpo, mas com uma analogia interessante, a virtude aparece como o mestre e a indolência como algo a ser combatido. No documento que analisamos, o controle do corpo é um dos elementos centrais do ensino, uma vez que ele deve ser treinado para as armas, cavalaria, corrida e lutas. Deve-se dar vazão ao *disputatio* como forma de vencer a sexualidade que aflora nos jovens.

A referência a ação física, a luta, a presença dos cânticos de batalha em um documento que, ainda que inspirado em autores romanos, são utilizados para educar os membros da aristocracia visigótica, são um interessante indicativo da força que permanece na prerrogativa de cunho de preparação de ordem militar destes membros.

### **ISIDORO DE SEVILHA: O MODELO**

Isidoro de Sevilha foi um bispo do século VII que alcançou grande notoriedade no reino visigodo. Os autores que buscam escrever sobre história cultural, intelectualidade ou a tradição clássica presente no reino visigodo, têm, em Isidoro de Sevilha, uma referência obrigatória, sendo este, apresentado com epíteto que vai de Salvador da Espanha a doutor da Hispania. Suas obras tiveram grande circulação durante a Idade Média, e manuscritos isidorianos foram encontrados em importantes centros da cristandade, como Paris, Roma e Viena.

A consideração a Isidoro de Sevilha é garantida graças, sobretudo, ao número e a importância das obras que o bispo de Sevilha deixou inventariadas por um dos seus principais discípulos, Bráulio de Saragoça. Tais escritos marcam a preocupação com as bases da cultura greco-romana, como forma de valorizar culturalmente o novo reino e principalmente o episcopado visigótico que se configurava no século VII.

A história do reino visigodo esteve de alguma maneira muito ligada à família do bispo de Sevilha, com seus irmãos e irmãs ocupando importantes cargos eclesiásticos no episcopado ibérico. Destaque, sem dúvida, para Leandro de Sevilha, seu antecessor e bispo que esteve à frente do III Concílio de Toledo, momento que marca a aliança entre a aristocracia visigótica e as elites hispano-romanas representadas, então, pelo episcopado.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Devemos salientar que as alianças que apresentamos são fruto das observações a partir dos estudos, que indicam proximidades aristocráticas, mas de fato, como acordo político claramente firmado, ou ainda uma aliança que englobe

Proveniente de uma região muito romanizada, com contatos importantes com Roma e Bizâncio, Isidoro de Sevilha valeu-se em especial de relações sociais e políticas para afirmar-se como liderança frente ao episcopado. Durante o reinado de Sisebuto, presidiu concílios em Sevilha, participou da educação do monarca e de parte da elite política visigótica. Ainda como bispo, foi o interlocutor de monarcas em tempos de crise, como Suintila e Sisenando.

Este momento é emblemático para notar a atuação político militar de Isidoro de Sevilha. Vale destacar que a região era uma força problemática nas disputas visigóticas, dali, e com o apoio de Leandro de Sevilha, Hermenegildo liderara um grande levante contra o monarca, seu pai, Leovigildo. Este centro de poder continuou forte, como comprova a organização dos dois concílios de Sevilha, liderados por Isidoro, e quando Sisenando derrota Suintila, estabelecendo um golpe militar que acaba com o monarca assassinado, o nobre precisa refazer sua base de apoio.

Visando se descolar da aristocracia de Toledo, considerada perigosa, busca em um acordo em Sevilha, transformando Isidoro em Primado do Reino e para marcar sua proximidade culminaram na celebração do IV Concílio de Toledo, que legitima o rei.

Isidoro assume o bispado de Sevilha ainda no princípio do século VII, tendo acompanhado as primeiras crises políticas, desde a morte de Liuva II até a ascensão de monarcas que ele próprio chamaria de usurpadores em sua *História Gothorum*, como Viterico e Gundemaro, apesar de ter sido nomeado metropolitano pelo último.

Muitos materiais apresentam Isidoro como Primado do reino, porém temos que destacar que, na prática, tal cargo nunca existiu entre os visigodos. Quem presidia o concílio era o bispo mais velho e os poderes da Igreja ficavam na mão de uma complexa estrutura episcopal, em que eram exaltados justamente os metropolitanos. O que acontece é que, apesar da cidade sede do poder ter continuamente se solidificado no entorno de Toledo, Isidoro, por conta de sua atuação, de seu reconhecimento intelectual e político, se tornou, durante longo tempo, uma das figuras mais notórias do reino.

Seu grande suporte esteve sem dúvida na proximidade do monarca Sisebuto, que sempre se apresentou como seu seguidor, aluno, e, porque não, discípulo em um sentido mais contemporâneo de análise. Sob seu comando, Isidoro presidiu um concílio local, o II de Sevilha, convocado pelo próprio rei e que tem um cânone simbolicamente importante por uma longa negação do monofisismo,

---

todos os membros desta aristocracia, este acordo não existe. Sempre tivemos no domínio godo da península ibérica a tentativa de estabelecer diretrizes centrais, mas na prática um predomínio importante das elites locais.

afastando-se ali, definitivamente, das tradições de origem bizantinas.

Voltando a atuação como Senhor de Isidoro também esteve à frente do episcopado em meio às disputas que aconteceram na revolta de Sisenando, em 631, que toma as regiões de Narbona e *Caesaraugusta*, sendo considerados, por muitos, o interlocutor da região centro-sul, que teria transformado o usurpador em monarca legítimo, indo inclusive contra as famílias que representavam o monarca deposto, em nome do que Rachel Stocking chama de “consenso”.

Várias dos escritos de Isidoro de Sevilha reflete as tensões que nós observamos nas disputas de poder local. O bispo é também um representante de sua aristocracia, e ao construir sua História dos Godos,<sup>34</sup> marca como os monarcas, mesmo ruins, foram necessários, pois os tiranos são algozes escolhidos por Deus, para punir os erros dos homens.

Podemos observar que a ação política e intelectual esteve sempre atrelada ao poder que o bispo emana, e se torna uma importante referência para o episcopado visigodo. Afinal, vale lembrar que não temos uma organização definitiva e inquestionável deste episcopado na primeira metade do século VII. Devemos observar as lideranças eclesiásticas necessariamente como líderes locais com interesses religiosos, políticos, econômicos e sociais associados a este comando. Por conta do *habitus* religioso, suas disputas se manifestavam por meio de discursos prelatícios. Assim, enfrentamentos políticos eram ressaltados em defesas de unidades, ou acusações de afastamentos dos dogmas do cristianismo. O que observamos no discurso isidoriano é a tentativa de afirmação de que este grupo, de alguma forma, alcançasse maior coesão.

Como forma de compreender a proposição isidoriana, que infelizmente aparece por demais mutilada pelo baixo número de cartas e, ainda, realçado pelo predomínio de cartas trocadas com Bráulio de Saragoça, adotamos o uso das *Etimologias*, especificamente seus onze primeiros livros. Neste processo, voltamo-nos para uma análise semântica, com ênfase na relação mestre-discípulo e a educação.

As *Etimologias*, como indica seu nome, é a busca da origem das palavras, e, por consequência, da construção de seu significado. Tal conjunto pretendeu abarcar todo o conhecimento da época. Este material tem como característica marcante reunir diversas conceituações feitas por Isidoro de Sevilha ao longo de sua produção intelectual. Além disso, é um documento que está imerso na relação entre os bispos, uma vez que Bráulio de Saragoça foi o responsável por sua organização, a pedido do

34 ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum*. Edição crítica e belingue de Criastóbal Rodriguez Alonso. León: Centro de Estudios de “San Isidoro,” 1975.

hispanense, dando-lhe formas finais.<sup>35</sup>

A proposta isidoriana de organização do reino passou a ser um dos referenciais, entre outras questões, para o entendimento da função da educação, objetivo de seus principais trabalhos, como, por exemplo, as *Etimologias*.

Bráulio de Saragoça, na carta V do epistolário,<sup>36</sup> esmiúça a posição de liderança de Isidoro de Sevilha, como trataremos adiante, não deixando dúvida sobre a visão que tem do episcopo sevilhano. Mesmo elites locais que poderiam considerar os acordos isidorianos como um problema,<sup>37</sup> conforme observamos nas posições de Hidelfonso de Toledo, como representante dos bispos toledanos provenientes do mosteiro de Agali, aceitam sua autoridade, haja vista o respeito com que o trata no *De Viris Illustribus*.<sup>38</sup>

Diante de seu papel como mestre reconhecido pelos bispos visigóticos, propomos que Isidoro de Sevilha traça um perfil sobre a educação, suas formas de penetração na sociedade, fundamenta a educação moral voltada para as atitudes e virtudes cristãs, explica, a partir de exemplos, o que é um bispo, e recupera elementos clássicos no sentido de reaver a posição da Igreja visigótica como continuadora do Império Romano. A liderança isidoriana se espelha no papel de mestre que ele próprio formulou. Este mestre é marcado pelas relações pessoais, criando uma posição que sobrepõem as funções do Magnata e do Bispo e tem função primordial no âmbito intelectual.

Devemos entender o bispo como uma figura destacada, mas que não cria, pessoalmente, um modelo que deverá ser obedecido por todos, mas sim, que a sua *auctoritas* derivava de um conjunto de elementos, entre eles da sua autoridade local, de sua prerrogativa militar.

35 Este é um dos materiais mais polêmicos, uma vez que suas referências aparecem sobre os trabalhos de Isidoro sobre as Origens, ainda na primeira década do século VII. No entanto, durante anos, conforme Bráulio de Saragoça apresenta em suas cartas, foi provavelmente feito em um primeiro momento em homenagem ao rei intelectual Sisebuto. No entanto, o documento só ganhou sua forma final, também registrado em carta de Isidoro de Sevilha, quando enviado ao bispo de Saragoça que a dividiu em livros e fez questão de, na sua difusão, valorizar sua ação na organização da obra. Não à toa que grande parte dos manuscritos das *Etimologias* tem em sua “introdução” na troca de cartas entre o bispo de Sevilha e Saragoça sobre as *Etimologias* e o pedido de Isidoro que este a finalize. Cf.: MARTÍN, J. C. (ed.). *Scripta de Vita Isidori Hispalensis episcopi: Braulionis Caesaraugustani episcopi, Renotatio Librorum domini Isidori; Redempti clerici Hispalensis, Obitus beatis- simi Isidori Hispalensis episcopi; Vita sancti Isidori ab auctore anonymo saeculis XI-XII*. Tounholt: Brepols, 2006. (Corpus Christianorum – Série Latina – 113 B). p. 43 – 44.

36 EBS. Carta V. p. 66 – 75.

37 Cf.: STOCKING, Rachel L. *Bishops, Concils, and Consensus in the Visigothic Kingdom, 589 - 633*. Michigan: The University of Michigan, 2003. p. 64 - 65; GUERRAS MARTIN, M. Sonsoles. A Teoria Política Visigoda. In: DE BONI, Luiz Alberto ( org. ) *Idade Média: ética e política*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 79 – 89. (Filosofia 38.) e RIBEIRO, Daniel Valle. A sacralização do poder temporal: Gregório Magno e Isidoro de Sevilha. In: SOUZA, José Antônio. *O Reino e o Sacerdócio: o pensamento político na Alta Idade Média*. Porto Alegre: EDIPURS, 1995. p. 91 – 112; e SILVA, Leila Rodrigues da . Os atributos da autoridade eclesiástica no *De viris illustribus* de Ildefonso de Toledo. *Revista de História (UFES)*, v. 25, p. 164 -181, 2010.

38 Cf.: IDELFONSO DE TOLEDO. *The Lives of Famous Men*. In: *Lives of the Visigothic Fathers*. Tradução: A. T. Fear. Liverpool: Liverpool University, 1997. p. 107 - 122.

## **BRÁULIO DE SARAGOÇA: O EXEMPLO**

Mas é na atuação episcopal que percebemos traços mais importantes de sua condição de senhorio militar, como, por exemplo, o exposto pelo bispo de Saragoça: Bráulio. Sobre as cartas do bispo de Saragoça, temos dos fatores relevantes: o tipo de documento é rico para notarmos seu aspecto relacional, o diálogo com outras lideranças visigóticas; e pela sua atuação destacada na organização do episcopado visigodo. A formação do bispo é um bom indicio sobre sua atuação. Sua participação no meio intelectual eclesiástico pode ser apreendida pela intensa troca de livros, obras de sua autoria, além de uma escola episcopal que este manteve em Saragoça, na qual formou importantes bispos do período.<sup>39</sup>

Nestas cartas, alguns indicativos devem ser destacados como a preocupação de que a autoridade do clérigo não deve ser contestada. Notamos que o epistolário tem pistas importantes, como os tempos difíceis, em que há sinalização de que tiveram que se defender de um importante ataque. No mesmo momento da carta, a segunda do epistolário, existem registros de uma tentativa de expansão dos merovíngios em direção a *Caesaraugusta*, o certo teria durado muitos dias e os grandes senhores da cidade, inclusive os bispos, teriam liderado as frentes de resistência.

Mais ainda, no conjunto documental notamos que o principal arco de influência do bispo coincide com o arco político romano, que liga as regiões entre as atuais Valência, Catalunha e Saragoça, como uma estrada romana de importante rota comercial. Defendemos que o bispo atual como sua posição de magnata, de senhor local, e fazendo valer suas prerrogativas militares e políticas.

Indo de forma mais específica nos caminhos propostos por Bráulio, tentando notar que sua força não é a de um representante de Deus, mas um importante senhor regional. Nos dedicaremos, então, a uma carta especificamente: a trocada entre o bispo e um de seus discípulos e futuro sucessor na sede eclesiástica de Saragoça, Tajón.

A primeira carta que ressaltaremos neste item é a número XI, escrita como resposta para Tajón, no momento em que este estava cumprindo uma missão passada por Bráulio junto às igrejas camponesas e contesta algo.<sup>40</sup> A postura de Bráulio é de grandiloquência marcando, novamente, por meio de metáforas e comparações, a fraqueza dos argumentos de seu discípulo, especialmente pela forma com que Tajón se dirigiu a ele. O autor se posiciona claramente sobre quem é o mestre e quem

<sup>39</sup> Eugenio II bispo de Toledo e Tajon Bispo de Saragoça por exemplo.

<sup>40</sup> A carta anterior é perdida. Somente temos acesso à epístola de resposta escrita por Bráulio. Apesar de sabermos que se trata de questões dogmáticas, pela resposta não conseguimos perceber seu conteúdo específico.

é o discípulo.

Em posição hierarquicamente superior, Bráulio desafia erudição como forma de destruir a argumentação de Tajón.<sup>41</sup> Utiliza, por exemplo, uma fábula do grego Esopo, para indicar o mal que faz um aluno em não seguir os ensinamentos de seu mestre.<sup>42</sup> Este fato e as citações dos autores são indícios de que tal tipo de carta fazia parte do processo educacional. Ou seja, explicitar ao discípulo pouco humilde que existe um princípio fundamental a ser preservado: o respeito à hierarquia. Em outras palavras, mesmo à distância, Bráulio exigia que fosse considerada sua posição de mestre.

*El mar agitado de tus pensamientos y las tempestades de tu impaciencia te sacuden de tal forma que se te podría decir: Hombre de poca paciencia (...) tu ofensa no está en las palabras, sino en el sentido, y no te reprendo sin más por tu ignorancia, sino que lo que quiero es ver más humilde la disposición de tu ánimo, porque el hombre humilde aparece en la capacidad de aguantar la ofensa, y en esta ocasión he comprendida cuánta hay en ti.*<sup>43</sup>

Bráulio de Saragoça critica a falta de ciência de Tajón de Saragoça. O mestre faz várias censuras às falhas de seu pupilo. No entanto, a que ganha maior relevo é a falta de conhecimento das Escrituras e uma transcrição errônea de Gregório Magno. Em nossa visão, este posicionamento indicou o estabelecimento de uma hierarquia acerca do que era mais importante conhecer na educação empreendida: ter uma retórica fraca é um problema grave, desconhecer os textos eclesiásticos é imperdoável.

Como foi sinalizado, ao nos aproximarmos de Ruth Miguel,<sup>44</sup> acreditamos que Tajón de Saragoça seja o organizador do epistolário, mesmo que a pedido ou seleção do próprio bispo de Saragoça. Uma discussão que devemos sublinhar é se existe um ou dois Tajón no epistolário: o discípulo que é duramente repreendido é o mesmo que é exaltado e substitui Bráulio na diocese de Saragoça? Considero difícil aceitar que duas figuras com o mesmo nome ocupem exatamente a mesma função e tenham relações com o bispo. Portanto, trabalhamos com a lógica de que o Tajón da

41 O termo destruição faz menção ao tom de Bráulio, que chega ameaçar Tajón com as palavras de Virgílio “*También, yo, padre, lanzo dardos y manejo la espada con valor y las heridas que yo hago hacen brotar la sangre.*” EBS. Carta XI. p. 83.

42 Segundo C. Barlow é pouco provável que Bráulio tenha lido um original, mas sim um escrito de Tertuliano, *Against the Valentinians* 12 (CSEL 47.191), em que o autor usa *Gragulum Aesopi*, exatamente a mesma forma que Bráulio adota na carta. Cf. BRAULIO, *Epistolário*. In: *The Fathers of The Church: Iberian Fathers Braulio of Saragossa; Fructuosus of Braga*. Tradução de Claude W. Barlow. Washington: The Catholic University of America Press, 1969.

43 EBS. Carta XI. *Salo mentis quateris et procellosis tempestatibus inpatientie iactaris, ita ut equum sit dicere, modicie patientie, quare turbaris? Adque utinam ita moberes, ut ad hmilitatem confugres et non ad conuicia et ad contuelias te conuerteres. Nam crede pro certo, coram Deo enim loquor, me causa iocus et non tui uituperii, quod etiam ipsa facetiositate facile est posse lidere, de illo assino in litteris meis conscribisse in quo te ascedere ortau.*

44 Cf.: MIGUEL FRANCO, R. *Ecoss del Epistolarium de Braulio de Zaragoza en la Carta prefácio de Tajón de Zaragoza a Eugênio de Toledo (CPL 1267) en los moralia in Job. Lemir*; Valência, n. 14, p. 289 - 300, 2010.

carta XI é o discípulo que falhou, melhorou e se tornou o sucessor como demonstrado na carta XLI. Defendemos que as cartas têm um sentido no conjunto e foram organizadas para parecer da forma que assumem. Assim, concordando com a possibilidade de Tajón ser seu organizador, a primeira carta demonstra um discípulo que precisa aprender e a segunda àquele que se tornou sucessor legítimo do bispo de Saragoça.

Vamos compreender a retórica da carta: documento abundante em figuras de linguagem, hipérboles, comparações, metonímias e metáforas – tudo para mostrar que a posição do discípulo não é aceitável.

Um aspecto relevante: desaparece no início da carta toda a forma tradicional, não há discurso de humildade, não se vê um tom de surpresa pela conversa anterior, mas sim, um tom duro, com uma analogia que remete a Jesus e Pedro. Bráulio lembra que, quando o primeiro mandou que o segundo andasse sobre as águas, este, sem manter sua confiança no Mestre, começou a afundar. Não é uma referência menor.

Bráulio utiliza então seu conhecimento dos gregos, elemento importante na intelectualidade visigótica, comparando a atitude de Tajón ao ter recebido uma carta de Bráulio e respondido de maneira veemente, com a do corvo que vendo os pavões tentou se igualar a eles. De acordo com a fábula de Esopo, o corvo, ao retornar a seus pares, também não é aceito! O discípulo despertou a ira do bispo.

Esta carta nos remete a uma distância provavelmente curta, pois não há emissários descritos, e nem qualquer tipo de presente. Parece uma extensão entre *Caesaraugusta* e suas paróquias rurais, cumprindo o que mandava o IV Concílio de Toledo, o que reforça a possibilidade de Tajón ser um auxiliar seu direto em missão ao entorno. Provavelmente, Tajón teve seu trabalho contestado pelo bispo, ousou responder de forma veemente, e foi duramente repreendido por isto.

E o tom vai subindo, com uma metáfora ainda mais violenta:

Tú, en cambio, como el grajo de Esopo, hinchado de soberbia, me incitaste a subir a un camello y a que tuviera cuidado de no estrellarme de facies contra las puertas de la Iglesia. Esto lo has dicho con poca prudencia ciertamente, ni siquiera con elegancia, en menos acierto que en todas tus anteriores manifestaciones, sin darte cuenta, de que nuestra cabeza, que es Cristo, no se estrella contra las puertas de la Iglesia, tal vez contra la sinagoga de Satanás. Por eso n o te reprendo sin más por tu ignorancia, sino que ello que quiero es ver más humilde la disposición de tu Ánimo, porque el hombre humilde aparece en la capacidad de aguantar la

ofensa, y en esta ocasión he comprendido quanta hay en ti.<sup>45</sup>

Outra coisa que reforça a relação próxima, mestre-discípulo entre Bráulio e Tajón, é a preocupação em corrigi-lo, sinalizar os textos que ele cita erradamente e mostrar que a sua erudição é muito maior que a do padre. Outra passagem rica neste sentido é o “altíssimo” tom retórico que Bráulio utiliza: “*Respecto a tu ensayo elaborado con gran aparato, que fácil me sería, como suele decirse, desmoronarlo de un puntapié, excepto la parte, con perdón de Gregorio, que aunque plagiada, he visto adulterada!*”<sup>46</sup>

A humildade de Bráulio desaparece, a entonação é de querela grave e, como manda Isidoro, quando a questão é importante, a eloquência deve ser máxima. Mas o saragoçano destaca que não está acontecendo um rompimento “*quiero ser servidor del amor y no perderte.*”<sup>47</sup> Só no fim, Bráulio lembra a humildade, pede perdão pelas palavras, mas lembra que a culpa foi do presbítero. O motivo do conflito parece ser revelado ao fim, quando o bispo fala de um testamento, que provavelmente havia sido enviado por Tajón na carta que não temos.

(...) Respecto a tu ensayo elaborado con gran aparato. ¡Qué fácil me sería, como suele decirse, desmoronarlo de un puntapié, excepto la parte, con perdón de Gregorio, que aunque plagiada, he visto adulterada! Pero, como quiero ser servidor del amor y no perderte, lo dejo todo y no incluyo nada que pueda provocar la risa, para que mis palabras no contengan bromas desagradables.<sup>48</sup>

O objetivo neste opúsculo é afirmar, em estilo ameaçador ao discípulo, a hierarquia que ele deveria obedecer de maneira consciente: ele sabe as regras, sabe a forma de agir e com base na idade, no conhecimento de Bráulio e na sua posição, deveria tratar o mestre da maneira correta. Mas é uma relação que está além da sua posição como religiosos, e a passagem da carta em que cita Ambrósio, “*quero te lembrar que de minha espada faz brotar sangue como a de qualquer homem.*”

A marca da relação pessoal é transposta à estrutura da Igreja local. Assim, quando Tajón falha pessoalmente por falta de humildade, é Bráulio como mestre que tem obrigação de corrigi-lo,

45 EBS. Carta XI. *Tu e contra, uelut gragulus Isopius, supervia tumidus in camelo me iussisti ascedere et caput cabere ne in fores ecclesiae impingerem. Minus quidem prudenter sed nec satis eliganter sta profdisti, deterius quidem ceteris premissis, nesciens quia caput nostrum, quod est Kristus, non impingit in fores celestie, forte in sinagoga Satane.*

46 *Idem.*

47 *Idem.*

48 *Idem. Nam paradigma tuum illut in armatura compositum quam mihi erat peruium et pede, ut aiunt, conterere, excepto illut pace Gregori quod peculatum immo corruptum uid. Sed, dum studemus et caritati seruire et non amittere, omittimus cuncta nec aliquod risui dnum inserimos, ne habeat ingratos fabula mostra iocos secundum Ouidium ac secundum Appium caninam uidemur exercere facundiam.*

pois esses erros põem em xeque a autoridade do Senhor. Prerrogativa que o bispo não aceita em momento algum.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos continuar a discorrer sobre diversos bispos visigóticos que em sua atuação episcopal dialogaram com o misto de autoridades, ainda que com uma roupagem religiosa, não abriam mão de suas prerrogativas de ordens militares, em suas influências nos jogos políticos locais.

Entendemos que este princípio dialoga com a noção de tradição militar, nos moldes afirmados pelos romanos, que associavam as figuras de senhores, protetores, *senatores*, e militares. Por isso, defendemos a utilização de educação, em seu espectro mais amplo, construindo uma leitura específica das relações de poder do reino visigodo. Em conformidade com esta visão, na abordagem de Maria Helena da Rocha Pereira, a relação mestre-discipular se vale de maneira muito mais intensa da figura da *Auctoritas* “que é responsável por” do que da, “A *auctoritas* natural reside, sobretudo, na *virtus*.”<sup>49</sup> A partir da definição e do reconhecimento da figura da *auctoritas*, a preocupação com a posição historicamente construída, valoriza a figura do mestre, do Senhor, dá-lhe legitimidade, reconhecimento, e garantir àqueles com os quais se relacionam, seus discípulos, um papel singular.

Nesta construção, indicamos as principais bases de nossa pesquisa, com ênfase no contexto em que estamos inseridos, que demonstra não existir uma coesão eclesiástica ou política plena. O quadro de disputas das forças no *regnum* visigótico é uma realidade do período. A proposta isidoriana é marcada pela busca de coalizão, seja em seus escritos, seja na atuação observada nos concílios em que foi figura destacada. Como membro representativo, o bispo sevilhano assumiu o perfil de um articulador político, um mestre, que associa funções exegeticas, políticas, morais, educacionais, enfim, constrói em torno de si a aura de *Auctoritas* que nos permite perceber qual a função atribuída a *Ecclesia*.

49 Cf.: PEREIRA, M. H. R. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1980. p. 351 – 358.

# Viagem ao sertão do Brasil:

## O relatório de Francisco de Paula Castro sobre a Expedição de Karl Von Den Steinen ao Xingu em 1884.

Marcos Paulo Mendes Araujo <sup>1</sup>

**Resumo:** Há muito tempo o território brasileiro vem sendo visitado por pesquisadores e viajantes. No século XIX, tais visitas foram intensificadas, sobretudo, as de caráter científico. Um desses pesquisadores foi o alemão Karl von den Steinen que visitou nosso país duas vezes. Na primeira delas, em 1884, ele contou com a colaboração do governo brasileiro que colocou a sua disposição recursos financeiros e militares do exército, entre os quais, o capitão Francisco de Paula Castro, que produziu um relatório ao final da expedição. Neste documento, podemos perceber sua preocupação com os destinos da nação e com o aproveitamento das pesquisas desses estrangeiros em nosso país. Nossa investigação pretende analisar o relatório de Paula Castro na tentativa de compreender as relações que foram construídas ao longo da viagem ao Alto Xingu e qual era o pensamento do capitão.

**Palavras - chave:** Território, relatório, nação, expedição e Xingu.

**Abstract:** Long ago the Brazilian territory has been visited by researchers and travelers. In the nineteenth century, such visits were intensified, particularly those of a scientific nature. One of these researchers was the German Karl von den Steinen who visited our country twice. In the first, in 1884, he had the support of the Brazilian government that put their available financial resources and military personnel, including, Captain Francisco de Paula Castro, who produced a report at the end of the expedition. In this document, we can see his concern for the fate of the nation and the utilization of research these foreigners in our country. Our research aims to examine the report Paula Castro in an attempt to understand the relationships that were built along the journey to the Upper Xingu and what was the thinking of the skipper.

**Words - Tags:** Territory, report, nation, expedition and Xingu.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História (PPGH/UFAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). Professor da Faculdade FUCAPI (Manaus – AM), Doutorando em Ciências da Educação (Uncuyo – Mdz – Argentina).

## INTRODUÇÃO

Nossa investigação representa apenas um dos muitos casos que envolveram a presença de militares portugueses e brasileiros em expedições científicas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX em nosso território. A título de exemplo, podemos citar o caso do oficial do exército português Henrique João Wilckens que participou na pacificação dos Mura do rio Madeira. Em função de sua presença na viagem exploratória, escreveu “O Diário da Viagem ao Japurá” publicado em 1781.

O objetivo central dessa investigação é apresentar um breve estudo sobre a presença do Capitão de infantaria do Exército Francisco de Paula Castro na expedição científica do médico e antropólogo alemão Karl Von den Steinen à região do rio Xingu em 1884. A investigação teve início após nosso contato com o relatório produzido pelo referido oficial no término de sua missão como observador militar na expedição. O documento original foi encontrado em uma das centenas de caixas armazenadas no porão do Palácio Duque de Caxias na cidade de Rio de Janeiro, sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército.

Nas pesquisas preliminares, foram selecionados documentos relacionados à nomeação do oficial pelo Presidente da Província de Mato Grosso no início de 1884, além da “fé de ofício” com a trajetória profissional de Paula Castro. As ordens recebidas pelo capitão Paula Castro eram a de auxiliar e cooperar com os expedicionários alemães, além de produzir um relatório sobre as atividades desenvolvidas pelos membros da comissão, e de indicar ou não a possibilidade de construção de uma estrada de rodagem entre as mencionadas províncias, a fim de permitir que o Mato Grosso saísse do isolamento.

A expedição científica foi liderada pelo médico e etnólogo alemão Karl von den Steinen que contou com o auxílio de um desenhista e um engenheiro, de quem trataremos a seguir. A viagem deu-se entre as províncias do Mato Grosso e do Pará no ano de 1884. Entre os seus objetivos destacamos: o mapeamento das cabeceiras do rio Xingu e o levantamento das populações que habitavam a região.

Fizeram parte da expedição, os alemães: Karl von den Steinen (médico), Wilhelm von den Steinen (desenhista) e Otto Clauss (engenheiro), e pelo Brasil: os capitães Francisco de Paula Castro (observador militar) e Antônio Tupi Ferreira Caldas (chefe da segurança), que durante quase todo tempo apresentaram divergências, que iam desde a compra das provisões até as decisões sobre caminhos a serem percorridos durante a expedição (Steinen, 1942: 98-99). Além dos capitães, também foram destacadas, vinte e cinco praças do 8º Batalhão de Infantaria que se apresentaram

voluntariamente, bem como, um sargento, dois cabos e um soldado do Piquete de Cavalaria e dois guias locais na qualidade de “mateiros”: Daniel e Valentim Aniceto.

Sobre os recursos, alguns foram trazidos pelos alemães e outros foram pagos pelo governo provincial, que colaborou com a aquisição de provisões necessárias à viagem, que eram muitas, entre as quais: farinha, feijão, sal, carne, fumo, aguardente, além das ferramentas e dos animais (bois e mulas).

Após a organização dos aspectos logísticos pertinentes à viagem: homens, animais, provisões e equipamentos, a expedição de Karl von den Steinen e seus companheiros teve início. Sobre a saída, assim se referiu o alemão:

Decidíramos partir à 1 hora. Diante da casa estacionava uma fila de cavalos e mulas encilhadas. Segundo o costume da terra, compareceu um grupo de pessoas nossas conhecidas, a fim de nos acompanhar durante um trecho de caminho. E foi assim que começamos a nossa marcha. A cavalgada estava garbosa e pitoresca. Nós três de chapéus de palha, de largas abas, em que amarrávamos uma fita com as três cores brasileiras, tendo na frente uma roseta preta, branca e vermelha. (...) O Presidente estava à janela. Vimos receber as últimas ordens de V. Excia., Disse eu. Com a simpatia que lhe era peculiar, o velho senhor veio à porta para nos desejar feliz viagem. A baronesa também nos enviou um amável adeus. (Steinen, 1942: 102).

## **OBJETIVO DA EXPEDIÇÃO: AS CABECEIRAS DO RIO XINGU E SEUS HABITANTES.**

A região que mais tarde ficaria conhecida como Alto Xingu acabou por constituir desde a “visita” de Steinen e Paula Castro um ponto de convergência de interesses. É possível relacionar um significativo número de exploradores que estiveram na região após a expedição de Steinen em 1884, entre os quais: *Max Schimdt; Geoge Dyott; o Coronel inglês Fawcett; Curt Unkel*<sup>2</sup>.

Quando Steinen visitou a região em 1884, encontrou diferentes grupos indígenas habitando a mesma, considerada até então desconhecida pelo governo e pelos estudiosos do período. Esses índios organizavam-se em comunidades que possuíam traços culturais próprios, que foram objeto de estudos e análises empreendidas por Karl von den Steinen que apresentou-os ao mundo através de suas publicações.

Nelas, o alemão procurou descrever com o maior detalhamento possível: a organização

<sup>2</sup> HEMMING, J. **Pax xinguana**. Congresso em agosto de 2000 na Universidade Federal de São Paulo– UNIFESP/EPM, para comemoração do 35º aniversário do convênio realizado com o parque indígena do Xingu. Informações obtidas em: <http://www.estadao.com.br/villasboas/ebooks/ebook2/index01.htm?pag=8>.

social, os costumes diários, os artefatos, a arquitetura e os adornos pessoais de cada um dos grupos identificados. Além desses aspectos, também foram alvo de interesse: as atividades xamanísticas, os aspectos relacionados às representações simbólicas e míticas e os aspectos relacionados à consciência espiritual. Mas se por um lado o trabalho de Karl von den Steinen chama a atenção por aparentar certo pioneirismo, houve quem apresentasse certa resistência às pesquisas desenvolvidas pelo alemão na região do Xingu, sobretudo, nas abordagens relacionadas à localização das nascentes do rio. O principal articulador dessa resistência foi do redator da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, Francisco Antonio Pimenta Bueno.

Pimenta Bueno era um profundo interessado pela cartografia do Mato Grosso. Em função disso, preparou à época um relatório sobre a região, pautado principalmente nas informações cartográficas existentes sobre o rio Xingu. Nos seus estudos, Pimenta Bueno sentiu-se motivado a fazer objeções aos trabalhos cartográficos produzidos por Steinen na tentativa de demonstrar que o pesquisador alemão não foi o primeiro a explorar a região.

Sobre essa controvérsia, encontramos um texto do professor Sergio Nunes Pereira que nos ajuda a entender melhor essa questão, vejamos:

Para fundamentar sua objeção, Pimenta Bueno elabora um longo texto intitulado *Memória sobre a exploração no rio Xingu*. Por meio do qual pretende demonstrar que: 1) o Xingu teria sido reconhecido em todo o seu curso antes da expedição de von den Steinen; 2) tal expedição não teria chegado a realizar uma exploração definitiva no rio, sendo bastante duvidoso que tenha descoberto suas verdadeiras cabeceiras. (2005: 118)

A passagem acima deixa bem claro que Pimenta Bueno apresentou argumentos bastante sólidos contra as pesquisas de Steinen. Ainda sobre essa disputa, continua o professor Nunes Pereira:

O primeiro ponto, que retiraria o “pioneirismo” alegado pelo viajante alemão, não poderia ser comprovado por documentos, pois estes teriam sido extraviados no tempo, assim como “muitos outros papéis importantes sobre a história e geografia do Brasil”. Haveria, no entanto, referências a viagens ao Xingu, inventariadas pelo autor em um minucioso dossiê; tais viagens teriam deixado ainda seu registro em certos mapas, sendo o mais notável a Carta Corográfica da Província do Mato Grosso, elaborada em 1802. Para Pimenta Bueno, o fato de tal carta mostrar o rio em toda sua extensão, com grande semelhança em relação ao plano exposto por von den Steinen deixaria patente a realização de incursões no rio em época anteriores. (2005: 118).

Sem dúvida nenhuma, foram as lacunas presentes na obra de Karl von den Steinen que

acabaram provocando entre os homens obcecados pela exatidão da geografia do final do século XIX, uma profunda desconfiança com as pesquisas do alemão, gerando assim, algumas resistências ao seu trabalho.

### **NOSSO OBJETO DE ANÁLISE: O RELATÓRIO DO CAPITÃO PAULA CASTRO**

A partir deste ponto, iremos tratar do relatório produzido pelo capitão Francisco de Paula Castro. No documento são encontradas informações que permitem entender toda dinâmica da expedição, bem como, algumas posições e ideias do referido oficial na época da viagem ao Xingu.

Na ocasião da expedição, Paula Castro contava 34 anos de idade e possuía o posto de capitão do 8º Batalhão de Infantaria. Recebeu oficialmente a informação da sua nomeação como observador militar da comissão de exploração no dia 14 de maio de 1884, através da ordem do dia expedida pelo General comandante das armas da Província de Mato Grosso.

Apresentou-se oficialmente para missão alguns dias antes da saída da mesma, que ocorreu em 26 de maio na cidade de Cuiabá. Como era de costume, a saída da expedição foi alvo de muitas comemorações por parte da população local. Segundo a obra de Steinen traduzida para a língua portuguesa com o título “O Brasil central” várias pessoas compareceram e acompanharam os expedicionários “durante um trecho do caminho.” (1942: 101). Segundo o relatório, os exploradores contavam no início da expedição com nove muars e vinte e três bois de carga. Alguns desses animais foram adquiridos com recursos dos próprios expedicionários e outros com a ajuda financeira do governo. Dois bois eram de propriedade do capitão Paula Castro.

Segundo Steinen desde o início, o oficial declarou interesse em participar da expedição ao Xingu. Porém, em seu relatório, Castro fez questão de registrar nas primeiras que era desprovido de conhecimentos específicos ou científicos sobre tal empreendimento. Vejamos:

Nesta época de viagens por terras desconhecidas habitadas por tribus de indios bravios, e que tantos descrições se tem lido cada qual mais interessantes não só pelas narrações bem organizadas dos exploradores como pelas noticias scientificas que elles dão, não deve Vossa Excelência esperar que este relatório feito por um capitão de infantaria dispondo de pouco cabedal de conhecimento, seja um trabalho de grande monta. Conhecendo Vossa Excelência viagens expedicionárias descriptas por Stanley, Creveanse, Serpa Pinto, Ivens e Capello e outros, nada tem que aproveitar de um official inteiramente separado do mundo scientifico.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Retirada da página 02 do relatório original produzido pelo capitão Francisco de Paula Castro, cujo original encontra-se atualmente na Divisão de História do AHEx ( Arquivo Histórico do Exército), situado no Palácio Duque de Caxias Na cidade do Rio de Janeiro.

Percebemos assim, logo no início da leitura do documento, que Francisco de Paula Castro mesmo considerando-se despreparado para tal empresa, era conhecedor de nomes relacionados ao mundo científico, bem como, estava inteirado dos avanços e progressos científicos do final do século XIX. Esta passagem nos suscita pensar no relatório produzido pelo oficial como uma significativa expressão da experiência humana, como registra a obra *A pesquisa em história* das professoras da PUC/SP: Maria do Pilar de Araujo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury. Vejamos:

Pensar a história como toda experiência humana entendida sempre como experiência de classe que é de luta, e valorizar a natureza política dessa luta, significa considerar então que a história real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência. (2005: 17)

Francisco de Paula Castro ao se referir à “época de viagens por terras desconhecidas” no início de seu relatório, talvez estivesse fazendo menção ao período histórico em que as nações ditas desenvolvidas investiam em explorações científicas em diferentes partes do mundo na tentativa de estabelecer novos conhecimentos. (1885: 02)

O próprio Steinen a isso se referiu em julho de 1888 durante uma conferência que foi realizada na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, onde pessoalmente relatou ao imperador D. Pedro II aspectos de sua segunda viagem ao Brasil:

Depois que a primeira geração do nosso século entusiasmou-se pelas viagens no Amazonas e a segunda pelas do polo Norte, a atual entregou-se de corpo e alma à exploração da África Central; ficou assim reconhecido nos seus mais remotos esconderijos o continente negro; tornaram-se, porém, um verdadeiro anacronismo as pesquisas geográficas no interior da América do Sul. (1980: 01)

Interessante notar como os pesquisadores europeus enxergavam o Brasil e nossas populações indígenas. Vejamos uma passagem do discurso do alemão:

Com admiração geral pela primeira expedição do Xingu, o mundo veio a saber que no centro do Império ainda vivem muitos milhares de homens, que mesmo não sabem, que existe uma raça branca e um estado poderoso a cujas leis eles mesmos estão sujeitos; homens que até agora representam as antigas condições primitivas, que no começo do século dezesseis foram encontradas pelos primeiros descobridores da América.

Estas tribos perante as quais apareceram pela primeira vez homens de cor branca e cor preta, vestidos à europeia, sem flechas e sem arcos, não conheciam animais domésticos como os cães,

nem bananas, nem cana, nem bebidas alcoólicas e, principalmente, ignoravam absolutamente a existência e o uso dos metais. Todos os produtos de sua indústria mecânica eram fabricados com o auxílio de conchas, dentes e machadinhas de pedra, e a matéria aproveitada: madeira, folhas, frutos das árvores e ossos dos animais da mata virgem. (1980: 01)

É interessante essa passagem, pois em nossas pesquisas encontramos referências nas obras de Sergio Buarque de Holanda sobre a presença de europeus nos sertões do Brasil onde o historiador revela uma crença na ideia de uma existência de evolução dos costumes humanos, pelo menos do ponto de vista das técnicas materiais, mostrando assim um paradoxo: para poder alcançar algum progresso em suas atividades exploratórias, os colonizadores tiveram, entretanto de “rebaixar seu patamar de civilidade, retrocedendo a padrões mais rudes e primitivos” (1998: 37).

Resolvemos construir esta ponte, pois a riqueza de detalhes que encontramos ao longo de nossa leitura do relatório nos permite perceber que as interações humanas que foram sendo construídas ao longo dos seis meses da viagem nos permite pensar em “homens e mulheres não como sujeitos passivos e individualizados, mas como pessoas que vivem situações e relações sociais determinadas, com necessidades e interesses e com antagonismos” (2005: 18).

Apenas para não deixarmos uma lacuna, é importante registrar que o relatório original foi escriturado em noventa e duas páginas e sua produção ocorreu entre 26 de maio e 11 de novembro, data em que o capitão Paula Castro descreveu como fim de suas atividades na expedição. A apresentação do documento ocorreu no dia 12 de fevereiro de 1885 na cidade de Belém do Pará.

Em suas páginas, Paula Castro registrou todas as saídas e chegadas do grupo ao longo do percurso, bem como, os pousos para descanso, as coordenadas geográficas, as dificuldades para alimentar todos os componentes do grupo, os problemas relacionados ao deslocamento através dos rios e outros aspectos do cotidiano. Também foram registrados os contatos estabelecidos entre os expedicionários e os indígenas nas regiões visitadas.

As variadas temáticas e informações presentes no texto de Paula Castro ajudam a entender a dimensão do que representou a viagem no campo social. As narrativas feitas por ele, sobretudo, dos contatos do grupo com os índios nos permitem conhecer detalhes da vida dos indígenas em suas aldeias.

Essa preocupação de Paula Castro em registrar o maior número possível de detalhes, acabou nos remetendo a um trecho de artigo publicado pela professora Déa Fenelon sobre a relação entre

“Cultura e História Social”. Vejamos:

Apresentada, pois como capaz de possibilitar a investigação de um “modo de vida global” é importante aprender que não se quer pensar a cultura como elemento exterior a completar qualquer ordem social, mas ao contrário que ela é elemento importante na sua constituição e assim pode ser investigada como um “sistema de significações” de maneira ampla, de modo a permitir a inclusão de todas as práticas e assim definir-se com um “processo social constitutivo que cria diferentes e específicos modos de vida” (1993: 86).

Retornando ao documento, selecionamos abaixo um trecho do mesmo, onde Paula Castro demonstrou preocupação em detalhar os aspectos geográficos da viagem. Acreditamos que esta preocupação tenha relação direta com a possibilidade da ligação entre o Mato - Grosso e o Pará que era uma de suas obrigações. Vejamos:

O engenheiro Otto Clauss tomando a latitude do Baú achou 13 graus. O rio Cuiabá corre muito próximo a esse lugar e é já todo encachoeirado e cheio de corredeiras cujas pedras causão grandes embaraços e perigos às canoas que por ali descem. Ha no Bahú de 6 a 8 casas sendo duas de telhas e as mais de palhas. (1885: 03).

Interessante, que mesmo acusando poucos conhecimentos científicos, o capitão Paula Castro tenha apresentado importantes subsídios sobre a origem geográfica do rio Xingu em seu relatório<sup>4</sup>. Além dos detalhamentos geográficos, o capitão também abordou outros assuntos, tais como: navegabilidade dos rios da região, recursos naturais e os habitantes da região.

A presença de Paula Castro foi tão significativa para expedição, que Steinen como forma de reconhecimento aos seus trabalhos, no primeiro capítulo da obra “Unter den Naturvo Kern Zentral Brasiliens” publicou uma fotografia da expedição de 1884, onde aparecem: o próprio Karl von den Steinen e Francisco de Paula Castro além de alguns índios Bacaíris que realizavam um dueto de flautas. Além da lembrança eternizada nessa fotografia, o pesquisador alemão também mencionou o nome do capitão Paula Castro na conferência de 1888, realizada na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, quando comentou um incidente entre este oficial e o capitão Tupy.

Lá naquela ocasião ocorreu um epílogo lamentável em relação à nossa expedição anterior. Dos dois oficiais, que o Governo Provincial mandou conosco em 1884, um infelizmente foi tão pouco apropriado àquele mister, que nos forçou a fazê-lo retirar em viagem para evitar o malogro da empresa já em seu princípio.

Este, porém, despeitado, representou contra o Capitão Francisco de Paula Castro, que a nosso

<sup>4</sup> Durante a escrituração deste trabalho não foram encontradas obras onde as indicações de Paula Castro tenham sido contestadas por Pimenta Bueno, como foi feito em relação à obra de Steinen.

pedido, havia tomado o comando da força e neste cargo provou ter grandes merecimentos a ser um excelente companheiro.

No entanto em vista daquela queixa o nosso amigo Castro ficou preso desde março até novembro para responder a conselho – dois anos depois de terminada a nossa expedição. Agora julgo ser de meu dever declarar a grande satisfação que tenho de ter sido unanimemente absolvido o dito capitão pelo conselho supremo militar. (1980: 04)

O que foi mencionado na conferência sobre os dois oficiais, também está registrado na obra “O Brasil Central”. Nossas leituras deixam claro que, os desentendimentos devem-se ao fato de terem sido designados dois oficiais para acompanharem os expedicionários alemães que não possuíam nenhuma afinidade. Seus desentendimentos começaram logo no início da viagem. Vejamos o que descreveu Steinen em sua obra sobre essa relação conturbada entre os dois:

A questão dos dois oficiais vacilava ainda durante alguns dias. Em qualquer hipótese queríamos Castro, que, aliás, não mostrava muita disposição de seguir ao lado de Tupí, com quem não simpatizava e a quem deveria subordinar-se, embora fossem da mesma categoria militar, mas é que Tupí era mais velho. O Barão decidiu-se pela designação de Tupí. E isso constituiu a única gôta amarga em meio da nossa satisfação. Eis que agora, não sei porque, ouvíamos diversas opiniões desfavoráveis sobre o nosso futuro companheiro de viagem. Era um jogador apaixonado, suas finanças não estavam em boa ordem, o que devia ser verdade, pois me pedira, a mim, pequeno auxílio. (1942: 98)

Essa passagem da obra deixa claro que a relação dos expedicionários alemães com o capitão Tupi não era harmoniosa e poderia prejudicar os objetivos da expedição. E foi justamente isso que aconteceu. Os constantes desaparecimentos de Tupi colocaram por diversas vezes, em risco a viagem, principalmente por não ter fornecido aos seus comandados os gêneros suficientes para sua manutenção.

Desta forma, para não colocar em risco a expedição ao Xingu, Paula Castro enviou de volta a força de segurança. Essa medida foi informada mais tarde pelo Visconde da Gavia<sup>5</sup> à Secretaria da Guerra em 30 de setembro de 1884. O documento informou àquela repartição sobre o recolhimento da força de segurança chefiada pelo capitão Tupi Caldas à capital da Província do Mato Grosso no dia 1º de agosto, tendo sido comunicado o Comando do Exército pelo comando das armas daquela província através do ofício nº: 857 de 07 de agosto do mesmo ano<sup>6</sup>.

5 Manoel Antonio da Fonseca Costa.

6 Documento encontrado na Coleção dos Requerimentos Diversos. Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército. O documento recebeu o número 6.575 na Repartição de Ajudante General e é datado de 30 de setembro de 1884. Pertence aos documentos em nome de Antônio Tupy Ferreira Caldas. Arquivado em: Requerimentos Diversos. Caixa: A 179/4580 Divisão de História /AHEx.

Sobre isso, assim se referiu Steinen em sua obra:

Verifica-se através delas que a pessoa do capitão Tupí não se adaptava à tarefa que lhe foi confiada, por causa de sua irresponsabilidade muitas vezes demonstrada. A circunstância de o termos obrigado a voltar para Cuiabá não nos envergonha, pois o afastamento de um homem que se mostrou indigno da confiança do Presidente era imprescindível. Sí não tivéssemos agido assim, a empresa teria sido um fracasso absoluto, disso estamos inteiramente convencidos. (1942: 99)

Ao longo de nossas pesquisas a fim de contextualizar o relatório, nos deparamos com outras fontes que nos ajudaram a compreender o impacto desta viagem exploratória. Uma dessas fontes é um artigo publicado no periódico de Cuiabá: *O Expectador* datado de 07 de abril de 1887, quando da presença pela segunda vez na Província de Mato Grosso do pesquisador alemão Karl von den Steinen<sup>7</sup>. O artigo suspeita das intenções do expedicionário alemão com as informações colhidas em nosso território e levadas para fora do país no intuito de sofrerem análises, que segundo o jornal, não eram informadas ao governo brasileiro. No mesmo periódico encontramos um artigo intitulado “Xingú ou Martyrios” que faz alusão à Mina dos Martírios. Esse artigo escrito em 29 de março de 1887 tem o seguinte teor:

Ha prevenções que não são imprudentes, maxime quando se trata de interesses geraes.

No *Jornal do Commercio* de 12 de Fevereiro ultimo consta que, por carta de Berlin, de 14 de Janeiro proximo passado, noticia-se que no primeiro vapor da linha de Bremen partiria para o Rio de Janeiro uma commissão scientifica que d’ahi terá de transportar-se para esta Província, a fim de explorar de novo as cabeceiras do Xingú e alguns de seus afluentes.

É constituída a mesma commissão pelos Srs. Drs. Carlos e Guilherme von den Steinen (que fizeram parte da primeira) Vogel e Paulo Ehrenreich.

É de se suppor o bem successo da primeira, do contrario não secundariam. Que seria?

Convem que S. Exa. o Sr. Presidente da Província esteja de sobre aviso com os scientificos exploradores.

Não somos infesos a que se lhes dispense auxilio e proteção, principalmente havendo recomendações do governo geral, porém é de grande vantagem que S. Exa. Escolha pessoas scientificas e praticas para acompanha-los, afim de que a commissão não se afaste do ponto objectivo – oficialmente determinado- para as suas explorações, como aconteceu com a primeira, o que foi causa, segundo dizem, dos factos sediciosos que se deram entre os srs.

<sup>7</sup> “Antes de entrar no Brasil via Paraguai, Karl von den Steinen (1855 – 1929) já tinha realizado viagens de exploração geográfica e etnográfica em várias partes do mundo. Chegando em Cuiabá em maio de 1884, juntou-se a uma expedição meio militar, meio científica para o interior de Mato Grosso de onde entrou na bacia do Alto Xingu via cabeceiras do rio Batovi, onde contactou, pela primeira vez, os Bakairi, Waurá, Trumai etc. A expedição desceu o Xingu, chegando em Belém do Pará no fim do ano. Em 1887, Karl von den Steinen voltou para o alto Xingu e ainda visitou alguns Bororo antes de voltar finalmente para a Alemanha e se tornar professor de “etnologia” em Marburg, e logo depois em Berlim.” Retirado de KOCH-GRÜNBERG, T. **A distribuição dos povos entre rio Branco, rio Negro e Yapurá**. Manaus: Editora INPA/EDUA, 2006. p. 25.

Capitães Tupy e Paula Castro, pelo que está hoje sendo punido o segundo, e quiça lhe seja prejudicial o que não desejamos. Com a contumácia dessa comissão deixa-nos alcançar q'os seus membros visam um horisonte limitado e circumscripto aos interesses mineralógicos, do contrario elles não se demoveriam e emprehender uma viagem tão difficil e a internar-se em regiões inhospitas, tendo só em vista o estudo de raças indigenas – como dizem- há mysterio!<sup>8</sup>

Segundo nossas pesquisas a mina dos martírios já era conhecida dos estudiosos europeus desde 1812, após a publicação naquele continente da obra “Travel in the Interior of Brazil – particularly in the golg and diamond districts” por John Mawe. Vejamos:

...uma tradição entre os guias dos sertões do Pará e os índios estabelecidos nas margens do Xingú, segundo a qual, depois de transpor a primeira grande cachoeira dêste rio, nêse se encontrava muito ouro de que os jesuítas, grandes exploradores, extraíam enorme quantidade. É provável que a mina dos Martírios, agora desconhecida, famosa por ser a primeira descoberta por Bartolomeu Bueno, e sôbre a qual ouvi várias vêzes referências em S. Paulo, esteja localizada num dos muitos braços que formam o rio Xingú. (1812: 277).

Em um trabalho de Inge Thieme a Mina dos martírios também aparece. Vejamos:

O que ainda mais os entusiasmava era a eventual redescoberta dos “Martyrios”, os três morros que o bandeirante Anhangüera e seus companheiros teriam encontrado cobertos de ouro. O verdadeiro objetivo da viagem era-lhes totalmente inimaginável. (1993: 49)

Sem sombra de dúvida a leitura do relatório de Francisco de Paula Castro abriu um “leque” de possibilidades para outras investigações. O relatório nos permite estabelecer um conjunto de reflexões que ligam a viagem exploratória a diversas áreas do conhecimento. Assim, é possível concordar com a ideia de que, em se tratando da pesquisa histórica, “os procedimentos não sejam definidos *a priori*, ou externamente, mas sim no decorrer da pesquisa, fruto do próprio diálogo”. (2005: 44)

O relatório do capitão Paula Castro deve ser tratado com um significativo documento para os estudos da expedição de 1884. Pois, apesar de ser extenso o número de obras sobre a referida expedição ou mesmo sobre Steinen, o relatório permite “visualizar” a expedição sob uma ótica diferente, ou seja, por dentro do mesmo, com todas suas agruras e sucessos. De fato, a leitura do relatório e sua inevitável comparação com a obra de Steinen, acabam funcionando como um “elemento perturbador” porque acaba possibilitando alguns questionamentos que geralmente não são

<sup>8</sup> O Expectador: Órgão dos interesses sociaes. Cuiabá, 07 de abril de 1887. Ano 4, número 173.

vistos nas reflexões antropológicas sobre a expedição de 1884. Um exemplo disso é o fato do texto de Paula Castro, corrigir várias informações publicadas por Steinen em sua obra: “O Brasil Central”.

Durante a conferência realizada por Steinen no Rio de Janeiro em 1888 durante o lançamento no Brasil da primeira edição de sua obra sobre o Xingu, o alemão apresentou a data do primeiro contato entre os expedicionários e os índios Bacairis. Sobre esse contato, encontramos no relatório de Paula Castro uma diferença de 14 dias.

Não é fácil definir essa preocupação de capitão Paula Castro em corrigir, por diversas vezes o pesquisador alemão em seu relatório. Ao que parece, essa talvez tenha sido a melhor forma de resistência encontrada pelo oficial do exército, que possuía em sua trajetória de vida, uma formação militar que tangenciava no pensamento positivista instalado na Escola Militar na segunda metade do século XIX.

Aluno da Escola Militar na segunda metade do século XIX, o referido oficial tornou-se contemporâneo dos ideais positivistas presentes na escola naquele período, principalmente por influência do tenente coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães então professor de matemática no referido estabelecimento de ensino.

Não iremos nos ater a esta questão pelo simples fato de não quisermos mudar o foco de análise do trabalho, mas a título de registro achamos significativo transcrever uma passagem do artigo da professora da Universidade Federal Fluminense Claudia Alves. Vejamos:

Nos estudos que realizamos, pudemos perceber que a vertente acadêmica amparou-se fortemente em trabalhos históricos realizados por oficiais do próprio exército, com destaque para a pesquisa de Jeovah Motta, intitulada *Formação do Oficial do Exército: Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944)*, publicada em 1976. Dentre os trabalhos que investiram nessa temática, selecionamos três para análise: a dissertação de mestrado de Valeriano Mendes Ferreira Costa, *Ressentimento e revolta: formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha – 1874 – 1889*; a tese de doutorado de Leonardo N. Trevisan, de título *As “obsessões patrióticas”: origens e projetos de duas escolas no pensamento político do exército brasileiro* e o estudo realizado por Celso Castro, também como tese de doutorado, e publicado com o título *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*, em 1995, pela EDUSP. (2006: 87)

O texto de Claudia Alves sobre as relações entre o exército e a política nacional na segunda metade do século XIX, nos ajuda a entender alguns pontos importantes que dizem respeito à formação militar de Paula Castro, além de nos apresentar um significativo balanço historiográfico

sobre o tema. Ainda neste sentido, Jurandir Malerba nos apresenta em sua obra um trecho sobre a situação dos militares brasileiros na segunda metade do século XIX registrou:

Cada vez mais os indignava o fato de estarem alheios aos acontecimentos políticos do país, privilégio de uma fração irrisória da população civil. O desgaste levou a uma crise generalizada em 1884, conhecida como Questão Militar. Sua insatisfação tinha como motivo mais gritante o fato de as pastas militares serem concedidas, desde 1882 até o fim da monarquia, a civis, que acabavam assim interferindo em assuntos estritamente militares. (1999: 133)

Em nossas leituras foi possível notar que as influências positivistas na formação dos jovens oficiais foram fundamentais no processo de surgimento de novas perspectivas e relações entre esses e a política. No caso específico de Paula Castro e no seu contato com os indígenas do alto Xingu, sobretudo, pelo caráter pacifista do mesmo, podemos ligar tal comportamento à filosofia de Comte.

Vejamos uma passagem que demonstra esse perfil de castro:

Ja elle tinha posto o meu chapeo sobre a sua cabeça e segurava alguns dos peixes que tínhamos na praia e que eu lhi as havia dado, quando ouvimos um tiro. Foi como uma corrente electrica estabelecida por todos os índios! Derão ao mesmo tempo um grito de horror, atirarão-se n'agua e tratarão de fugir. Na fuga condusirão o meu chapéo e do desenhista Guilherme e duas armas que tinham pedido aos soldados para ver. Sem importar-me do terror dos índios mandei novamente uma canoa atraz para ver se os fasia voltar e tomava os chapeos e as armas. Elles não querião nem uma conversação com nosco. Fasião signal aos soldados para que voltassem e finalmente vendo que estes continuavão a seguil-os, começarão a preparar os arcos. Os soldados vendo esta resolução dos índios perguntão-me se podem atirar – Fallavão-me de grande distancia de maneira que pouco se podia ouvir o que disia um ao outro. Eu respondi-lhes que não, elles suppoem o contrario e faserem fogo. É preciso declarar em tempo que as praças desde o começo da viagem tinham ordem minha para nunca apontarem em índio algum e para atirarem sempre para o ar quando fosse necessario faserem fogo. O fogo tendo sido feito para o ar não offendeo sequer de leve um só dos índios, mas fez todos cahirem n'agua e ganharem a barranca do rio por onde se retirarão deixando canoas, arcos, flechas e ornamentos, bem como as armas dos soldados e o meu chapéo, ficando perdido o do desenhista. (1885: 39-40)

Essa passagem parece confirmar a natureza pacífica da expedição científica. Em outro ponto do relatório Castro informou que o desenhista da expedição, Guilherme von den Steinen disparou sua arma para o ar em determinada ocasião, e ao ser indagado por Castro este disse ter atirado de forma involuntária, após a tentativa de um índio em tentar tomar sua arma a todo custo e isso teria acidentalmente causado o tiro.

Francisco de Paula Castro, afirma ter aceitado a versão do desenhista, mas com certa desconfiança, porque nos aldeamento dos índios Custenaús “já elle havia disparado de propósito para o ar a sua arma, que quase causou a fuga dos poucos índios que ali encontraram”. (1885: 41). Ainda sobre a preocupação de Castro em informar todos os fatos ocorridos durante a viagem, este registrou que se sentia na obrigação de corrigir as informações prestadas pelo pesquisador alemão sempre que fosse necessário, pois tendo sido nomeado observador da expedição pelo governo, não poderia ele ficar inibido de prestar tais informações. (1885: 14)

A nós, parece oportuno, citar um trecho da obra de Marilena Chaui “Conformismo e Resistência” onde a mesma registra o seguinte: “Assim, representação, liberdade e participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania, fazendo-a passar do plano político institucional ao da sociedade como um todo”. (1986: 62). Devemos ressaltar que nossa proposta de investigação é analisar o relatório de Paula Castro, na tentativa de extrair ao máximo sua experiência social ao longo da expedição através da sua narrativa. Neste sentido, a leitura atenta do documento, nos possibilita observar sua relação com o meio ambiente e suas estratégias de sobrevivência, sejam elas, construídas a partir de sua identificação com o território ou pela tentativa de manutenção de sua condição militar e de representante do governo na região.

Dentro dessa perspectiva, todas as informações contidas no relatório nos parecem importantes para ajudar a dimensionar o que representou a viagem para cada um dos envolvidos. Um exemplo disso, diz respeito às provisões previstas para o abastecimento dos membros da expedição. Artigos como: carne seca, farinha, arroz, feijão e peixe, tão necessários ao sucesso da expedição, foram aos olhos de Paula Castro insuficientes para toda viagem, sendo em pouco tempo necessário buscar o sustento de todos através de outros meios.

Entre outros aspectos presentes no relatório que julgamos importantes, sem dúvida, os contatos estabelecidos entre os expedicionários, ou seja, os alemães, Paula Castro e seus subordinados com as diversas tribos indígenas merecem atenção. Entre as comunidades visitadas descritas no relatório estavam a dos Bacairis, dos Chuyás, dos Jurunas e dos Péuas.

A respeito desses grupos indígenas, é importante frisar que, segundo algumas leituras realizadas sobre a expedição onde, inclui-se, o próprio relatório, as obras de Steinen e outras publicações consultadas, muitas dessas etnias, não possuíam em suas memórias, registros de contatos anteriores com homens brancos. Talvez tenha sido por este motivo que as primeiras tentativas de

contato entre os expedicionários e os indígenas tenham sido tão tensas. Abaixo selecionamos uma dessas passagens:

Passamos por terrenos magníficos encontrando um lindo bacaiuval, uma grande derrubada para roça, feita a machado de pedra e demos em um pequeno aldeamento depois de uma hora de viagem. Passei adiante de todos, chamei o índio Bacairí nosso companheiro de viagem e disse-lhe que fallasse em seo dialecto afim de ver se apparecia alguém e tínhamos a felicidade de encontrar gente da mesma tribu delle. Desconfiava eu que fosse uma tribu de Bacairís pelo que me havião dito os chefes do rio Novo e Paranatinga. Estavamos todos anciosos pelo que succederia, olhávamos uns para os outros. Instei com o Antonio Bacairí que fallasse porem elle estava com muito medo. Fui sempre adiantando-me com elle e mais o guia Daniel. Quando estávamos muito próximos a habitação e já víamos perfeitamente os moradores no interior das casas movendo-se precipitadamente, dando assim signaes de inquietação, sahio de uma pequena porta da casa um índio de 16 a 18 annos de idade com uma pequena haste na mão direita, a guisa de bengala, sem signal algum de guerra, e com ar de riso dirigio-se sem o menor susto, para o nosso lado. Instei de novo com o Antonio Bacairí para que fallasse e pedisse licença; ouvi-o então diser ao habitante da selva: Culumô (da licença), e este respondeo-lhe – Cusále-lá (pois não). Conversavão os dois ainda alguns minutos fallando sempre o interprete o que eu mandava. Fil-os abraçarem-se, notando nesta occasião que ambos tremião. Animei por gestos o índio bravo e finalmente travamos relações. Receberão-nos os moradores perfeitamente. Sabendo elles do fim da nossa viagem e das circumstancias em que nos achávamos, derão-nos logo as suas bebidas e comidas. Retirámos-nos para o porto, onde havíamos desembarcado as cinco horas. Foi um dia feliz para nós. A providencia nos soccorreo dando-nos alimento e concedeo-nos mais a graça de chamarmos ao gremio da civilização estes nossos semelhantes que vivem inteiramente segregados do resto do mundo. (1885: 25-26)

Sobre a incumbência de Paula Castro em realizar um estudo acerca do território visando à construção de uma estrada de rodagem ligando por terra as Províncias do Mato Grosso e do Pará, achamos importante registrar o seguinte:

Uma estrada de rodagem, parindo da margem direita do Paranatinga da altura do aldeamento dos Bacairís mansos e seguindo mais ou menos o rumo N.E., irá ter ao primeiro aldeamento de Bacairís ainda selvagens, a margem esquerda do batovy na latitude 13° 14'. Esta estrada não chegará a sessenta léguas, talvez mesmo a cincoenta. E uma vez estabelecida a comunicação de Cuiabá, terá a gente civilizada chamado a si todos os moradores do Batovy que são de caráter pacifico, trabalhadores e as melhores que se pode desejar, e ficará de posse de um terreno magnífico próprio para colônias agricolas, pastoris e onde a par de muitas riquezas vegetais é possível que se encontre também minerais. (1885: 36)

A narrativa de Paula Castro continua apresentando várias outras informações de caráter mais amplo que envolveu a visita dos expedicionários às comunidades indígenas, além de aspectos relativos ao convívio entre seus companheiros de viagem e os grupos indígenas encontrados ao longo da viagem. Também relatou em seu texto as contribuições dos guias para o sucesso da viagem.

Francisco de Paula Castro registrou que por volta de 15 de outubro, ocorreram os primeiros encontros com comunidades que já tratavam o rio como Xingu, bem diferente de outros grupos que não conheciam o rio por este nome, chegando alguns a chamarem o rio de Paraná. Ainda no mês de outubro chegaram à fazenda do coronel Raymundo Gaioso, que possuía terras próximas da grande volta do rio Xingu, local onde havia grande exploração de seringueiras. Segundo a narrativa de Paula Castro nas terras do coronel Gaioso foram guiados pelo índio Ambrosio que havia sido nomeado capitão dos Péuas pelo Presidente da Província do Pará. Ainda segundo Francisco de Paula Castro nesta propriedade havia uma enorme quantidade de trabalhadores, sendo a maioria índios. Ainda, segundo o oficial, o coronel Raymundo Gaioso prestou grande ajuda à comissão exploradora, servindo todos com os gêneros necessários ao resto da viagem, que foram pagos posteriormente pelo governo.

O capitão Paula Castro registrou que, após algum tempo de pouso na fazenda de Gaioso os alemães seguiram viagem por uma estrada aberta pelo referido coronel, que informou sobre a distância de suas terras até o porto de Tucuruí, local onde os exploradores poderiam embarcar em um navio até o Pará. Segundo Paula Castro, foi neste momento que os expedicionários alemães e os outros membros da expedição acabaram se separando. Na parte final de seu relatório, Paula Castro abordou aspectos de sua relação com os expedicionários alemães, bem como, o comportamento desses com os outros membros da viagem exploratória. Também verificamos nas leituras do relatório alguns aspectos ligados à posição política do capitão, principalmente com relação às pesquisas desenvolvidas em nosso território por pesquisadores estrangeiros.

Devemos lembrar que o relatório foi produzido em meados da década de oitenta do século XIX, ou seja, em um período de grande efervescência política, com agitações e debates acalorados acerca da proclamação da República no Brasil. Talvez em função deste cenário político e também por ter sido o documento preparado por um capitão para ser entregue diretamente ao Ministro da Guerra, Paula Castro tenha deixado transparecer nitidamente suas posições políticas, sobretudo, no que dizia respeito à questão da soberania nacional. Vejamos:

(...) o soldado servir de criado, não comer, ficar nú e afinal soffrer ainda de sua saude em consequencia de viagens e pesados trabalhos por pantanaes, rios e matas, é horrível. Feitas estas considerações que V. Ex<sup>a</sup> sem dúvida não as levará a mal, atendendo a que todo cidadão deve sempre indicar a seu governo o que julga acertado fazer se para o bem de seu paiz (...)  
(1885: 75)

Percebemos nesta passagem do relatório o quanto preocupado estava o capitão Francisco de Paula Castro com o papel que seus homens desempenharam na Comissão de Exploração do rio Xingu em 1884. Para ele, os soldados foram o sustentáculo para o êxito dos trabalhos de exploração, mesmo que para isso tivessem sido privados de qualquer conforto durante vários meses, e que por isso, mereciam maior atenção do governo.

O oficial também acreditava que os esforços realizados não eram compensados, pois as pesquisas não representava um ganho real para o país. Para ele, as informações colhidas por estrangeiros em nosso território, eram quase sempre utilizadas pelos pesquisadores em seus países de origem, não sendo divulgadas no Brasil. Sobre isso, assim se referiu:

Os illustrados exploradores felizmente não desabonarão a força expedicionária na sessão do Instituto Historico e Geographico, que tiverão a honra de merecer. E não era de esperar outro procedimento dos três sábios que devem conhecer perfeitamente que são immutaveis a verdade e os princípios de justiça – Se fosse essa expedição feita só por brasileiros eu creio que trasia muito mais interesse ao paiz e seria muito mais útil. (1885: 74)

Paula Castro entendia que tais pesquisas eram importantes. E ele deixa isso claro, quando mencionou a possibilidade das mesmas serem feitas inclusive por estrangeiros em nosso território, desde que, os recursos nacionais fossem reservados com exclusividade para os brasileiros que desejassem realizar tais pesquisas. Vejamos abaixo uma passagem do relatório onde ele expõe isso:

Sendo a sciência universal é muito justo que todos os governos auxiliem aquelles que para Ella trabalhão, porem é muito mais justo ainda que este auxilio seja prestado aos de seu paiz. Me parece que é mais consentâneo com a rasão que quem queira fazer explorações em um paiz estranho vá munido do “quantum” necessário para bagagens, animaes, criados, ... O soldado servindo de criado, não comer, ficar nu e a final soffrer ainda de sua saúde em consequência de viajens e pesados trabalhos por pantanaes, rios e mattas, é horrível. (1885: 74-75).

Para ele, uma vez concedida uma “força” militar para acompanhar uma expedição exploratória pelos sertões do país, o governo colocava em risco as famílias que ficavam longe dos militares, ou

seja, esse tipo de atividade colocava em risco a vida do militar, o que poderia deixar a família do mesmo em completo desamparo.

Na parte final do relatório, Paula Castro informou ao Ministro da Guerra como ocorreu o término da expedição, tanto para ele, como para seus comandados. Entre outras coisas, ele descreveu o número de militares que chegaram ao fim da viagem e o estado de saúde dos mesmos. O oficial relatou ainda que a chegada em Belém do Pará ocorreu no dia 11 de novembro de 1884 no vapor “Rio Xingu”. Também informou no relatório que ao chegar à capital paraense, tratou imediatamente de comunicar ao presidente da Província e ao comandante das Armas sobre sua chegada e sobre a missão ao esteve encarregado.

### **CONCLUSÃO:**

Francisco de Paula Castro viveu em uma época em que o país atravessou uma fase de mudanças políticas que culminaram na proclamação da República. Uma época onde as instituições buscavam estabelecer uma identidade própria, o que não foi diferente no Exército Brasileiro. Formado na Escola Militar nesta época de transformações que resultou com a introdução de novos conhecimentos e abordagens, com a difusão das ideias positivistas, o capitão Castro deixou registrado nas linhas de seu relatório suas impressões políticas. Ao encerrar seu relatório, assim se dirigiu ao Ministro da Guerra:

Neste relatório de uma viagem de cinco meses e desesseis dias encontrará V. Exa. Incorreções de linguagem falta de descrições científicas e poéticas, e muito assumpto árido, mas sabendo já V. Exa., a quem tenho a subida honra de dirigir-me que disponho de poucos conhecimentos e mais ainda, que escrevi sempre verdade, tal como Ella deve aparecer, espero se dignará relevar as minhas desalinhavadas narrações e tudo quanto houver nellas de enfadonho. Belém, 12 de fevereiro de 1885. O Cap. Francisco de Paula Castro. (1885: 77)

### **BIBLIOGRAFIA**

- ALVES, C. Exército e política: o enfoque historiográfico da questão da formação de oficiais no século XIX. In. MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Historiografia no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF/FAPERJ, 2006. pp. 87-98.
- ARARIPE, T. De A. **Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- BARROS, J. A. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao Quadro**

- Teórico. Rio de Janeiro: CELA, 2002
- BASTOS, T. A. . **O Positivismo e a Realidade Brasileira**. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos da Faculdade de Direito da UFMG, 1965.
  - BLAJ, I. *Sergio Buarque de Holanda, historiador da cultura material*. In: Candido, A. **Sergio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
  - BURNS, E. M. **História da Civilização Ocidental**. 2a edição. Vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1959.
  - CARDOSO, C. F. S. **Uma Introdução à História**. 6. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
  - CALÓGERAS, J. P. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1949.
  - CARVALHO, J. M. de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
  - CASTRO, C. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
  - CHAUI, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
  - CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O; ASIER-KOUCHNER, E. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
  - COELHO, V. P. (Org.) **Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
  - COSTA, A. **Introdução à arqueologia brasileira: etnologia e história**. 4a ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.
  - CRUZ, Pe. R. C. P. M. da. O nome “Cuiabá”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso** - tomos CXXXI e CXXXII, ano LXI. Cuiabá, 1989.
  - DIEZ, C. L. F.; HORN, G. B. **A construção do texto acadêmico: manual para orientação de projetos de pesquisa e monografias**. Curitiba: Popular, 2002.
  - ESTERCI, N.; FLY, P.; GOLDENBERG, M. (orgs) **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
  - FENELON, D. *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa*. In: **Revista Projeto**

- História**. São Paulo: PUC, 1993. PP 73 – 90.
- FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. **Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
  - GERBI, A. **La disputa del Nuevo Mundo: história de uma polémica**. 1750-1900. Trad. A. Alatorre. Fonde de Cultura Económica, 2a ed. Corregida y aumentada. 1982.
  - HAHNER, J. E. **Relações entre civis e militares no Brasil: 1889-1898**. São Paulo: Pioneira, 1975.
  - HEMMING, J. Pax Xinguana. *In: Congresso para comemoração do 35º aniversário da parceria da UNIFESP/EPM com o Parque Indígena do Xingu*. UNIFESP/EPM, 2000, São Paulo. Disponível em: <http://www.estadão.com.br/villasboas/ebooks/ebooks2/index01.htm?>. Acesso em 30 de abril de 2004.
  - HOLLANDA, S. B. de.(dir.) **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico, tomo II: declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo II. 3 e II.4.
  - \_\_\_\_\_ . **Monções**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.
  - KOCH-GRÜNBERG, T. **A distância dos povos entre rio Branco, Orinoco, rio Negro e Yapurá**. Trad. Erwin Frank. Manaus: editora INPA/EDUA, 2006.
  - MELATTI, J. C. Alto Xingu. *In: Índios da América do Sul*. Disponível em: <[http://orbita.starmedia.com/~i.n.d.i.o.s./ias/ias 28-33/29xingu.htm](http://orbita.starmedia.com/~i.n.d.i.o.s./ias/ias%2028-33/29xingu.htm).> acesso em 30 de abril de 2004.
  - MOTTA, J. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
  - PINTO, R. **Aborígenes e ethnographos**. Conferência realizada a 27 de maio de 1913 na Biblioteca Nacional. Publicado nos Annaes da Biblioteca Nacional, Volume XXXV, 1913. Publicado em 1916.
  - STEINEN, K. V. D. **O rio Xingu**. Conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1888. *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1888, tomo IV.
  - \_\_\_\_\_ .Unter den Naturvölkern Zentral Brasiliens. Tradução do capítulo intitulado: Entre os Borôros. Pelo Professor Basilio de Magalhães. *In: Revista do IHGB*. Tomo LXXVIII, ano: 1915, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

- \_\_\_\_\_ . **Uma expedição ao Xingu**. Brasília: MEC / Fundação Projeto Rondon, 1980. Série: Leituras. (transcrição da Conferência realizada por Karl von den Steinen em 1888).
- VIEIRA, M. do P. de A.; PEIXOTO, M. do R. da C.; KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa em história**. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

- CASTRO, F. P. Relatório da viagem exploradora de Matto-Grosso ao Pará pelo Rio - Xingu (1884) Arquivo Histórico do Exército, coleção de Relatórios Militares da Divisão de História.
- Duas Palavras. In: A Província de Matto - Grosso. Cuiabá, 24 de abril de 1887, P.1.
- Xingu ou Martyrios? In: O Expectador, Cuiabá, 07 de abril de 1887. P. 3 - 4.
- BRASIL. Ministério da Guerra. Portaria de 30 de março de 1885. Dispõe sobre elogio a oficial do exército. Ordem do Dia no 1920 de 06 de abril de 1885, p. 177. (doc. no 3345 DH/AHEX)
- BRASIL. Ministério da Guerra. Portaria de 27 de maio de 1897. Dispõe sobre oficial que é posto disposição do Presidente do Estado de Mato - Grosso. Ordem do Dia número 848 de 29 de maio de 1897. P. 523.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Fé - de - Ofício do General de Divisão Graduado Reformado Francisco de Paula Castro. Pasta III / 21 / 40 localizada na Divisão de Acervos Documentais - Arquivo Histórico do Exército.
- \_\_\_\_\_. Fé - de - Ofício do Tenente - Coronel Antônio Tupy Ferreira Caldas. Pasta I / 17 / 46 localizada na Divisão de Acervos Documentais - Arquivo Histórico do Exército.
- \_\_\_\_\_. Requerimentos diversos de Francisco de Paula Castro guardados na Divisão de História de Arquivo Histórico do Exército sob o número F 118 / doc. 3174.
- \_\_\_\_\_. Requerimentos diversos de Antônio Tupy Ferreira Caldas guardados na Divisão de História do Arquivo Histórico de Exército sob o número

A 179 / doc. 4580.

- \_\_\_\_\_ . Coleção das Ordens do Dia entre os anos de 1871 e 1909. Informações sobre Francisco de Paula Castro. Várias.



# O CAMPO MILITAR: REFLEXÕES ACERCA DAS INSTITUIÇÕES E ATIVIDADES MILITARES SEGUNDO AS TEORIAS DE PIERRE BOURDIEU

Daniel Albino<sup>1</sup>

Este trabalho tem por objetivo estudar as instituições militares e suas atividades dentro do arcabouço teórico elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), especificamente seus conceitos de *campo*, *habitus*, e *capital*.

Bourdieu, partindo do conceito de capital econômico e relações entre classes do marxismo clássico, e também das ideias de dominação de Weber, foi pioneiro ao criar uma série de instrumentos e estruturas investigativas da sociedade, entendendo existirem outros tipos de capitais, como o social (baseado no pertencimento a grupos, relações, redes de influências e apoiadores), cultural (conhecimentos, perícias, educação) e simbólico (honra, prestígio e reconhecimento). A ideia de diferentes capitais, e sua relação e uso pelos indivíduos que os possuem, esteve presente em toda sua obra, e é fundamental para os conceitos de *campo* e *habitus*.

Inúmeros foram seus objetos de estudo: a história agrária, artes, literatura, educação, jornalismo, a televisão, o próprio ofício do sociólogo, e o mundo acadêmico. Porém, as instituições militares e suas atividades parecem não lhe ter sido objeto de interesse, embora, como tentaremos mostrar no decorrer deste trabalho, suas ideias forneçam uma estrutura analítica que nos permite estudar as Forças Armadas, tanto em sua dinâmica interna, quanto externa.

Este trabalho, derivado da dissertação de mestrado intitulada *A dialética de Doutrinas Francesa e Norte-americana no Exército Brasileiro: O caso da Força Expedicionária Brasileira* (título provisório)<sup>2</sup>, buscará fazer este exercício teórico, em uma breve reflexão sobre como usar o pensamento de Bordieu para compreender as forças armadas, seu pensamento, e suas atividades.

## O CAMPO E CAPITAIS MILITARES

Segundo Bourdieu (1997), um *campo* é um universo onde estão inseridos agentes e instituições de determinada atividade humana, e que obedecem leis em maior ou menor grau próprias.

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em História Militar Brasileira pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (IGHMB/UNIRIO). Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Instituto de Pesquisa Histórica Ambiental e Regional. Informações e Contato: <https://about.me/danielalbino>.

<sup>2</sup> Dissertação elaborada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no biênio 2013-2015. Vencedora do Prêmio Pandiá Calógeras da Biblioteca do Exército, ano de 2015.

Por exemplo, o campo artístico (podendo aí ser subdividido em subcampos para cada modalidade individual de atividade artística), campo científico, político, econômico, etc. Ele o considera um “microcosmo autônomo, dotado de leis próprias” e que “Se jamais escapa às imposições do macrocosmo [a sociedade], ele dispõe, com relação à este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada” (1997, p.21).

Assim sendo, podemos falar também de um campo militar, um microcosmo formado pelos agentes (o militar, soldado e oficial) e instituições (as Forças Armadas), que obedecem a regras próprias, e que existem em variável grau de autonomia da sociedade, responsáveis pela atividade militar dentro daquela sociedade.

A questão da autonomia do campo em relação à sociedade é apontada como de especial interesse por Bourdieu, por sua complexidade:

Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas (2004, p.21).

Considerando-se a natureza da atividade militar, e sua importância dentro da sociedade, pode-se afirmar que a questão da autonomia dentro do campo militar é especialmente importante, pois irá influir diretamente na forma como os agentes e instituições do campo executam sua missão.

Tomemos como exemplo o exército francês no período entre as duas guerras mundiais (1918-1939).

A França saiu da Primeira Guerra Mundial como vitoriosa, mas com um alto custo em vidas humanas (cerca de oito milhões), além da devastação de uma guerra que foi combatida em grande parte dentro de seu território nacional. Os custos da guerra também serviram para causar um impacto na economia nacional francesa que implicaram em anos de recuperação, auxiliados em parte pelas indenizações pagas pela Alemanha e os espólios territoriais obtidos das nações derrotadas. Portanto, para o povo francês, a guerra foi um flagelo, que lhe roubou uma geração inteira de seus membros mais jovens, causou perdas irreparáveis, e serviu como uma catarse para aquele sentimento de beligerância, nacionalismo e militarismo exacerbados que dominavam a *psique* francesa no pré-guerra. Se, em 1914, os cidadãos franceses aplaudiram a eclosão da guerra e se amontoaram nos

postos de recrutamento, em 1918 e nos anos seguintes dominou um sentimento antiguerra, que se refletiu nas suas escolhas políticas e na atuação dos governos pós-guerra. Além disso, a experiência francesa da Primeira Guerra Mundial foi de uma guerra estática, combatida em posições fixas e baseada na tomada e construção de redes de fortificações e trincheiras, onde as vitórias, pequenas ou grandes, eram fruto de um planejamento rigoroso e de execução precisa. Excetuando-se o período inicial da guerra, a chamada “Corrida para o Mar”, os exércitos franceses e seus líderes não tiveram nenhuma oportunidade de aplicar os princípios da guerra de movimento que seus manuais até então preconizavam.

Portanto, o que a sociedade francesa (o macrocosmo) desejava nesse período entre as guerras mundiais era a paz duradoura. Ela não tinha interesses em novas aventuras bélicas expansionistas, e sim em manter a integridade do território francês, continental e ultramarino. A Alemanha, sua adversária na primeira guerra, estava desarmada e a região da Renânia<sup>3</sup>, desmilitarizada.

A sociedade francesa esperava das forças armadas (o microcosmo, o campo militar) era tão somente a defesa do território nacional. E a resposta do campo se materializa na nova doutrina militar francesa, que no período de 1918 até a sua derrota na mão dos alemães, em 1940, foi em sua totalidade defensiva. Seus pensadores militares, baseados em sua experiência da Primeira Guerra, e refletindo o ambiente mental de sua sociedade, construíram uma doutrina em que o ataque não tinha lugar, e em que a defesa do território nacional era o único objetivo. A construção da Linha Maginot<sup>4</sup>, imaginada como a defesa intransponível para defender a França da agressão alemã, foi a expressão máxima dessa obsessão nacional. Mesmo as novas armas desenvolvidas na guerra anterior (o avião e o carro de combate), deveriam ser usadas apenas em papéis defensivos, e em apoio às tropas de infantaria. Na hipótese de nova guerra eclodir, preconizava a doutrina francesa, o objetivo, repetindo a experiência da Primeira Guerra, era de manter uma guerra de posições defensivas, desgastando o inimigo até que ele perdesse a vontade e os meios de continuar. A realidade, contudo, mostraria as falhas nesse pensamento: os alemães fizeram uso tanto das novas tecnologias de novas maneiras (*Blitzkrieg* ou guerra-relâmpago<sup>5</sup>), como souberam evitar a guerra estática contornando as defesas francesas (a manobra pela floresta das Ardenas e pela Bélgica).

Analisando o exemplo francês, podemos perceber uma situação que Bourdieu caracterizaria

3 Região industrializada no oeste da Alemanha, cortada pelo rio Reno, e fronteira à França e Bélgica.

4 Linha de fortificações construída na fronteira entre a França e a Alemanha.

5 Tática alemã que consistia no uso combinado de infantaria, carros de combate e aviação para forçar a ruptura nas linhas inimigas, de forma a pegar a força inimiga de surpresa, e com rapidez suficiente para impedir a sua reorganização.

como de *baixa autonomia*. Recebendo do seu macrocosmo uma demanda (a defesa do território nacional), o campo militar não foi capaz de *refratar*, isso é, retraduzir essa demanda de uma forma específica, própria (2004, p. 22). No caso, foi incapaz de perceber, quanto mais adotar, novas formas de emprego para as novas tecnologias, assim como perceber as deficiências em sua estratégia de defesa. Adaptando o alerta de Bourdieu sobre os perigos de uma “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas da sociedade (2004, p. 21), podemos falar aqui de uma “ciência militar escrava” que, “submissa” aos anseios e ao estado mental da sociedade francesa, ficou em última instância incapacitada de cumprir a principal demanda que lhe foi feita, a defesa nacional.

Para falar do funcionamento interno do campo, partamos desta primeira definição de Bourdieu: “um campo de forças, e um campo de lutas, para conservar e transformar esse campo de forças” (2004, p. 22). A natureza do campo é não somente mutável, de acordo com a atuação dos seus agentes (“o campo é um jogo em que as próprias regras do jogo estão elas próprias em jogo”), mas sua própria existência em primeiro lugar depende desses agentes e das relações entre eles. A *estrutura das relações objetivas*, e a posição que determinado agente nela ocupa, é que define e orienta suas ações. Assim,

Só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado em um campo, se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala”; o que supõe que pudemos e soubemos fazer, previamente, o trabalho necessário para construir as relações objetivas que são constitutivas da estrutura do campo em questão. (2004, p. 23)

A posição dos agentes dentro dessa estrutura, sua capacidade de influenciar essa estrutura, assim como a estrutura em si, são determinados pela distribuição de capital específico desse campo. Assim, como Bourdieu, em *Os Usos Sociais da Ciência*, trata do campo científico, com seu capital científico próprio (na verdade, dois tipos de capital, como veremos a seguir), podemos falar aqui de um capital militar, específico do nosso campo de estudo. O capital militar de cada agente individual (soldado, oficial) ou institucional (as Forças Armadas, diferentes armas<sup>6</sup>, subgrupos dentro dos anteriores) determina sua posição dentro da estrutura, mas ao mesmo tempo a soma dos capitais de todos os agentes do campo forma a própria estrutura; é ao mesmo tempo “estruturado e estruturante” (2007, p. 7-16).

<sup>6</sup> “Arma” usada aqui no sentido de tipo de tropa, como infantaria, artilharia, engenharia, etc.

E o que seria esse capital militar, especificamente? Assim como no caso do capital científico, o capital militar é uma espécie de capital simbólico, que é definido como “reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo” (2004, p. 26). Esse capital, portanto, não é suficiente em si para que sua posse signifique maior ou menor poder para aqueles que o possuem. É preciso que ele seja reconhecido como tal pelos agentes dentro do campo:

Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (2007, p. 14).

Contudo, Bourdieu identifica não um, mais dois tipos de capital científico (2004, p. 35-43): um primeiro, temporal ou político, ligado às instituições, mais especificamente, a ocupação de cargos importantes nessas instituições, que traz ao indivíduo prestígio, controle sobre os meios de produção (contratos, verbas, bolsas de pesquisa, etc.) e reprodução (nomeações para cargos), e que ele denomina *capital científico institucional*; e um segundo, baseado no reconhecimento pessoal do indivíduo pelo conjunto de membros do campo, ou pelo menos da parcela “consagrada” deles, pelas suas contribuições ao mesmo. Este tipo de capital científico Bourdieu classifica como “puro”.

Ora, considerando-se que o campo militar é quase universalmente dominado por instituições, podemos aplicar também esse conceito dual ao nosso objeto de estudo; logo, teremos um *capital militar institucional* e um capital militar “puro”, e já que este se baseia nas realizações pessoais do indivíduo, iremos chama-lo de *capital militar pessoal*. Tomando como exemplo as Forças Armadas contemporâneas, de qualquer nação, podemos ver os dois tipos de capital em ação: de um lado, aquele tipo de oficial que seus próprios pares chamam pejorativamente “generais de gabinete”, que ocupam posições de autoridade e prestígio dentro da organização militar da qual fazem parte, mais pela sua capacidade de articular apoio e construir relações de mútuo benefício (em outras palavras, “fazer política”), do que por uma alguma contribuição especial à organização ou destacada proficiência no seu ofício; e do outro, toda uma gama de soldados e oficiais, que, apesar de possuírem a experiência, a proficiência, e o reconhecimento dos seus pares, nunca ocupam cargos de destaque, e nem ascendem aos níveis mais altos da hierarquia militar.

## HABITUS E A DOCTRINA MILITAR

Em complemento ao conceito de campo e capital, temos o conceito de *habitus*. Bourdieu define o *habitus* como “um sistema de disposições duráveis que atua como princípio gerador e organizador das práticas e representações sociais” (ROSA; BRITO, 2008, p. 196). Ou seja, um conjunto de estruturas sociais que regem a relação entre o indivíduo e a sociedade, ou no caso presente, entre o indivíduo e o campo. Trata-se de estruturas sociais pré-existentes, que o indivíduo, ao se tornar parte daquele campo, irá absorver, transformando-as primeiro em estruturas mentais, que irão moldar a forma como o indivíduo vê o mundo, exteriorizadas através do *ethos* (o conjunto de valores ou princípios que regem sua conduta diária), e na *hêxis* (conjunto de posturas corporais adquiridas) (BONNEWITZ, 2003, Apud ROSA; BRITO, 2008, p. 197).

Assim, da mesma forma que podemos identificar um campo militar, também podemos falar de um *habitus militar*, que Mello define como

a forma de se interpretar o mundo com os olhos da instituição – o que engloba tudo aquilo relacionado à **doutrina** de uma força armada em questão: o porte e a missão do soldado, sua disciplina, sua missão e compromisso para e com a instituição e sua pátria, comportamento e tudo aquilo que o identifica e o torna membro de um grupo específico do seguimento social, no caso, o militar. (2012, p. 38, grifo nosso)

Portanto, o *habitus* do campo militar está diretamente ligado à doutrina militar. E o que seria uma doutrina? Segundo a definição da OTAN, uma doutrina militar é o conjunto dos “Princípios fundamentais pelos quais as forças militares guiam suas ações em apoio a objetivos. Ela é autorizativa, mas requer julgamento em sua aplicação” (online, tradução nossa). Podemos encontrar uma postulação mais detalhada nos manuais de conduta de operações do Exército Canadense, que afirma o seguinte:

Doutrina militar é uma expressão do conhecimento e pensamento militares, que o exército aceita como sendo de relevância em determinado momento, e que cobre a natureza do conflito, a preparação do exército para o conflito, e o método de se engajar no conflito para atingir o sucesso. É descritiva ao invés de prescritiva, requerendo julgamento em sua aplicação. Ela não provê dogma ou estabelece uma lista de procedimentos; ao invés, é um guia autorizativo, descrevendo como o exército pensa a respeito do ato da luta, mas não como lutar. Assim, busca ser definitivo o suficiente para guiar as atividades militares, e ainda versátil o suficiente para acomodar uma ampla variedade de situações (CANADA, 1998, p. 4-5, tradução nossa).

É importante não confundir *doutrina* com *estratégia*; esta última define o que fazer, dentro da

situação de guerra, para atingir os objetivos determinados. A doutrina define o *como* fazer, determina as bases, de que forma, através de qual combinação de meios as forças armadas irão atuar para atingir aqueles objetivos definidos pela estratégia. E, ao mesmo tempo, a doutrina irá influenciar a estratégia, pois o planejamento estratégico deve levar em consideração o que é prescrito pela doutrina.

A doutrina é um construto conceitual sobre a qual as forças militares irão se apoiar, fornecendo o guia para uma série de questões-base para a operação de um exército: como o exército se percebe enquanto instituição e sua relação com a sociedade, qual é a sua missão, como essa missão deve ser executada, como historicamente o exército tem se incumbido dessa missão, etc. É fruto de reflexão sobre suas características e seu papel dentro da sociedade. Entretanto, não é puramente uma construção intelectual do grupo dentro da Força que recebe a missão de elaborá-la: ela é, mesmo que inconscientemente, fundamentada em características que aquele grupo já traz, e também da sociedade da qual faz parte. Segundo Bellintani (2009, p. 88),

Reflete o pensamento da época, as preocupações, os interesses, a organização administrativa do exército, a mobilização, a disponibilização dos meios, a compra de material, a instrução, as conferências, os cursos, enfim, todo envolvimento diário da força.

Menezes (1966, p. 132-133) classifica quatro dentre esses fatores, considerando-os os que mais influenciam a formulação da doutrina:

Econômico: traduzindo as possibilidades econômico-financeiras, particularmente do parque industrial, das reservas de minerais estratégicos, etc.

Psicossocial: especialmente no que se refere à população apta para o serviço militar, padrão de vida, habilitações profissionais, nível de educação, etc.

Político: basicamente no que concerne aos antagonismos externos e internos (estes também fruto do fator psicossocial), tendo como manifestações mais palpáveis as hipóteses de guerra e os Teatros de Operações prováveis de atuação.

Militar: tradição militar, cultura e tendências dos cidadãos fardados, etc.

Segundo Rodrigues (1980), a Doutrina Militar dispõe de *bases estáveis*, um “esqueleto”, baseada nos chamados Princípios de Guerra<sup>7</sup>, que é imutável. Sobre ela, continua a analogia, iria um revestimento de “carne”, esse sim mutável e de caráter evolutivo, alterando-se conforme as conjunturas daquele momento histórico; este seria o *corpo* da doutrina.

<sup>7</sup> Segundo Trompowsky (1966, p. 123), “Os princípios de guerra são preceitos ou normas básica de conduta, que se aplicam na guerra e que têm afetado, com regularidade, a decisão nos conflitos passados”.

O processo de formulação de uma doutrina, portanto, leva em conta essas bases estáveis, assim como os determinantes temporais. Para Rodrigues (1980), o estudo de casos histórico-científicos se faz essencial, pois

Proporciona os ensinamentos necessários para a formulação da doutrina militar. Naturalmente que as “bases estáveis” da doutrina não necessitam de mudanças continuadas; o “corpo” da doutrina sim, deve-se ajustar o ensinamento sugerido pelo caso histórico às novas condicionantes ambientais (p. 36).

E, como reforça Castello Branco (apud RODRIGUES, p. 35)

A elaboração de uma doutrina exige um trabalho contínuo de pesquisas, avaliações e conclusões, tudo dentro de uma intransigente objetividade. Para fazê-lo, além de se tornar por base uma realidade inelutável, os seus organizadores têm que empreender uma luta incessante contra o conservantismo e contra a visão simplista de problemas complexos e difíceis.

Em síntese, podemos ver novamente o papel central da doutrina dentro do microcosmo social militar, não só em como ele se caracteriza, organiza e atua, mas também no modo como seus agentes, individuais e institucionais, se percebem como membros desse universo, seu comportamento e ações enquanto indivíduos e membros do campo, e como veem o restante da sociedade dentro da qual estão inseridos. E, considerando-se a função básica de uma força armada dentro da sociedade, que é a proteção da mesma, Bellitani (2008, p. 91) afirma, “Um exército sem doutrina é um peso morto, improdutivo e oneroso para o país, pois não possui função, planejamento e estratégia para colocar em ação, no caso de operações militares”.

Considerando o acima exposto acerca do *habitus*, e fazendo a ponte com a tese de mestrado do qual este trabalho deriva, qual o impacto sofrido, quais as alterações, se ocorre alguma, na estrutura objetiva de relações do campo, quando o seu *habitus* sofre uma súbita mudança, influenciada por fatores externos?

Tomemos o exemplo do objeto de estudo da tese de mestrado, a mudança doutrinária no Exército Brasileiro quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Até então, este se organizara pelos padrões franceses, reflexo da atuação no país de uma Missão Militar Francesa no período entreguerras (1920-1940). Porém, com a entrada no Brasil na guerra, em 1942, este passa a receber o apoio norte-americano, que possuía um modelo doutrinário diferente do francês<sup>8</sup>. Portanto,

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre as diferenças entre as doutrinas francesa e norte-americana, recomendamos a leitura de HOUSE (2008) e ALBINO (2012).

por influência do seu aliado e vizinho continental, e também pela derrota da França nos estágios iniciais da guerra, o exército brasileiro começou a sofrer mudanças em sua organização. Essas mudanças inicialmente são mais visíveis nas unidades escolhidas para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB) que em 1944 e 1945 lutaram com as forças Aliadas na Campanha da Itália.

A questão da dificuldade criada pela mudança doutrinária na formação e treinamento da FEB parece ter sido primeiramente levantada pelo próprio Marechal Mascarenhas de Moraes:

Há longos anos o Exército Brasileiro vinha sendo instruído por uma operosa missão militar francesa.

Sua organização, seus regulamentos e seus processos de combate eram baseados na chamada “escola francesa”. De repente, quase da noite para o dia, dentro da antiga moldagem e no quadro da doutrina gaulesa, surgia a tarefa de constituir uma divisão de infantaria, com a organização norte-americana. E, além disso, instruí-la e adestrá-la segundo os métodos, processos e meios norte-americanos (2005, p. 27-28).

Também se encontram referências ao assunto em Silveira (2000), Brayner (1968) e no livro-relato de Lima Júnior (1982).

Como essa mudança doutrinária (e portanto, no *habitus*) teria afetado o campo militar brasileiro? Podemos perceber de início uma redistribuição do capital militar (mais especificamente, do *capital militar pessoal*), em favor daqueles soldados e oficiais que, chamados à servir nas unidades que compuseram a Força Expedicionária Brasileira, se adaptaram (ou, no caso dos conscritos, aprenderam do zero) à nova doutrina militar, e que lutaram na guerra, adquirindo uma experiência prática de que o restante do Exército Brasileiro, que não participara de um conflito internacional de porte desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), não possuía. É interessante notar, como Brayner (1968, p. 15-57) e Silveira (2000, p. 49-61) lembram, de que inicialmente a FEB foi composta em sua maior parte por oficiais da reserva e conscritos, e de como muitos oficiais de carreira, usando de conexões políticas (*capital militar institucional*), conseguiram evitar a convocação para FEB. Vale citar um episódio da “mitologia” da FEB, de que o General (mais tarde Marechal) Mascarenhas de Moraes teria sido o quarto ou quinto “candidato” do ministro da guerra Eurico Gaspar Dutra para a posição de comandante da FEB, e que todos os anteriores, generais de maior prestígio dentro do Exército, teriam recusado o convite.

As razões para essa recusa geral variam muito, mas todas são passíveis de análise como resistência de indivíduos detentores de altos níveis de capital militar institucional à um novo *habitus*,

à novas “regras do jogo” que lhe estavam sendo “impostas” por um elemento externo ao campo, o Exército norte-americano. Afinal, como Bourdieu afirma,

Quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição. (2004, p. 29)

A atuação da FEB na Campanha da Itália muda progressivamente (ainda que não totalmente) essa resistência, exatamente pelo alto nível de capital militar pessoal que os febianos estavam acumulando por seus feitos em campo de batalha, e até o final da guerra um número maior de oficiais de carreira se uniu à FEB na Itália.

Com o fim das hostilidades na Europa, e com a perspectiva de retorno dos febianos ao seio do Exército, ao núcleo principal do campo militar brasileiro, restava aos agentes de alto capital militar institucional no Brasil (entre eles o próprio Ministro da Guerra, o general Dutra) uma decisão de como lidar com aquele contingente de indivíduos com alto capital militar pessoal, capital esse que “proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo” (2004, p.27).

Factualmente, Silveira (2000, p. 229-238) descreve os acontecimentos imediatos à rendição alemã: no dia 6 de julho de 1945 (coincidentemente, mesmo dia do início do retorno da FEB ao Brasil), foi emitido Aviso Ministerial (nº 217-185), que determinava a exclusão das unidades-componentes do comando da FEB, e seu retorno ao comando da 1º Região Militar, conforme elas chegassem ao Brasil. Além disso, o mesmo Aviso Ministerial determinava que as unidades-componentes deveria ter seu efetivo reduzido ao mínimo operacional, o que na prática significou a dispensa imediata de quase todos os pracinhas e oficiais da reserva, e a dispersão dos oficiais de carreira entre várias outras unidades. Todas as recomendações norte-americanas, no sentido de usar a FEB para transmitir as experiências de campo de batalha ao resto do Exército, foram ignoradas.

Aplicando o nosso modelo teórico, podemos ver aqui a resistência dos agentes de alto capital institucional, para coibir uma mudança de *habitus*, e conseqüentemente das “regras do jogo”, e conversar sua posição dentro da estrutura do campo. Pois permitir que a FEB (ou pelo menos suas unidades-componentes), continuasse a existir de maneira coesa, e mais que isso, que transmitisse sua

experiência o restante do campo, até então relativamente intocado, seria permitir uma redistribuição do capital militar que esses agentes não estavam dispostos a aceitar. Mesmo a posição declaradamente apolítica da maior parte dos membros da FEB (incluindo, e principalmente, o próprio Mascarenhas de Moraes<sup>9</sup>) não diminuiu a “ameaça” na mente desses agentes. O resultado, o ostracismo da FEB e dos febianos durante décadas (Silveira, 2000, p. 235-253).

## CONCLUSÃO

Conforme dito na introdução, este trabalho deve ser visto como uma provocação, uma proposta de uso da metodologia de Pierre Bourdieu aplicada a objetos de estudo da história militar, e portanto, breve e passível de ampliação e revisão. Suas estruturas e categorias analíticas fornecem uma nova forma de se interpretar as instituições e atividades militares, e sua relação com a sociedade da qual fazem parte. Especificamente em relação ao tema da tese de mestrado do qual esse trabalho derivou, a Força Expedicionária Brasileira, os conceitos de campo, *habitus* e capital simbólico forneceram um arcabouço teórico que nos permitiu encontrar novas interpretações para alguns episódios-chave da “mitologia” febiana, como sua origem, sua composição, e sua dissolução.

Concluindo, encerramos esse trabalho com uma última citação de Pierre Bourdieu, do parágrafo com o qual ele inicia o capítulo III do seu “O Poder Simbólico”, e que é uma provocação à provocação:

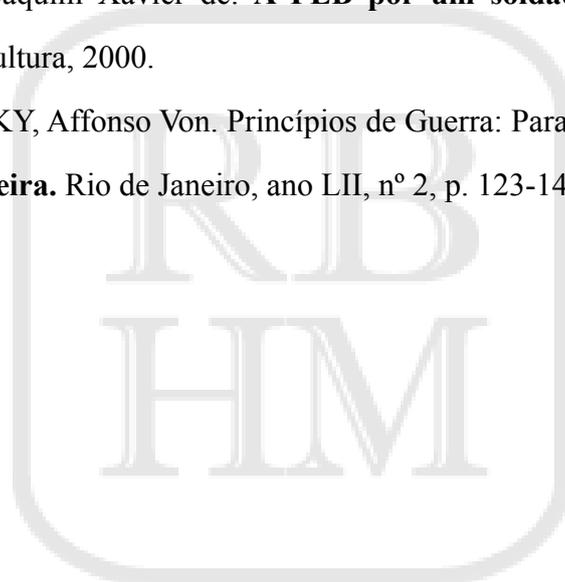
Diferente da teoria teórica — discurso profético ou programático que tem si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias —, a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polêmica teórica do que com a defrontação com novos objetos. Por esta razão, tomar verdadeiramente o partido da ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e mais esforços investindo-os em pesquisas novas, em vez de os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-os num embrulho de metadiscursos, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar a sua própria importância ou a dela retirar diretamente benefícios fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a idade do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador. (p. 59)

<sup>9</sup> Num toque de ironia ou justiça poética, o Marechal Mascarenhas de Moraes passou a se envolver com política depois de passar à reserva, em 1946, unicamente para defender os direitos dos pracinhas e preservar a memória da FEB.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBINO, Daniel. **A dialética de doutrinas francesa norte-americana e francesa no Exército Brasileiro: o caso do 9º Batalhão de Engenharia de Combate**. 2012. 78 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2012.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 2009. 700 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília: 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_ . **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **A Verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- CANADA. Departamento de Defesa Nacional. **The Conduct of Land Operations**. Canada: 1998.
- HOUSE, Jonathan M. **Combinação de Armas: A Guerra no Século XX**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008.
- LIMA JÚNIOR, Raul da Cruz. **Quebra-canela: a engenharia brasileira na Campanha da Itália**. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1982.
- MELLO, Ana Claudia de Rezende Costa Dutra e. **Voluntárias da Pátria: As dificuldades de mobilização, treinamento e a atuação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. 2012. 94 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2012.
- MENEZES, Mário José Sotero de. Doutrina Norte-Americana, espírito alemão e tradição brasileira. **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, ano LII, nº 2, p. 123-144, Abr/Mai/Jun 1966.

- MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.
- OTAN. **Glossário de Termos e Definições**. Disponível em: <http://www.nato.int/>. Acessado em: 28/06/2012.
- RODRIGUES, Nilton Moreira. A História, o Chefe e a Doutrina Militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 690, p. 25-46, Jul/Ago 1980.
- ROSA, Alexandre R. BRITO, Mozar J. “Corpo e Alma” nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. **RAC**, Curitiba. V. 14, nº 2, art. 1, Mar/Abr. 2010. Pp. 194-211. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acessado em: 23 de Dezembro de 2012.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier de. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2000.
- TROMPOWSKY, Affonso Von. Princípios de Guerra: Para que servem, afinal? **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, ano LII, nº 2, p. 123-144, Abr/Mai/Jun 1966.



# PREPARAÇÃO LOGÍSTICA PARA A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: A ORGANIZAÇÃO DO 1º CORPO DO EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO<sup>1</sup>

**Luiz Augusto Rocha do Nascimento<sup>2</sup>**

**Resumo:** A logística existe desde a primeira campanha militar. Ela é muito importante para que um exército seja capaz de lutar. Este trabalho mostra as ações que o General Osório para preparar um exército para a Campanha do Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança. O objetivo é verificar suas decisões logísticas. Mostrar que ele era tão bom administrador como guerreiro.

**Palavras-chave:** Osório, logística, Tríplice Aliança.

**Abstract:** The logistic exists since the first military campaign. It is very important for an army be capable to fight. This job shows the actions from the General Osorio to prepare an army to the Paraguay Campaign, in the War of the Triple Alliance. The goal is to verify his logistic actions. To show he was a good manager than a warrior.

**Key-words:** Osorio, logistics, Triple Alliance War.

## INTRODUÇÃO

O Segundo Reinado pautou-se por uma série de crises e revoltas. O Exército Imperial brasileiro, ainda em formação, mal estruturado para agir em um país de dimensões continentais, teve que se desdobrar para manter a unidade nacional. Contou com isso com o auxílio de forças como as Polícias Militares e a Guarda Nacional.

O sul do país foi, durante a colônia, um local de intensa fricção entre as coroas ibéricas. A fronteira se estabeleceu e se restabeleceu várias vezes. O povo gaúcho passou por vários séculos em armas e tropelias. Do sangue que verteu no sul nasceram cidades, formou-se uma nação e um pensamento de patriotismo e determinação.

Os conflitos, porém, se circunscreviam, na maioria das vezes, aos pampas gaúcho, argentino

---

1 Trabalho de conclusão de Curso de Especialização em História Militar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB.

2 Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro. Bacharel e Mestre em Ciências Militares. Bacharel em Arquivologia: Tecnólogo em Logística. Especialista em Análise e Projeto de Sistemas, Gestão em Tecnologia da Informação e História Militar. Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. E-mail: prof.luau@gmail.com

ou oriental. As lutas se travaram com forças locais, basicamente montadas, em itinerários e regiões conhecidas por séculos. O desmembramento do Vice-Reinado do Rio da Prata acirrou ainda mais os ânimos e as disputas na região. Substituiu-se a luta entre duas potências europeias rivais por uma luta entre três países independentes, ainda em formação.

A deflagração da Guerra da Tríplice Aliança, marcada pelo apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, inseriu no panorama dos conflitos da região uma nova contenda. A luta reuniu, do mesmo lado, pela primeira vez, argentinos e brasileiros. A guerra não se daria apenas em terras do Rio da Prata, mas subiu para um território desconhecido. A preparação de uma força para combater no Paraguai necessitava de uma mobilização nunca vista antes na região.

O Brasil, em geral, e o Exército Imperial brasileiro, em particular, não estavam prontos para esse tipo de guerra. Os meios necessários para fazer frente à afronta do Presidente do Paraguai envolviam providências não verificadas anteriormente, pois precisariam da conjugação do esforço de material e pessoal de três nações secularmente beligerantes, por itinerários de um país desconhecido e contra uma força preparada, havia anos, para combater.

Nesse contexto, o Brasil se encontrava com seu exército em Montevidéu, completando mais uma campanha na região e, de repente, precisando se armar de forma inaudita para uma nova campanha. Não seria mais uma luta como as anteriores, os meios não estavam disponíveis e as tropas, poucas, mal treinada e equipada. Fazia-se necessário um tratado de acordo mútuo e uma mobilização de meios e homens para fazer face a essa Campanha.

No comando, substituindo o enfermo Marechal João Propício Menna Barreto, que se recolhera para o Rio Grande do Sul levando bons oficiais, estava o General Osório, seu desafeto. Militar prático, veterano dos conflitos no Rio da Prata, acostumado às armas, aos homens e aos cavalos de guerra, sem formação na Escola Militar da Corte, recebeu a tarefa de preparar um exército para marchar para o Paraguai. Montou-o com o que aprendera na peleia e se valendo dos insígnias militares que estavam com ele em Montevidéu, como Sampaio.

As ações de Osório revelaram o tirocínio de um prático, acostumado mais às lides objetivas do campo de batalha do que ao planejamento meticuloso das operações militares. Suas medidas mostraram que um Exército não preparado para a guerra, desprovido de quase tudo, preparou-se em pouco tempo e sobre a pressão dos acontecimentos.

O General, além de militar, tinha que agir como diplomata, por causa da necessidade de se

encaminhar um pacto entre os países platinos, a República Argentina e a República Oriental (Uruguai) e o Império do Brasil – o Tratado da Tríplice Aliança, assinado quando parte da tropa estava em marcha.

Portanto, é necessário verificar quais as providências o General Osório tomou em Montevideu para preparar um exército para combater. Criar uma força capaz de ser treinada, equipada e estruturada para combater num local para nós desconhecido, em circunstâncias bastante adversas e em condições diferentes das lutas que travava havia anos. Assim, este estudo pretendeu verificar quais as ações empreendidas pelo Marquês do Herval, sob a ótica da logística, para avaliar as suas ações de forma didática, a partir de princípios logísticos dos pensadores da época.

## FUNDAMENTOS DA LOGÍSTICA MILITAR

A logística, apesar de necessária ao esforço de guerra há milênios, teve suas definições apresentadas apenas de forma recente. O termo surgiu na França e se consagrou posteriormente. Podemos verificar as ideias relativas ao conceito, primeiramente, de dois dicionários brasileiros consagrados:

Parte da arte da guerra que trata do planejamento e da realização de: a) projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos e administrativos); b) recrutamento, incorporação, instrução e adestramento, designação, transporte, bem-estar, evacuação, hospitalização, e desligamento de pessoal; c) aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a ajudar o desempenho de qualquer função militar; d) contrato ou prestação de serviços<sup>3</sup>.

- MILITAR organização teórica da disposição, do transporte, do abastecimento de tropas em operação militar;
- ETIMOLOGIA francês *logistique* (1840) ‘nome dado à parte especulativa da ciência das armas’, este emprestado do grego *Logistikós*, ἐ, ὄν ‘relativo ao cálculo; que diz respeito ao raciocínio’; administração e organização dos pormenores de qualquer operação<sup>4</sup>.

O termo é abrangente e abarca não só dos recursos materiais, como sua reunião e transporte, como os recursos humanos, como seu recrutamento, preparação para sua utilização em combate. Indica que a preparação de uma força para o combate implica em uma série de itens, os quais necessitam de

3 HOLANDA FERREIRA, 1988, p. 399.

4 FRANCO; HOUAISS e VILLAR, 2009, p. 1193.

um cuidado, de uma preparação. A origem do termo ainda não é consenso, conforme mostra o Estado-Maior do Exército (EME):

Três possíveis significados do termo logística, embora surgidos em tempos e lugares distintos, complementam-se e dão sentido à definição contemporânea. O primeiro vem da GRÉCIA antiga, onde “logistikos” significava habilidade em calcular. Mais tarde, “logista” era o termo em latim, empregado nos impérios romano e bizantino com o significado de administrador. Mais recentemente, a expressão francesa “mar chal des logis”, estabelecida a partir do reinado de LUIS XIV, designava a autoridade responsável por prover as facilidades de alojamento, fardamento e alimentação nas tropas, nos acampamentos e marchas<sup>5</sup>.

Gustavo Adolfo II (1594-1632) rei da Suécia, um dos maiores capitães da história, inovador da guerra, propôs um sistema logístico organizado:

A noção de um sistema de apoio logístico (Ap Log) regular e organizado vem da SUÉCIA, onde, entre 1611 e 1632, o Rei GUSTAVO ADOLFO reestruturou suas forças, modernizando sua organização com a criação de comboios de elementos de suprimento e manutenção para o Ap Log - os chamados “trens” – que contavam com medidas especiais de proteção<sup>6</sup>.

Os pensadores da guerra preocuparam-se com a preparação dos exércitos para a guerra. O famoso Barão Antoine Henri Jomini (1779-1869), suíço, foi comissionado no exército francês, sendo conhecido como um predecessor do próprio Bonaparte, a quem conheceu pessoalmente<sup>7</sup>. Apresentam-se aqui algumas de suas ideias sobre logística:

Segundo Del Re (1955), a primeira utilização do vocábulo “logística”, dentro da Ciência da Guerra, foi realizada, em 1836, pelo general suíço Antoine-Henri Jomini no seu livro *Precis de L'Art de La Guerre*, quando sintetizou os três ramos da arte da guerra como sendo a estratégia, a tática e a logística, cabendo ao último a responsabilidade pelo fornecimento dos meios, a serem planejados e empregados pelos dois primeiros. A logística apresenta-se, então, como sendo a arte prática de mover exércitos, de dispor pormenores materiais das marchas e formações, de montar acampamentos ou acantonamentos longe do inimigo. Tudo indica que Jomini inspirou-se no título de *major général des logis* –atribuído ao oficial francês encarregado de prover alojamento, suprimento, dirigir as marchas e colocar as colunas das tropas francesas no terreno - para criar uma primeira definição de logística militar como sendo tudo ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate (DEL RE, 1955)<sup>8</sup>.

5 EME, 2003, p. 1-2.

6 EME, 2003, p 1-2.

7 Santos (1998).

8 BRAZ, 2004, p. 27.

O termo logística, como idéia de ciência de guerra, surgiu na obra do estrategista militar ANTOINE HENRI JOMINI, em 1836. Segundo ele, “a Logística é tudo ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate”<sup>9</sup>.

A preparação para a guerra, com o passar dos anos, revelou-se não só uma política, estratégica ou tática, mas também uma preocupação do preparo do homem para o combate, bem como os meios necessários para que ele combatesse. Braz (2004) aponta essa importância da logística militar, como podemos observar em duas citações:

Certamente, a Logística está direta ou indiretamente presente entre as prioridades do Exército para a consecução dos seus objetivos. Em meio a crises econômicas regionais e mundiais, os recursos materiais mostram-se cada vez mais escassos e a compatibilidade entre necessidade e disponibilidade pende por vezes para o lado das necessidades. Por isso, a aplicação de estratégias de melhoria de gestão se faz cada vez mais necessária<sup>10</sup>.

Para as forças militares, a logística adquiriu, pela sua destacada atuação na solução de complexos problemas de apoio, posição de destaque nas operações, passando a ser considerada como um dos “fundamentos da arte da guerra”<sup>11</sup>.

Sun Tzu (544 a.C.-496 a.C.), general e pensador militar chinês, conforme Clavell (1983), tinha como nome verdadeiro Wu. Nasceu no estado de Ch’i. Seu livro A Arte da Guerra chamou a atenção de Ho Lu, Rei de Wu. Após testá-lo com um exército de concubinas, o Rei nomeou Sun Tzu como general de seu exército. Durante quase duas décadas, os exércitos de Wu dominaram seus inimigos: os reinos de Yueh e Ch’u.

A Arte da Guerra é composta por treze capítulos de grande simplicidade de ideias. O capítulo 1 (Planejamento) traz cinco fatores constantes, a serem levados em consideração para determinar as condições do campo de batalha. O quarto fator, a Terra, “compreende as distâncias grandes e pequenas, o perigo e a segurança, rasa campanha e passagens estreitas, as oportunidades de vida e de morte”<sup>12</sup>.

O quinto fator (Doutrina) fala diretamente de logística: “a organização do exército, a hierarquia, a política de estradas para suprimento, as medidas para atender às necessidades básicas do exército e o controle de gastos militares”<sup>13</sup>. Assim, dois de cinco fatores do Mestre chinês englobam

9 EME, 2003, p 1-2.

10 BRAZ, 2004, p. 15.

11 BRAZ, 2004, p. 28.

12 CARDOSO, 1987, p. 123.

13 CARDOSO, 1987, p. 123.

preocupações de um sistema logístico capaz de suprir o exército em campanha.

No segundo capítulo (A Conduta da Guerra), Sun Tzu lembra o leitor de sua obra de que as guerras são caras e que oneram o povo. Não se deve prolongar muito uma guerra sob pena de corroer os recursos do povo. Também aconselha o uso dos recursos do inimigo, disponíveis em seu território, para economizar seus próprios meios<sup>14</sup>.

Nicolau Maquiavel (1469-1527), nascido em Florença, atual Itália, foi assessor de príncipes de seu tempo. Escreveu vasta obra literária, atestando sua cultura refinada. Sua obra mais conhecida, O Príncipe, foi além do seu tempo e destaca como um soberano deveria governar para se manter no trono. Entre outros assuntos, aborda a relação do soberano e seu exército.

O Príncipe destaca três capítulos ao exército: Dos vários tipos de exército e das tropas mercenárias (XII), Dos exércitos auxiliares, mistos e próprios (XIII) e Da relação entre o príncipe e o exército (XIV). Maquiavel destaca que o exército é um indicador da grandeza de um Estado, pois o equipara à sua organização legislativa:

As bases principais de todos os Estados – sejam novos, antigos ou mistos – são as boas leis e os bons exércitos. E porque não pode haver boas leis onde não há bons exércitos, e onde há bons exércitos convém haver boas leis, deixarei de lado a discussão das leis e falarei dos exércitos<sup>15</sup>.

Assim, o florentino ressalta que a utilização de mercenários é prejudicial para um Estado, pois eles precisam de cuidado e atenção permanentes. Assim, a logística de mantê-los supridos é um fator de risco para o Estado. Não seriam os soldados ideais para a guerra, salvo os suíços, como observou Bonaparte<sup>16</sup>. Fala também da prevalência de cavalaria sobre a infantaria, mas por praticidade: os cavaleiros são armados e montados por sua conta e a infantaria é um gasto do Estado.

Maquiavel identifica também os auxiliares, exércitos de outros estados que ajudam em uma guerra, e as tropas próprias, ideais, pois dispostas a sacrifícios para a manutenção do Estado. Os auxiliares, como as Tropas Auxiliares utilizadas pelos romanos, podem se voltar contra seus contratantes<sup>17</sup>. Napoleão assinala quando ainda Cônsul, que deveria cuidar desse detalhe. Não fez como mostrou a Campanha da Rússia e a deserção foi enorme.

Napoleão também anotou que a presença dos exércitos nacionais foi uma solução aos

14 CARDOSO, 1987.

15 MAQUIAVEL, 1998, p. 100.

16 MAQUIAVEL, 1998.

17 MAQUIAVEL, 1998.

problemas apresentados pelos mercenários. Ele poderia levar seu exército a sacrifícios e privações as quais não poderiam os mercenários. O aumento do exército encontrou esse anteparo no recrutamento: o nobre e o plebeu passaram a defender seu Estado, não mais auxiliares ou mercenários<sup>18</sup>.

Como se nota, antecipou a base do sucesso napoleônico, que utilizou os cidadãos a serviço de seu país. O florentino era “um defensor incontestado das milícias que consagram os princípios dos Exércitos acionais, baseados na conscrição dos soldados no seio da população”. Também “Acreditava ele, com muita propriedade, que os exércitos mercenários e as tropas auxiliares serviço dos Estados careciam da lealdade e confiabilidade para com os governantes”<sup>19</sup>.

Após seu clássico, Maquiavel escreveu A Arte da Guerra. “A Arte da Guerra está dividido em sete livros. O texto, em forma de diálogo, apresenta um debate entre um experiente comandante militar e ‘gentis homens’ ou aristocratas de Florença”<sup>20</sup>. Esta obra reitera o exército republicano, formado por seus cidadãos, diferente da prática do uso de auxiliares ou mercenários.

Maquiavel dá maior enfoque ao uso das Armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia). Busca, na recordação das legiões romanas e das observações dos conflitos de seu tempo, realçar os pontos focais de um capitão (comandante). Em esboços, mostra as carroças dentro da formação do exército, protegida pela força, o que causava atraso em seus deslocamentos<sup>21</sup>.

Frederico II (1712-1786), Rei da Prússia, considerado um “déspota esclarecido”. herdou do pai um Estado forte e um exército bem treinado e equipado<sup>22</sup>. Identificou-se integralmente com o Estado prussiano. Inicialmente não se interessava pelo governo nem pelo exército. Contudo, o tempo e a insistência de seu pai fez dele o general brilhante, vencedor de várias campanhas para seu país. Além de filósofo, foi tanto general em campo quanto pensador militar em seus escritos.

No campo da logística, Frederico II aperfeiçoou o sistema de armazéns (atualmente depósitos) e de suprimento por meio de comboios, de modo que o Exército podia afastar-se cinco etapas dos armazéns sem que o suprimento sofresse solução de continuidade (interrupção). Uma etapa corresponde a um conjunto de refeições: café; almoço e jantar<sup>23</sup>.

A segurança da via de transporte é ainda um problema delicado<sup>24</sup>, principalmente em território inimigo, pois os meios da época não permitiam movimentos retrógrados (retiradas ou retardamentos

18 MAQUIAVEL, 1998.

19 OBINO, 1984, p. 81.

20 MAQUIAVEL, 2013, p. 18.

21 Maquiavel (2013).

22 Santos (1998).

23 Santos (1998).

24 Santos (1998).

do inimigo) com forças fracas. Luvaas<sup>25</sup> confirma isso em nas descrições feitas pelo monarca prussiano quando ele fala de marchas.

Assim, quando Frederico II opera em território prussiano, organiza seus armazéns em praças fortes, como em Magdeburg, sua independência é grande, pois, dispondo de várias vias de transporte, pode passar de uma para outra sem risco<sup>26 27</sup>. Isso lhe confere maiores possibilidades de manobrar e enganar o adversário quanto à direção em que estão as retaguardas prussianas. As vias utilizadas eram tanto terrestres quanto fluviais, como o rio Elba.

O Rei prussiano preocupava-se com o suprimento. Instruiu sua tropa para que as carroças regimentais transportassem pães para oito dias. Era um item de grande consumo da tropa, que o consumia com sopa. Cada companhia possuía moinhos movidos manualmente. A intendência do exército, também em carroças, levava suprimento suficiente para um mês e também fornos de ferro<sup>28</sup>.

Todas as carroças possuíam tração efetuada por cavalos. Seus condutores, fiscalizados pelos generais, por determinação do Rei, tratavam os animais com muito cuidado. Perder cavalos reverteria em perda de poder de movimentação do exército. Em território inimigo, instalavam um depósito de farinha em uma cidade ocupada, perto do exército<sup>29</sup>.

Em território inimigo, a infantaria escoltava os comboios para lhes proporcionar segurança. Mesmo em terreno plano, Frederico II achava melhor usar os infantes nessa missão, a qual possuía detalhamentos preparados pelo próprio monarca. Julgava a proteção dos comboios um ponto crucial para assegurar a continuidade das operações<sup>30</sup>.

Karl von Clausewitz (1780-1831) foi um pensador militar do século XIX cujas ideias continuaram vivas mesmo após sua morte<sup>31</sup>. A obra mais famosa (e extensa) de Clausewitz é *Von Kriege* (Da Guerra). Ela enfeixa uma série de teorias e doutrinas escritas a partir de experiências adquiridas nas Guerras Napoleônicas e no exercício das suas funções como soldado, particularmente a docência da Escola Militar de Berlim.

A obra de Clausewitz originalmente se dividia em três partes: Livros I a IV (1ª parte); Livros V e VI (2ª parte); e Livros VII e VIII (3ª parte). Cada um dos livros da obra é dividido em vários capítulos. Devem-se incluir nesta estrutura as notas do autor, encontradas entre seus papéis após a sua

25 Luvaas (2001).

26 Santos (1998).

27 Luvaas (2001).

28 Luvaas (2001).

29 Luvaas (2001).

30 Luvaas (2001).

31 Santos (1998),

morte. Estas notas elucidam suas motivações para escrever sobre a guerra e os objetivos que reunia<sup>32</sup>.

O Livro V (Forças Militares) traz suas concepções sobre a construção das forças a serem empregadas em combate. A organização didática desse estudo foi balizada da seguinte forma<sup>33</sup>:

1. O seu poderio numérico e a sua organização;
2. A sua situação quando não estiver em combate;
3. A sua manutenção; e
4. A relação geral existente entre elas, o país e o terreno.

O general prussiano foi um divisor de águas no pensamento militar:

Clausewitz é o autor da guerra moderna. Foi filósofo e estrategista. O conceito de “guerra” de Clausewitz procurou responder à demanda histórica de sua época e serviu, possivelmente, de alimento teórico, ideológico e estratégico para as gerações dos governos europeus até 1919<sup>34</sup>.

O Brasil carecia de recursos para apoiar seu exército. O Paraguai era um território desconhecido para se preparar um planejamento logístico adequado segundo os princípios em voga à época. Os obstáculos iniciais se mostravam um desafio à altura dos Doze Trabalhos de Hércules. Porém, não se tinha nem ajuda dos deuses do Olimpo nem semideuses para auxiliar os brasileiros, como herói mitológico grego teve. Apenas Osório e seus auxiliares próximos.

## **O EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO**

O Exército Brasileiro se encontrava em plena campanha no Uruguai. Francisco Solano López, presidente e ditador do Paraguai, no mesmo período, iniciou sua guerra contra o Império do Brasil. O exército brasileiro lutava em um campo de batalha familiar: o extremo meridional do território brasileiro até o rio da Prata, no Uruguai.

Constituíam-se em novo conflito de uma região sacudida por lutas seculares, herdadas da rivalidade ibérica. Não só se combatia na região por causa de conflitos locais como também por razões vindas da Europa, como a Guerra de 1801, que trouxe reflexos para o extremo meridional brasileiro<sup>35</sup>.

A deflagração da guerra contra a nação guarani trouxe o Império para uma situação inédita. O conflito contra o Paraguai se travou em uma área praticamente desconhecida pelo exército imperial. A aliança com a Argentina, rival histórico no rio da Prata. A presença do Uruguai, lutando ao lado de

32 COSTA (1983, p. 99).

33 CLAUSEWITZ (2010, p. 339).

34 LEMOS (2010, p. 9).

35 BENTO (2001, p.5).

dois países com quem ora se aliava, ora combatia.

O Exército Imperial brasileiro não estava pronto para travar essa nova guerra. Não possuía a estrutura adequada para lutar nas condições que se apresentaram. Carecia de infraestrutura adequada: homens capacitados e os meios disponíveis para a luta. Não era uma novidade: o exército nacional era uma sombra do que passou a ser, passados décadas desse conflito. Como informa Ferrer:

Em 1864, ao ser deflagrada a guerra pelo Paraguai contra o Brasil, com o aprisionamento do navio brasileiro Marques de Olinda e posteriormente, a invasão pelo numeroso exercito paraguaio nas províncias do Mato Grosso em 1864 e do Rio Grande do Sul em 1865, respectivamente, o Império percebeu a necessidade de (re)organizar um exercito forte capaz de defender a pátria brasileira, que estava sendo ameaçada, ja que, apos a Independência do Brasil, a Guarda Nacional passou a ser empregada na defesa do território brasileiro com o maior numero de efetivo e incentivo econômico, em detrimento do Exercito profissional<sup>36</sup>.

As responsabilidades de um país recém-independente trouxeram consigo um peso muito grande. “O Brasil independente implicou necessariamente na existência de um Exército organizado e capaz de dar continuidade à evolução natural do povo e das Instituições, agora com a responsabilidade de afirmação própria no cenário sul-americano e mundial”<sup>37</sup>.

O Exército se organizou com base nas forças já existentes, herdadas da Colônia. Cedo já se fazia necessário emprega-lo na Cisplatina, em 1823. O surgimento do Império não trouxe consigo a formação de um exército confiável, capaz de inspirar segurança aos governantes, como mostra Ferrer:

Esse “descaso” do império para com o Exercito iniciou apos a Independência do Brasil, em 1822, quando essa força terrestre passou a ser considerada pelas autoridades imperiais como uma ameaça a estabilidade politica do novo sistema de governo, devido a presença de portugueses junto ao oficialato e a indisciplina dos soldados, que participavam de motins, arruaças e tumultos no período regencial. Tais aspectos eram causadores de profundas desconfianças junto a sociedade politica, que temia a restauração do antigo regime<sup>38</sup>.

Castro também aduz:

Contudo, a Independência não marcaria uma mudança profunda na força, pois o Exército de então tinha imensos problemas, que o tornaria conceitualmente muito diferente do que existe hoje<sup>39</sup>.

36 FERRER, 2005, p. 121-122.

37 PEDROSA (1984).

38 FERRER (2005, p. 122).

39 CASTRO (2011, p. 46).

Os efetivos do Exército eram pequenos, mercê, entre outras causas, do êxodo dos militares portugueses que integravam suas fileiras. Carecendo de completar o efetivo do Exército, o Imperador fez uso de mercenários, comuns à época, particularmente para lutar no Prata. Criou, em oito de janeiro de 1823, o 1º Regimento de Estrangeiros, composto de Estado-Maior e um batalhão de Granadeiros e dois batalhões de Caçadores, com oitocentos e trinta e quatro homens cada<sup>40</sup>. Em 1825 foi criado o 2º Batalhão de Granadeiros.

Legalmente, o Exército foi criado pela Carta Magna outorgada pelo Imperador em 25 de março de 1824. O documento trazia, no seu Capítulo VIII, seis artigos sobre a força militar. Prescrevia, no artigo 145, que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do império e defende-lo dos seus inimigos externos ou internos”<sup>41</sup>.



Comando do Exército Imperial brasileiro em 1831<sup>42</sup>

O recrutamento era problemático. Para entrar no Exército as praças deveriam ser de “raça pura”, ou seja, brancos. Os pardos e negros só serviam nas Tropas Auxiliares (Milícias e Ordenanças), as quais foram extintas posteriormente para que o parlamento criasse a Guarda Nacional, “uma organização militar que, ao contrário das antigas forças auxiliares coloniais, não era subordinada à

40 PONDE (1982, p. 36).

41 PONDE (1982, p. 44).

42 PONDE (1982, p. 75).

administração central, o controle da tropa era dado aos juízes de paz que, como os próprios oficiais da Guarda, eram cargos eletivos, em pleitos sem voto secreto<sup>43</sup>.

As preferências se estendiam aos oficiais: “no fim do Primeiro Reinado, apesar da Independência e do retorno para a Europa de um grande número de oficiais portugueses, dos 44 generais em serviço no Exército, apenas 16 deles, um pouco mais de um terço, eram brasileiros<sup>44</sup>. Os brasileiros eram, em sua maioria, limitados ao posto de Capitão<sup>45</sup>. A preferência era entrar na Guarda Nacional:

Conforme a lei de criação da Guarda Nacional, suas corporações deveriam ser organizadas e subordinadas a autoridades locais. Seu serviço de pessoal era obrigatório e abrangia os homens maiores de 18 anos que tivessem renda superior a 200 mil reis, com exceção dos militares de terra e mar, autoridades locais, maiores de 50 anos, reformados da Marinha e do Exército e inaptos para o serviço. Cabe ressaltar que os que não quisessem fazer parte dessa força militar podiam indicar substitutos de boa procedência. Em 10 de setembro de 1860, outro decreto-lei referente a Guarda Nacional foi promulgado, com a determinação de que todos os cidadãos filhos de estrangeiros que possuíssem renda superior a 200 mil reis eram obrigados a servir na Guarda Nacional<sup>46</sup>.

Não havia fontes escritas para capacitação. Aplicavam-se ainda os “Artigos de Guerra” do Regulamento de Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe, Conde de Lippe datados de 1773<sup>47</sup>. O manual do Conde irlandês Beresford (Figura 9), de 1812, valeu até 1850. Mesmo assim era insuficiente<sup>48</sup>.

O governo percebeu a necessidade de capacitar seus oficiais. O Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, 1º Barão de Lages, enviou treze deles para escolas na Europa, por julgar não haver no Brasil ainda uma instituição que possuíssem formação tanto técnica como prática para aperfeiçoá-los. Por meio do decreto de 29 de janeiro de 1825. Assim, buscava um início de capacitação organizada para a liderança de um exército emergente<sup>49</sup>.

Os oficiais só dispunham da Academia Imperial Militar instituída por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810<sup>50</sup> para uma formação didática. A Academia funcionou na Corte, no prédio da Casa

43 CASTRO, 2011, p. 48.

44 CASTRO, 2011, p. 47.

45 LEMOS, 1996.

46 FERRER, 2005, p. 122-123.

47 LEMOS, 1996.

48 CASTRO, 2011.

49 PONDÉ, 1982, p. 50.

50 PONDÉ, 1982, p. 77.

do Trem (atual Museu Histórico Nacional). O Império a encontrou no Largo de São Francisco onde funcionou até 1858. Posteriormente, foi para a Praia Vermelha, onde formou oficiais até a República, em 1904<sup>51</sup>.

Em Março de 1851, as promoções visou atender critérios de capacitação. O acesso ao posto de Tenente (hoje 1º Tenente) definia que os Alferes (hoje 2º Tenente) possuíssem, além de dois anos de serviço, o curso da Escola Militar. Para o acesso ao posto de Capitão, o Tenente precisava ter o curso da Escola Militar, ou do seu Corpo, e satisfazer os seguintes critérios: tempo de serviço no posto anterior de dois a cinco anos e provas de conhecimentos teóricos e práticos da arma<sup>52</sup>.

Em 1851 foi criado o curso de cavalaria e de Infantaria, pelo período de dois anos, na província do Rio Grande do Sul. Em 1854 foram criadas escolas elementares nos Corpos de Tropa. Em 1855 criou-se a Escola de Aplicação do Exército, englobando o 5º e 6º anos da Escola Militar, que foram suprimidos. Em 1859 foi criada a Escola de Tiro de Campo Grande. Em 1860, uma nova reforma cria as Escola Central e a escola Militar, Escolas Auxiliares da escola Militar e Escolas Regimentais<sup>53</sup>.

Deu-se uma série de passos para dismantelar a estrutura do Exército após a abdicação de Dom Pedro I<sup>54</sup>. O primeiro foi a expulsão dos oficiais estrangeiros, particularmente portugueses, vistos como ligados ao antigo regime. Esse passo seguia na esteira da dissolução dos batalhões de mercenários estrangeiros. A lei votada pela Assembleia-Geral em 24 de novembro de 1830 restringia o oficialato das Forças Armadas aos brasileiros<sup>55</sup>, e limitava o Exército a doze mil praças<sup>56</sup>.

“A criação da Guarda Nacional, em 18 de Agosto de 1831, foi uma providência que eventualmente correspondia à necessidade de satisfazer aos interesses da segurança nacional, com economia”<sup>57</sup>. O governo resolveu enfatizar a Guarda Nacional, criada nesse ano e reorganizada em 1850<sup>58</sup>. Era uma instituição que existia de longa data, adotada pela França e outros países republicanos. Prestou grandes serviços ao país, particularmente nas Guerras do Rio da Prata<sup>59</sup>.

A situação continuou a se complicar. No ano da primeira Regência do Ato Adicional, assumida pelo senador padre Diogo Feijó, o Parlamento nacional, em nome de nova economia, autorizou por

51 AMAN, 2013.

52 MAGALHÃES, 1998, p. 256-287.

53 MAGALHÃES, 1998, p. 287.

54 CASTRO, 2011.

55 ALVES, 1995.

56 LEMOS, 1996.

57 MAGALHÃES, 1998, p. 269.

58 FERRER, 2005.

59 MAGALHÃES, 1998.

meio da Carta de lei N° 15, de 26 de agosto de 1835<sup>60</sup>, para o biênio 1836/1837, uma força de seis mil, trezentos e vinte homens (20 % do efetivo existente no Primeiro Reinado)<sup>61</sup>.

O governo imperial não investia no Exército, não arcando com o fornecimento básico para seu funcionamento. Faltavam homens, armamentos, víveres. Resumindo, todas as condições necessárias para formação e manutenção de uma força militar nacional capaz de defender a pátria<sup>62</sup>.

A partir da declaração da Maioridade de Dom Pedro II, o processo de reformulação do Exército foi acelerado. Foi publicado o Almanaque do Exército (1844), permitindo que qualquer oficial pudesse se movimentar pelas províncias, verificar sua antiguidade, ser promovido em âmbito nacional, conferir cursos e condecorações com outros do país. Era um passo adiante do Livro Mestre de assentamento dos oficiais, criado por decreto de 27 de novembro de 1829<sup>63</sup>. Facilitou as promoções que, desde 1831, só foram autorizadas mediante merecimento em combate<sup>64</sup>.

Caxias, condutor da campanha brasileira na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), adotou uma estrutura operacional e logística que deu excelentes resultados. Ele utilizou essa estrutura para reorganizar o Ministério da Guerra, quando Ministro, em 1856. Na sua segunda passagem na pasta, em 1861, apoiado em grande experiência em operações, adaptou para nossa realidade as Ordenanças de Portugal para as armas<sup>65</sup>.

Sua presença no Ministério foi marcante para o Exército, notadamente quando passou a presidir o Conselho de Ministros de setembro de setembro de 1856 a Maio de 1857, pelo falecimento de seu titular, o Marquês do Paraná<sup>66</sup>.

Uma das experiências colhidas na Campanha foi o “municipamento de boca” (víveres), com as Instruções Provisórias que baixou em 9 de Julho de 1851 como encargo para o Presidente da Província (função civil). Em uma época em que o Serviço de Intendência não existia no Brasil, foi uma medida valiosa para o desfecho da guerra. Esse modelo foi adaptado e empregado, com algum sucesso, na Guerra do Paraguai<sup>67</sup>.

Quando o Brasil enviou suas forças para combater Solano López, todas as suas tropas, incluindo os Voluntários da Pátria e os Guardas Nacionais, foram equipadas com o novo armamento,

60 PONDÉ, 1982, p. 110.

61 CASTRO, 2011.

62 FERRER, 2005.

63 PONDÉ, 1982, p. 60

64 CASTRO, 2011.

65 BENTO, 2000, p. 150.

66 PONDÉ, 1984, p. 169.

67 SENA, 1979, p. 189-192.

de maior alcance. Os fuzis adotados pela infantaria, por exemplo, possuíam alças de mira reguladas até 800 metros, possibilitando o fogo eficaz contra massas de tropas a essa distância<sup>68</sup>.

O Segundo Reinado tinha um Imperador que não se preocupava com o Exército. Ao contrário de seu pai, mantinha-se afastado da Força. Parte da caótica situação se deveu ao seu descaso. Contudo, a agressão lopizta fez com que visse a gravidade da situação. Marcou esse ato o fato de criar os Voluntários da Pátria, autointitulando-se como o Voluntário nº 1. Mas os anos de penúria do Exército cobrariam seu preço antes da vitória<sup>69</sup>.

### **GENERAL OSÓRIO: PERFIL DE UM LÍDER**

Osório nasceu a dez de maio de 1808, na Vila de Nossa Conceição do Arroio, em solo rio-grandense, próximo à divisa com o Estado de Santa Catarina. A casa em que nasceu hoje pertence ao Parque Histórico que leva seu nome. A Vila hoje é o Município de Osório. Batizou-se no dia vinte e quatro do mesmo mês na igreja da mesma Vila<sup>70</sup>. O Patrono da Cavalaria brasileira era um legítimo gaúcho:

em uma estância gaúcha do início do século XIX, com todas as influências culturais e sociológicas que tal origem continha. Era filho de um modesto furriel de tropas provinciais, pouco depois passando a agricultor e, no ambiente fluido das lutas fronteiriças, de novo militar, tão conceituado que chegaria a tenente-coronel<sup>71</sup>.

O destino da carreira das armas era uma predestinação. Seu avô era um abastado estancieiro local, Tenente Thomaz José Luiz Osório. Seu pai era Furriel das tropas que guarneciam Santa Catarina. Fugiu numa noite chuvosa por defender um soldado dos exageros de um capitão. Foi peão do pai de sua esposa, Ana Joaquina Osório, de onde tirou o nome Osório para dar aos filhos, em honra do homem que o abrigou na necessidade<sup>72 73</sup>. Conforme vemos:

Osório, filho e neto de soldados, não desejava para si o destino dos homens das armas. Alistou-se na Legião de São Paulo, por imposição paterna, aos 15 anos de idade. Chorando, afastou-se de tudo aquilo que amava: a sua estância, a sua família e a vida campesina. Estava, contudo, destinado a se transformar num grande guerreiro e no mais amado dos nossos generais<sup>74</sup>.

68 CASTRO, 2011.

69 DORATIOTO, 2002.

70 LIMA (1938).

71 NETO (2005, p. 70).

72 ABRÃO (1994)

73 LIMA (1938).

74 AMORIM (2007, p. 48).

Até 1818 só teve como tutor o sapateiro local, Miguel Alves. Foi o primeiro de seus dois únicos mestres. Lia, escrevia e fazia as quatro operações. Entretanto, já demonstrava os dotes que o levaram à glória: ginete, nadador e atirador. Como gaúcho não deixava dúvidas: laçava, pealava e boleava com maestria.<sup>75</sup> Neto registra:

A instrução básica de Manoel Luís foi rudimentar. Estudos profissionais regulares nem pôde fazer; quando teve oportunidade, ainda jovem, requereu matrícula na Academia Real Militar, mas foi-lhe negada, sob a alegação de que fazia falta na campanha da Cisplatina. É que carecia de uma garantia de berço. Porém, esse escanteio não diminuiu nele a sede de aprender e, durante toda a sua vida, tratou do auto-aprendizado – inclusive do profissional – nos cursos realísticos da tarimba militar prestante<sup>76</sup>.

Em outra passagem:

Osório não redigia bem; aos poucos, com atenção e persistência, foi melhorando e alcançou boas condições. Falava bem, com clareza; era bom orador, fluente, direto ao assunto; discursava com naturalidade e ênfase, podendo ser cortês, ferino, desbordante ou gozador. Era dado a versejar, e repentista incisivo, mordaz, mesmo em questões de serviço. Deixou-nos uma porção de pensamentos, de ditos, que são, por si sós, retratos precisos – e preciosos – do cidadão que ele era, e verdadeiras máximas de comportamento ético e de posicionamento diante de assuntos relevantes. Assim como Barroso com os jargões dos marinheiros, Osório habituou-se ao linguajar típico dos gaúchos da fronteira (brasileiros e platinos, em sua interpenetração) – palavreado, dizeres, expressões<sup>77</sup>.

Seu segundo e último mestre foi o Capitão de Dragões Domingos José de Almeida. Ensinava na Vila do Salto, para onde o pai levava a família em 1821. Silva Borges ausentara-se de casa desde 1816, envolvido nas lutas ocorridas após a incorporação do Uruguai. Afeiçoou-se aos estudos. Mas se afastou deles para seguir a carreira de soldado<sup>78</sup>.

O afastamento dos livros não interrompeu sua busca pelo conhecimento. Sua vida foi testemunha de seu esforço pessoal. “Osório foi autodidata. Almejava uma formação humanística, mas, ao iniciar a vida guerreira, possuía apenas as letras ensinadas pelo sapateiro Manuel. Tornou-se poeta e bem escrevia, como se depreende de suas cartas a Tamandaré”<sup>79</sup>.

A vida propiciou-lhe sua grande capacidade administrativa, Obtida na prática, desincumbiu-

75 LIMA (1938).

76 NETO (2005, p. 70).

77 NETO (2005, p. 71).

78 LIMA (1938).

79 AMORIM (2007, p. 48).

se como pode de todas as missões que recebeu, compensando a falta de estudo regular pela lucidez e objetividade. “Osório morreu Ministro da Guerra. Tinha uma ampla visão da organização do equipamento do território. Preocupava-se com a construção das estradas de ferro que permitiriam um apoio cerrado às operações no Rio Grande e na defesa do território”<sup>80</sup>.

Outro fator importante para a administração do Exército eram os vários anos de experiência acumulada como negociador, quer nas lides políticas sulriograndenses, quer nas lutas do Prata. Conheceu vários caudilhos locais que lutaram na Tríplice Aliança, como Flores, Mitre e Urquiza, além de vários comandantes brasileiros. A habilidade negocial que acumulou rendeu-lhe frutos quando estava em Montevidéu incumbido da organização do Exército Imperial<sup>81</sup>.

Assim, o Exército Imperial brasileiro se encontrava mal armado e equipado. Porém, à frente dele, Osório, que o destino colocara no comando após a doença de Menna Barreto, era um chefe capaz de organizar o pouco que tinha e, novamente, lançar as armas nacionais em mais uma luta em defesa da dignidade ultrajada Marquês de Olinda e no Forte Coimbra.

### **PREPARAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO**

Osório não era o primeiro nome da lista de escolha para o Comando em Chefe do Exército em Operações. Caxias, por sua experiência, era o nome natural. Mas a política (desafeto do novo Ministro da Guerra, Visconde de Camamu), não o permitiu assumir. O Barão de São Gabriel voltou para o Brasil trazendo consigo oficiais de alto valor. Osório, por fim, acabou como escolha de ocasião.

O futuro Marquês do Herval, apesar de não possuir formação técnica, era tarimbado para a missão. Conhecia a região, conhecia pessoalmente vários personagens da cena política platina, além de ser Liberal, como Camamu. Conhecia o tipo de luta que se travava na região, pois lutava ali desde a juventude. Conhecia Montevidéu desde as lutas da Independência brasileira e oriental.

Apesar de ser um General, comandante do Exército, e lidar com um Presidente argentino (Mitre) e outro Oriental (Flores), tinha o apoio político da Corte (Gabinete) e local (Tamandaré e Otaviano, ambos liberais). Assim, podia dar vazão à toda a sua energia (apesar de adoentado ao assumir o comando), espírito prático e objetivo para cumprir a missão.

Desconhecia as intenções do Governo para a tropa. Seu primeiro expediente para Camamu

<sup>80</sup> AMORIM (2007, p. 49).

<sup>81</sup> LIMA (1938).

revela isso. Por não possuir ordens precisas, buscou, à sua maneira, organizar uma força capaz de lutar no Paraguai. Assim como a quase totalidade de seus homens, desconhecia o local onde combateu posteriormente. Exceção segura era Cabrita, ex-instrutor naquele país guarani.

Iniciou sua tarefa sob o olhar dos políticos da Corte e de sua própria tropa. Reconheciam-no valente. Mas bravura seria suficiente para desincumbir-se da tarefa? Osório, passo a passo, reúne o que possui da forma que acha melhor e solicita o muito que não possuía. Foi, pouco a pouco, montando uma força de combate.

### **1) Força combatente**

O Brigadeiro não possuía uma força capaz de combater. Eram bravos reunidos em torno de uma causa – a luta no Uruguai. Era uma tarefa conhecida há séculos – desde a época colonial quando portugueses e espanhóis pisaram aquelas terras. Lutavam sua guerra à gaúcha, patrícios contra patrícios, ora ao mesmo lado, ora em lados opostos. Uniam-nos laços de sangue e linguajares e culturas semelhantes.

A Guerra no Paraguai, entretanto, era diferente de todas as que se feriram até então. O terreno onde brasileiros de várias províncias lutaram era desconhecido. A força paraguaia se preparou durante anos para a luta. A hierarquia, herança jesuítica, era forte. O guarani era um soldado de valor no campo de batalha. A luta se travou em condições diferentes de tudo que os brasileiros participaram.

O Exército carecia de um preparo racional para entrar em combate. Não possuía uma instrução qualificada – era feita na prática do combate. Carecia-se de ensino formal da carreira das armas. A tropa perdia muito por serem instruídos passo a passo, lentamente, durante as refregas. Assim como Osório formou-se seguindo seu pai, instruiu os soldados que vieram do Rio Grande do Sul para Montevidéu ao longo da Campanha.

Procurou mais qualidade do que quantidade. Reorganizou a força que dispunha para uma melhor atuação futura. Osório colocou em lugares-chaves os comandantes mais capazes para instruírem seus homens. O exemplo mais notório foi a nomeação do Brigadeiro Antônio de Sampaio para instruir a Infantaria. Mesmo depois do deslocamento para Paissandu, essa preocupação era marca impressa pelo Marquês.

O recompletamento era ineficaz. Era fruto de um Recrutamento que só se organizou na República. A concorrência com a Guarda Nacional trazia para as fileiras do Exército uma série de

incapazes para lutar. Os Voluntários da Pátria, apesar o ardor patriótico, também não eram profissionais e se juntavam a uma gama de outros inexperientes para a luta no Paraguai.

A doença grassava solta no Uruguai. Muitos chegavam doentes, muitos adoeciam sob as condições locais. Osório procurou tratar os enfermos, criou hospitais, providenciou medicamentos, fiscalizou o serviço de saúde, criou hospital ambulante, providenciou transporte para eles. As condições climáticas e higiênicas foram uma das maiores dificuldades para capacitar a tropa para combater.

Organizou a Infantaria com o que tinha desde a Guerra anterior e com os contingentes que chegavam da Corte, quer de Linha, quer de Voluntários. Procurou acolhê-los da melhor forma, apesar da falta de barracas. Cuidou da sua instrução de forma a dar aos recrutas, os que entravam em forma e pegavam em armas pela primeira vez, capacidade de assimilar o que necessitavam para a luta.

Cuidou da cavalaria, retirando-a para fora de Montevideú. Buscou melhorar a capacidade de marchar, dos cavalos, e de transportar e tracionar, dos bois. Buscou na Argentina o repletamento cavalariço, embora não fossem de grande qualidade para as longas marchas que se sucederiam até o Paraguai.

Buscou melhorar a capacidade de atuação da Artilharia. Esta aumentara suas bocas de fogo durante a Campanha Oriental. Porém, apresentava desfalque de efetivos. Tinha no compadre Mallet, futuro Barão de Itapevi, militar capaz de instruir e preparar essa Arma para o combate. A história mostrou o acerto dessa expectativa. Osório reorganizou esses efetivos e aumentou-os com o que chegou do Rio de Janeiro.

Organizou os sapadores, pontoneiros e mineiros disponíveis. Contratou oficiais para capacitá-los, além de contar com os que dispunha, como Villagran. Criou uma tropa de Voluntários, aproveitando a disponibilidade de estrangeiros que à época se dispunham a lutar fora de seus países, como italianos. A lembrança do valor de Garibaldi e outros que lutaram na Farroupilha, certamente, estavam na mente do Comandante em Chefe.

## **2) Abastecimento**

O Exército não possuía um sistema de abastecimento. Funcionavam com depósitos colocados pelo eixo de deslocamento das tropas e levavam o que podiam nas carretas tracionadas pelos bois. No Uruguai, Osório fez uso das requisições, comprando o que necessitava à medida que podia.

Assim, comprou fardamento, munição, alimentação e outros itens necessários para a guerra.

Não existia padronização, como o fardamento, que transformava a tropa em um misto de uniformes de composição e cores diversas. Comprava de orientais e argentinos, os quais enriqueceram ao longo da Campanha da tríplice Aliança.

Osório oficiou, em diversas oportunidades, os itens de que necessitava. Pedia também ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pela proximidade, para que também lhe fornecesse suprimentos necessários para a luta. Buscou, de forma diligente e sem perder tempo, abastecer-se dos itens que necessitava para a tropa vestir, comer, atirar e se deslocar.

Pontuava-se a falta de quase tudo: sapatos, barracas, pólvora, fuzis, etc. O apoio de Camamu e de outros políticos, sobretudo os locais, foram fundamentais para que se formasse uma tropa capaz de marchar para a guerra. Viu-se claramente a preocupação do Comandante em Chefe com uma miríade de itens de guerra.

### **3) Mobilidade**

Osório necessitava deslocar suas Armas e o abastecimento. A cavalaria seguiu pela estrada, remontada com o que conseguiu na região. Possuía chefes capazes, como Andrade Neves e José Luís Mena Barreto, para preparar a tropa para o deslocamento que se avizinhava. O tempo passado em Santa Luzia foi fundamental para reorganizar a Arma para marchar e combater.

A Infantaria se apoiou em deslocamentos fluviais para seu deslocamento de Montevidéu para Paissandu. O apoio de Tamandaré foi fundamental para transportá-los. Mesmo assim, Osório precisou da requisição de embarcações adequadas para navegar nos rios da região, visto que se fazia necessária a utilização de navios de pequeno calado para vencerem as águas dos rios da Prata, Uruguai e Paraná.

A Artilharia seguiu também saiu de Montevidéu embarcada nos vapores que subiram o rio. A logística fornecida pela esquadra também reduziu o tempo de deslocamento dessa Arma, já que as estradas seriam penosas de se atravessarem nessa saída da capital uruguaia. Era notório o atraso que a tração bovina provocava no deslocamento da tropa.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho ressaltou a importância da logística para uma Campanha Militar e como o seu descaso pode levar ao seu malogro. O estudo demonstrou que forças militares onde essa preocupação era levada a sério obtiveram resultados positivos na hora em que puseram seus soldados para marchar.

Também se verificou que o jovem Exército nacional não se estruturara convenientemente para um século de lutas. Estava aquém do necessário para empreender uma Campanha como a da Tríplice Aliança. Lutara em uma região marcada de lutas, um povo (o gaúcho) acostumado a *pelear* por séculos. Mas o Paraguai era um Teatro de Operações diferente.

Para a luta, estava à frente o General Osório. Sem formação técnica, forjou-se em décadas de lutas fratricidas na região sul. Conhecia a gente e a política, fundamentais para organizar uma força combatente. Possuía respeito e admiração, fundadas na bravura e desvelo demonstrado em todas as guerras que participou.

Em Montevidéu, Osório se encontrava isolado. Perdera bons oficiais que partiram com seu antecessor. Combatia a desconfiança de políticos na Corte e do povo na sua capacidade de organização. Estava praticamente sem nada para organizar um Exército capaz de lavar a honra nacional face ao insulto impingido por López.

A falta de uma infraestrutura logística do Exército prejudicou sua preparação para a guerra. A Campanha se arrastou por muitos anos por apresentar, entre outras coisas, a falta de apoios necessários ao desenrolar da Campanha. A presença de Caxias, organizador nato, mostrou que isto era uma realidade.

Não se pode, contudo, descurar a ação de Osório na preparação que liderou em Montevidéu. Em pouquíssimo tempo, sem missão clara dada pelo Governo, em território estrangeiro, sem um Estado-Maior para auxiliá-lo, logrou montar uma força que cresceu posteriormente e lutou com bravura.

Osório, dentro de seu contexto histórico, iniciou a montagem de uma força militar, iniciou sua instrução, fortaleceu a estrutura das Armas combatentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), estruturou seus apoios, cuidou de seus apoios como saúde, religioso, dentre outros. Proporcionou, também, mobilidade à tropa, embarcando-a em vapores da esquadra, ou contratados para transporte, de modo a evitar danos que as longas marchas traziam.

Assim, o Marquês do Herval, apesar das dificuldades, conseguiu, num curto espaço de tempo, dentro das imensas limitações que sofria, criou uma infraestrutura logística para a Campanha. Ela evoluiu ao longo do tempo. Porém, esta evolução se originou de suas iniciativas em Montevidéu.

Não bastava apenas receber recursos financeiros: necessitava-se de alguém com capacidade para gerir bem esses recursos para preparar montar uma força para lutar. Osório, com imensas

dificuldades, contra a desconfiança geral, conseguiu dar cabo da tarefa. O sucesso no Paraguai começou com sua ação na capital da República Oriental.

Osório é conhecido nas suas ações de combate. Tático brilhante, lia a batalha como poucos. Seus feitos, os que o levou à glória e à idolatria ainda em vida, originam-se dessas ações. Porém faz-se necessário estudar sua capacidade administrativa, particularmente no primeiro período da guerra (Montevideu a Passo da Pátria) onde o administrador se sobrepujou ao guerreiro.

O autor deste trabalho acredita que, compreendida melhor essa face do homem, sua fama, já enorme como guerreiro, aumentará como um líder tanto combatente como logístico. Assim, o autor acha interessante que se explore, mais a fundo, as ações do Leão do Herval na marcha entre Montevideu e o Passo da Pátria, com o fim de ratificar que Osório era um cabo-de-guerra maior do que foi percebido por seus contemporâneos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRÃO, Nicolau da Silveira. **Tenente-Coronel Manuel Luís da Silva Borges** (Síntese Biográfica). In Revista do Exército Brasileiro. Volume 130, n. 1. Rio de Janeiro, jan/fev/mar 1994.
- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN). Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/>. Acesso em 2013.
- ALVES, Joaquim Victorino Portella. **Mallet**: Patrono da Artilharia Brasileira. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1995. 2ª. ed.
- AMORIM, Paulo Dartanham Marques de. **Tamandaré, Caxias e Osório**. Revista Navigator, v. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em [http://www.revistanavigator.com.br/navig6/art/N6\\_art4.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig6/art/N6_art4.pdf)
- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEX). **Exército em Operações na República do Paraguay**. Primeiro Corpo sob o Comando em Chefe do Exm. Snr. GENERAL MANUAEL LUIZ OZORIO Mrquez do Herval. ORDENS DO DIA. Primeiro Volume. Compreendendo as de nºs 1 á 113. 1865.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira (1740-1795)**. In A Defesa Nacional Nº 773. Rio de Janeiro, 3º Trimestre de 1996.

- \_\_\_\_\_. **Caxias e a Doutrina Militar Terrestre Brasileira**. In A Defesa Nacional N° 788. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 3° Quadrimestre de 2000.
- \_\_\_\_\_. **Bicentenário da Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e da Conquista dos Sete Povos das Missões**. In A Defesa Nacional N° 791. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, Setembro/Dezembro de 2001.
- BRAZ, Márcio Alexandre de Lima. **A Logística Militar e o Serviço de Intendência: Uma Análise do Programa Excelência Gerencial do Exército Brasileiro**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3394/DISSERTACAO%20MARCIO%20BRAZ.pdf>.
- CABEDA, Corálio Bragança Pardo. **Varnhagen e as Guerras do Sul**. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, N° 748, Abril/Junho de 1990
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Sampaio: um homem de dois mundos**. Revista Da Cultura, Edição 18. Fundação Cultural do Exército. Rio de Janeiro, maio de 2011. Disponível em: [http://www.funceb.org.br/images/revista/21\\_7z4d.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/21_7z4d.pdf)
- CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro**. In A Invenção do Exército Brasileiro. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2002.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1979.
- CARDOSO, Alberto Mendes. **Os Treze Momentos: Análise da obra de Sun Tzu**. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1987.
- COSTA, Sérgio Paulo Muniz. **“Von Kriege” – 150 anos depois**. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Julho-Agosto de 1983.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>.
- \_\_\_\_\_. São Paulo. Martins Fontes, 2010.
- CLAVELL, James. **A Arte da Guerra: Sun Tzu**. Record. Rio de Janeiro, 1983.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**. Companhia das Letras. São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **General Osório**. In Perfis Brasileiros. Companhia das Letras. São Paulo, 2008.

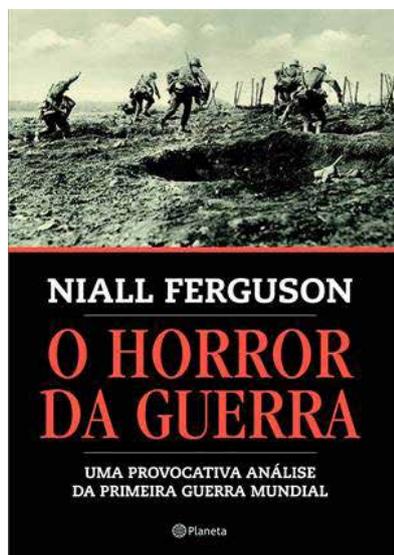
- DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1981. Volume 1.
- \_\_\_\_\_. 1982. Volume 2, Tomo 1.
- FERRER, Francisca Carla Santos. **A (RE)ORGANIZACAO DO EXERCITO BRASILEIRO NA GUERRA DO PARAGUAI**. Biblos. N° 17. Rio Grande, 2005. p 121-130. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/101/56>>.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. **Biblioteca do Exército**. Rio de Janeiro, 2009. Volume 1.
- \_\_\_\_\_. 2010. Volume 2.
- FRANCO, Francisco Manoel de Mello; HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Objetiva. Rio de Janeiro, 2009. 1ª. ed.
- GUILHON, Orlando José Ferreira. **General Osório**. In A Vida dos Grandes Brasileiros. Edições isto É. São Paulo, 2003.
- HAAG, Carlos. **Osório nunca precisou ser um Caxias**: Biografia do militar revela falácias da memória. PESQUISA FAPESP. São Paulo, 2008, p. 104-107.
- HOLANDAFERREIRA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1988. 1ª. ed. 4ª. reimpressão.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador**. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1996.
- LEMOS, Thiago Tremonte de. **A Natureza da Guerra Moderna no Pensamento de Carl Von Clausewitz**. In Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP. Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Thiago%20Tremonte%20de%20Lemos.pdf>
- LENZ, Sylvia. **O Exército Imperial Brasileiro**: os mercenários Alemães no Rio de Janeiro (1824-30). In A Defesa Nacional.. Rio de Janeiro. N° 791, 3º Quadrimestre de 2001.
- LIMA, Onofre Muniz Gomes de. **Osório**. Biblioteca Militar. Rio de Janeiro, 1938.
- LUVAAS, Jay. **Frederico O Grande e a Arte da Guerra**. Biblioteca do Exército

- Editora. Rio de Janeiro, 2001.
- MAGALHÃES, João Baptista. **Osório**: Síntese de Seu Perfil Histórico. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1978.
  - \_\_\_\_\_. **A Evolução Militar do Brasil**. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.
  - MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: comentários de Napoleão Bonaparte. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.
  - \_\_\_\_\_. **A Arte da Guerra**. Editora Hedra Ltda. São Paulo, 2013.
  - MELLO, Luiz Gonzaga de. **Villagran Cabrita** – Acheugas para uma biografia. In A Defesa nacional n. 754. Rio de Janeiro, out/dez 1991.
  - MORGADO, Sérgio Roberto Dentino. **OSÓRIO e a preparação para a Guerra da Tríplice Aliança**. In Revista Da Cultura, Ano V, nº 8, p. 26-32. Rio de Janeiro, 2005.
  - MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.
  - NETO, Jonas de Moraes Correa. **Paralelo entre Osório e Barroso**. Revista Navigator, vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em [http://www.revistanavigator.com.br/navig1/art/N1\\_art5.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig1/art/N1_art5.pdf)
  - OBINO, José Luiz Feio. **O Pensamento de Maquiavel**. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Julho/Agosto de 1984.
  - OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luis. **História do General Osório**. Typografia do Diário Popular. Pelotas, 1915.
  - PEDROSA, José Fernando de Maya. **O Exército e a Sociedade Brasileira**. In A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Julho/Agosto de 1984.
  - PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império**. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Brasília, 1982.
  - \_\_\_\_\_. **O Duque de Caxias**. In A Defesa nacional N° 714. Biblioteca do Exército Editora, Julho/Agosto de 1984.
  - SANTOS, Francisco Ruas. **A Arte da Guerra**. Biblioteca do Exército Editora. Coleção Marechal Trompowski. Rio de Janeiro, 1998.

- SENA, Davis Ribeiro. **Campanha de 1851/2** – o problema do suprimento de víveres. In A Defesa nacional N° 682. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, Março/Abril de 1979.
- SILVA, Carlos Alberto Vicente da. **Logística Militar e Empresarial**: uma abordagem reflexiva. In *Military Review* (Edição Brasileira). Escola de Estado-Maior do Exército dos EUA. Kansas, 1º Trimestre de 2004. Disponível em: <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/oldsite/portuguese/1stQtr04/silva.pdf>.
- SOARES, Ethiene Cristina Moura Costa. **General Osório**: Homem do Império, símbolo da República. In XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio / memória e Patrimônio. Unirio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276635797\\_ARQUIVO\\_COMUNICACAO-ETHIENEC.M.C.SOARES.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276635797_ARQUIVO_COMUNICACAO-ETHIENEC.M.C.SOARES.pdf)



# Livro em Destaque



**FERGUSON, Niall. O horror da guerra. Uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Planeta do Brasil, 2014.**

A primeira guerra mundial matou cerca de oito milhões de homens e destruiu as finanças da Europa. Mas o que o historiador Niall Ferguson se pergunta neste livro provocador é - será que todo esse sacrifício valeu a pena? Será que foi tudo uma tragédia inevitável? Em 'O horror da guerra', Ferguson faz uma profunda análise sobre o conflito que assolou a Europa e o mundo entre 1914 e 1918, abordando questões como os reais motivos que deflagraram a guerra, a reação da população dos países envolvidos, as condições em que os soldados lutavam, e o processo de formação da Entente e da Aliança. O que o autor por fim nos leva a pensar é que essa guerra foi muito mais do que uma tragédia - foi o maior erro da história moderna.

## **Sobre o autor:**

Niall Ferguson é um dos mais renomados historiadores do Reino Unido. Ele leciona na Harvard University, na Oxford University e na Stanford University. O autor também escreve regularmente para jornais e revistas do mundo inteiro. Ele escreveu e apresentou quatro séries de documentários de grande sucesso no Channel 4: Empire, American Colossus, The War of the World e, mais recentemente, The Ascent of Money [A Ascensão do Dinheiro] e Império. Ele, sua mulher e três filhos dividem seu tempo entre o Reino Unido e os Estados Unidos.

## **Ficha Técnica:**

**Páginas: 768 páginas**

**ISBN: 9788542202595**

**Publicação: Fevereiro 2014**





Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.